

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA: PERFIS SOCIOPOLÍTICOS E CARREIRAS GOVERNATIVAS

Pedro Miguel Alegria Silveira

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Ciência Política**

Dezembro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida

Dissertação de Mestrado elaborada no âmbito do Projecto de Investigação Científica *“Ministros Tecnocratas e ‘Independentes’ nas Democracias Europeias”* (PTDC/CPJ CPO/118086/2010), em curso no CESNOVA (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

*A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram
para a realização desta Dissertação.*

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA:
PERFIS SOCIOPOLÍTICOS E CARREIRAS GOVERNATIVAS

Pedro Miguel Alegria Silveira

Quem são os Secretários de Estado da Democracia portuguesa? Que características e experiências detêm e como se caracteriza a sua carreira no Governo? Nesta Dissertação visa-se responder a estas perguntas tendo em conta a diferenciação entre Secretários de Estado com experiência política (“Políticos”) e Secretários de Estado sem experiência política (“Especialistas”). Consequentemente, a par de traçar um perfil dos Secretários de Estado, o objectivo reside em perceber em que medida a especialização dos Secretários de Estado condiciona o seu perfil sociopolítico e a sua carreira governativa.

Contrariamente ao que é assinalado pela literatura, os resultados revelam que os Secretários de Estado possuem um perfil geral pouco politizado e altamente especializado, bem como uma carreira governativa curta e ocasional. Existem, no entanto, diferenças assinaláveis se tivermos em conta o perfil de especialização, o que confirma a centralidade da distinção entre Secretários de Estado *políticos* e *especialistas*.

PALAVRAS-CHAVE: Elites políticas, Secretários de Estado, Governo, Democracia portuguesa

**JUNIOR MINISTERS OF THE PORTUGUESE DEMOCRACY:
SOCIOPOLITICAL PROFILES AND GOVERNMENTAL CAREERS**

Pedro Miguel Alegria Silveira

Who are the Junior Ministers of the Portuguese Democracy? What are their professional, educational and political background and how can be described their government careers? This dissertation aims to answer to this questions taking into account the difference between Junior Ministers with political experience (“Politicians”) and Junior Ministers without political experience (“Experts”). Therefore, the goal is not only to profile Junior Ministers but also realize the impact of specialization on Junior Ministers sociopolitical profile and governmental career.

Contrary to what is indicated in the literature, our results show that Junior Ministers are not too much politicized but highly specialized and have a short and occasional government career. However, remains significant variances when we take into consideration the specialization profile, what confirms the importance of the distinction between Junior Ministers *politicians* and *experts*.

KEYWORDS: Political elites, Junior Ministers, Government, Portuguese Democracy.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: A literatura sobre os Secretários de Estado.....	7
Capítulo II: A especialização das elites governativas	19
II. 1. O estudo da especialização das elites governativas	19
II. 2. Tipologia adoptada: Políticos e Especialistas.....	25
Capítulo III: As secretarias de Estado em Portugal	29
III. 1. Enquadramento histórico.....	29
III. 2. Enquadramento jurídico.	32
III. 3. Enquadramento comparado	36
Capítulo IV: O perfil sociopolítico dos Secretários de Estado.....	39
IV. 1. Perfil político.....	40
IV. 1.1. Experiência parlamentar.....	40
IV. 1.2. Experiência partidária.....	42
IV. 1.3. Experiência executiva e de assessoria.....	44
IV. 1.4. Experiência regional e local	45
IV. 1.5. Balanço geral	47
IV. 2. Perfil sociodemográfico	48
IV. 2.1. Género	48
IV. 2.2. Idade	50
IV. 2.3. Origem geográfica.....	51
IV. 2.4. Educação.....	53
IV. 2.5. Profissão.....	58

Capítulo V: A carreira governativa dos Secretários de Estado	63
V. 1. Duração	64
V. 2. Tipo de governo	67
V. 3. Áreas de governação	70
V. 4. Mobilidade.....	73
V. 4.1. Mobilidade entre governos	73
V. 4.2. Mobilidade entre pastas.....	76
V. 5. Ascensão ministerial	78
Conclusão.....	81
Bibliografia	85
Lista de Tabelas	93
ANEXOS	95
ANEXO I - Evolução do número de ministérios e de secretarias ou subsecretarias de Estado em Portugal (1976-2010).....	97
ANEXO II - Evolução do número de secretarias ou subsecretarias de Estado em Portugal (1916-2010), por tipo de pastas	99
ANEXO III - Lista dos Secretários de Estado da Democracia portuguesa (1976-2011), por governo	101

INTRODUÇÃO

Quando, a 27 de Junho de 2011, o jornal *Público* noticiava o elenco dos Secretários de Estado do novo governo, o enfoque era claramente colocado no perfil dos nomeados. A notícia intitulava-se “Governo tem 35 Secretários de Estado, quase metade independentes” e dissecava a existência ou inexistência de ligação partidária de cada um dos novos membros do governo.¹ Confrontados com esta notícia, muitos portugueses terão naturalmente desenvolvido opiniões distintas: alguns terão porventura achado excessiva a proporção de indivíduos “independentes”, outros terão julgado insuficiente e outros ainda terão considerado tratar-se de uma proporção adequada. Em qualquer caso, subjacente a essa opinião residiu uma apreciação capital sobre o funcionamento de um bom governo, independentemente de estar assente no critério da resposta ao eleitorado (“responsiveness”), da eficácia ou em qualquer outro. Como qualquer cidadão, os formadores do executivo também visam alcançar a formação de um bom governo, nomeadamente através da escolha dos indivíduos que consideram mais aptos a desempenhar essas funções. Neste sentido, os Secretários de Estado assumem especial pertinência, uma vez que representam uma parte muito substancial dos membros do governo.

Na literatura especializada, no entanto, tornam-se exclusivamente relevantes em governos de coligação, pelo que lhes estará associado um perfil eminentemente partidário. Esta perspectiva não permite interpretar o cargo de Secretário de Estado em países, como Portugal, onde existem vários governos monopartidários e aqueles detêm uma importância significativa no dia-a-dia do ministério, nomeadamente em termos de “policy-making” (Lobo, 2005: 190, 193; Miranda e Sousa, 1985). Consequentemente, nestes países parecem coexistir Secretários de Estado com forte grau de politização e Secretários de Estado com perfil especializado e apartidário. Esta é, porém, uma percepção a que tem faltado confirmação empírica, na medida em que são muitíssimo raros os estudos existentes sobre estes actores políticos. Para Portugal,

¹ Notícia disponibilizada na edição online do jornal *Público*, de 27 de Junho de 2011. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/governo-tem-35-secretarios-de-estado-quase-metade-independentes-1500429> [Consultada em 1-03-2013].

em particular, desconhecemos qualquer investigação específica e sistemática sobre os Secretários de Estado do período democrático.

Deste modo, permanecem por responder algumas perguntas. Quem são os Secretários de Estado da Democracia portuguesa? Que características e experiências detêm e como se caracteriza a sua carreira no governo? Qual a importância da especialização destes indivíduos? Esta Dissertação visa responder a estas questões através de uma análise do perfil de recrutamento e da carreira governativa dos Secretários de Estado do governo português nomeados entre Julho de 1976 e Março de 2011, ou seja, desde o I até ao XVIII Governo Constitucional, inclusive. Deixamos deliberadamente de fora os Secretários de Estado nomeados nos governos provisórios por visarmos uma análise de executivos cuja legitimidade seja atribuída por um quadro constitucional democrático estável, existente desde a entrada em vigor da Constituição de 1976.

A nossa hipótese pressupõe que diferentes níveis de especialização dos Secretários de Estado estão associados a diferentes perfis sociopolíticos e a diferentes carreiras governativas. Baseamo-nos na ideia segundo a qual cada indivíduo é escolhido para o governo tendo em conta as competências pelas quais é essencialmente reconhecido na comunidade política. Naturalmente, essas competências advêm das suas experiências anteriores à nomeação para o cargo, entre as quais a experiência política assume uma importância central. A própria designação de “independentes”, bastante comum em Portugal, expressa o perfil de alguém que não é reconhecido primordialmente pelas suas capacidades políticas mas antes pelas suas aptidões sectoriais ou de gestão. Neste sentido, o perfil de especialização é potencialmente definidor do perfil sociopolítico e da carreira governativa, ou seja, podemos considerar que um indivíduo com perfil político terá características pessoais e uma carreira governativa diferenciadas de um indivíduo com perfil não-político.

A análise que visamos empreender ao longo da presente Dissertação baseia-se em três premissas essenciais. A primeira reporta-se à importância de estudar as elites governativas em geral: assumimos que quem governa importa, na medida em que dispõe de recursos institucionais vitais que lhe dão a possibilidade de as suas decisões terem impacto social (Blondel, 1985: 1). Desta feita, torna-se imperativo conhecer as

características e experiências destes actores, já que não são entidades neutras mas antes indivíduos com preferências entroncadas nas suas especificidades e vivências (Dogan, 1989: 3). Como Dahl (1991: 9) tão felizmente sintetizara: “[d]ifferent actors may – and usually do – interpret the role of Hamlet or Othello in different ways, sometimes in radically different ways. So, too, with political roles”.

A segunda premissa diz respeito particularmente aos Secretários de Estado. Enquanto membros da elite política que pertence ao Governo, estes influenciam a formulação e a aplicação das decisões políticas. Tendo este critério posicional em consideração (Putnam, 1976: 15-6), torna-se importante perceber de modo sistemático quem são estes actores, quais são as suas credenciais, o seu perfil social bem como a sua experiência política no momento em que iniciam funções governativas. Desta forma, assumimos que os Secretários de Estado importam.

Por fim, partimos da convicção de que estudar os Secretários de Estado é relevante para o conhecimento da elite governativa de um país. Por um lado, quando se visa estudar o Governo ou as elites governativas, deixar de fora os Secretários de Estado muitas vezes significa excluir automaticamente a maioria dos membros do governo.² Por outro lado, pode configurar um primeiro (mas fundamental) passo em dois sentidos diferentes, eventualmente complementares: o estudo comparativo com outros países e o estudo do impacto da elite governativa no funcionamento do Governo. Efectivamente, seguindo a distinção formulada por Czudnowski (1982: 4), só respondendo à questão “Quem governa?” será possível responder à questão remanescente “e com que consequências?”.

O universo estudado é constituído por 555 indivíduos, relativamente aos quais procedemos a uma análise prosopográfica das principais características sociodemográficas e políticas (incluindo a carreira governativa). Efectuámos uma observação indirecta, baseada numa pesquisa documental assente essencialmente em fontes primárias, como currículos em registos públicos (Presidência do Conselho de Ministros, sítio do Governo, *Diário da República*, Arquivo Parlamentar, arquivos

² Esta afirmação pode ser confirmada pelo exemplo da Democracia portuguesa, onde o número médio de Secretarias ou Subsecretarias de Estado é quase três vezes superior ao número de ministérios (Anexo 1, p. 97).

partidários), mas também em fontes secundárias de credibilidade e qualidade reconhecidas (biografias de figuras públicas como Mário Soares, Freitas do Amaral e Cavaco Silva) e ainda, subsidiariamente, recorrendo à imprensa escrita. O levantamento desta informação conforma uma pesquisa eminentemente quantitativa, na medida em que se visaram observar factos pré-determinados, classificados de modo a poderem ser contados e utilizados estatisticamente através de uma base de dados informática, criada para o efeito³.

Esta Dissertação estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro, visamos circunscrever a área de estudos das elites governativas, analisando os contributos teóricos e empíricos dos principais autores sobre este tema. Partimos do conjunto mais vasto de investigações sobre a elite ministerial, inclusivamente de Portugal, para abordar a literatura que versa especificamente sobre os Secretários de Estado.

O segundo capítulo contém uma análise da especialização das elites governativas. Com base na literatura que tem explorado este tema para a elite ministerial, revemos as principais definições e operacionalizações deste tema. Em seguida, e com base numa avaliação crítica dessas abordagens, justificamos a escolha de um critério que operacionalize diferentes perfis de especialização dos Secretários de Estado em Portugal. Existindo várias categorizações possíveis, escolhemos aquela que nos parece mais adequada a Portugal e ao caso específico dos Secretários de Estado: “Políticos” e “Especialistas”.

No terceiro capítulo, procedemos ao enquadramento histórico, jurídico e comparado. Enunciamos não só as razões e condições em que surgiu e se desenvolveu o cargo de Secretário de Estado (e Subsecretário de Estado) em Portugal, mas também a evolução do seu estatuto legal. Este estatuto, por sua vez, é hoje bastante diferenciado nos países da Europa Ocidental, pelo que damos alguns exemplos concretos de modo a permitir o enquadramento face ao caso português.

³ Agradecemos, neste âmbito, em particular ao Dr. João Pedro Ruivo e ao Dr. Thierry Dias Coelho a cordial disponibilização de Bases de Dados próprias das suas investigações, que incluíam informações relevantes sobre os Secretários de Estado em Portugal.

Em seguida, no quarto capítulo, analisamos o perfil sociopolítico dos Secretários de Estado, ou seja, a experiência política e os atributos sociodemográficos destes actores, tendo sempre em conta o perfil de especialização. De igual modo, no quinto capítulo, analisamos as principais características da carreira governativa à luz da diferenciação entre “Políticos” e “Especialistas”. Em ambos os capítulos procede-se, quando tal é possível, à comparação com os resultados alcançados para os Ministros da Democracia portuguesa e para os Secretários de Estado da Democracia espanhola.

CAPÍTULO I

A LITERATURA SOBRE OS SECRETÁRIOS DE ESTADO

A existência de elites políticas afigura-se comumente como uma realidade evidente e inescapável. Desde os autores clássicos da teoria das elites que a percepção geral da existência de uma dicotomia entre “quem governa” e “quem é governado” ganhou consistência teórica, e apesar de hodiernamente persistirem teorias que defendem a possibilidade de inexistência de elites políticas, não são conhecidos casos históricos onde tenham subsistido com sucesso e de modo duradouro comunidades políticas sem uma elite governante (Higley, 2010: 15). Perante essa constatação, e ancorada na importância de responder empiricamente à pergunta “Quem governa?”, nas últimas décadas verificou-se uma profusão significativa de literatura de referência na área das elites políticas em geral (Putnam, 1976; Czudnowski, 1982; Higley e Gunther, 1992; Suleiman e Mendras, 1997; Best e Cotta, 2000; 2007; Borchert e Zeiss, 2003) e das elites políticas governativas em particular (Blondel, 1985; Cohen, 1988; Dogan, 1989; Blondel e Thiébault, 1991; Almeida *et al.*, 2006; Blondel *et al.*, 2007; Dowding e Dumont, 2009).

Os estudos sobre as elites políticas governativas só recentemente têm conhecido um desenvolvimento proporcional à relevância destes actores. Efectivamente, o Governo pode ser considerado o órgão-chave de todo o sistema político (Blondel, 1995: 267), tendo hoje um impacto na vida dos cidadãos muito superior ao que tinha o Governo minimalista típico do Estado mínimo oitocentista (Rose, 1984: 1). Enfatizando esta relevância, Blondel afirmaria: “Whether we believe that rulers are good or bad, effective or inept, strong or weak, we believe in their importance.” (Blondel, 1982: 13). Foi precisamente Jean Blondel o autor do estudo seminal *Government Ministers in the contemporary world* (1985), uma das obras fundamentais na exploração sistemática do perfil dos Ministros e da sua carreira governativa.⁴ Este autor parte da ideia segundo a qual a posição institucional

⁴ Devem, no entanto, referir-se obras anteriores com relevância, como as de Wilson (1959), Ollé-Laprune (1962), Dogan (1967), Rose (1971), Headey (1974), Birnbaum (1982) e Gaxie (1983).

estratégica dos Ministros lhes permite deter recursos e condicionar os resultados do sistema político num nível superior a outros agentes políticos, sendo por isso “actors in the strong sense of the word”, e consequentemente merecedores de especial atenção por parte dos investigadores (Blondel, 1985: 7). Utilizando uma abordagem comparativa, Blondel fixou a sua atenção no recrutamento e na carreira governativa dos Ministros, duas das dimensões mais significativas na análise das elites governativas.

O recrutamento ministerial configura um fenómeno de escolha de um restrito número de indivíduos que passará a integrar a classe política nacional ou, caso já a integre, de promoção a um dos cargos políticos nacionais mais elevados (Czudnowski, 1975). Entende-se, portanto, como um processo de ascensão a posições dirigentes e implica, por um lado, que existam determinadas credenciais mais adequadas a um bem-sucedido aspirante a Ministro e, por outro, que sejam identificáveis canais ou rotas de ascensão ao topo (Putnam, 1976: 46; Dogan, 1989: 8).

Um exemplo de uma credencial tradicionalmente importante é a formação académica em Direito, na medida em que, como lembrava Weber (2005: 81) em *A Política como Vocação*, possibilita a familiaridade com os assuntos e técnicas legislativas e está associada a capacidades oratórias e argumentativas importantes na arena política. Tal como a formação académica, outras características sociodemográficas – como o género ou a idade – podem ser importantes em tornar um indivíduo mais ou menos “ministeriável”, o que significa que as características e experiências prévias se podem tornar importantes na escolha (Blondel, 1985).⁵

No que diz respeito aos canais privilegiados de recrutamento, tem sido assinalado que desde o pós-Segunda Guerra Mundial se afirmou nas democracias europeias a importância da carreira parlamentar e da carreira partidária no acesso a posições ministeriais (Blondel, 1985; Blondel e Thiébault 1991). Estas seriam as duas principais rotas do “cursus honorum” ministerial, ou seja, da sucessão hierarquizada de cargos políticos prévios à nomeação como Ministro (Gaxie, 2003: 85). A própria noção de “cursus honorum” implica a existência de um sistema padronizado de

⁵ Note-se, no entanto que a importância destas credenciais podem variar ao longo do tempo e ainda em função do país e do tipo de elite (Putnam, 1976).

selecção, ainda que este seja aberto e competitivo, mas pode coexistir com a existência de entradas laterais de indivíduos sem experiência política prévia (Putnam, 1976: 46-7). Alguns autores tentaram enunciar os critérios mais importantes no recrutamento ministerial. Uma tentativa foi efectuada por Rose (1971) que identificou a representatividade (política e social) do candidato, a lealdade política e a detenção de capacidades de gestão sectorial. Já Antoni e Antoni (1976: 40-5), tendo em conta os Ministros da V República francesa, particularizaram quatro critérios fundamentais: o critério pessoal, o político, o técnico e o geográfico.

A carreira governativa entende-se como o período compreendido entre a primeira nomeação e a última exoneração governativa ao longo da vida do indivíduo (Blondel, 1991: 13). Assim, pode compor-se segundo a esquematização de Teruel (2011: 18) de três dimensões: uma dimensão temporal – por quanto tempo e quando na vida do indivíduo é exercido o cargo; uma dimensão de mobilidade – número de governos e pastas; e uma dimensão posicional – tipo de ministérios e relação destes com o perfil do Ministro.

A dimensão temporal é muitas vezes um indicador da influência que um Ministro pode alcançar num governo (Blondel, 1985: 167; Dogan, 1989: 241). Já a mobilidade pode demonstrar nomeadamente até que ponto existe especialização ministerial (Bakema, 1991). Por fim, a dimensão posicional diz respeito aos ministérios e permite diferenciar os tipos de pastas, bem como relacionar o perfil do indivíduo com a pasta que este tutela (Blondel, 1985: 189-212; Bakema e Secker, 1988).

A carreira governativa pode ser considerada o zénite da carreira política de um indivíduo. Mas só se analisarmos separadamente o percurso *até ao* governo e o percurso *no* governo poderemos estar aptos a interpretar o que isso significa para a instituição governativa, para os cargos e para os indivíduos que os ocupam (Teruel, 2011: 17).

Na esteira de Blondel, uma influente linha de investigação tem desde então aprofundado esta análise, permitindo o conhecimento minucioso, tanto a nível nacional como comparado, das características sociodemográficas e políticas dos Ministros da Europa Ocidental bem como das principais especificidades da sua carreira governativa. Assinalaremos de seguida, ainda que de modo sumário e meramente

indicativo, alguns dos principais resultados empíricos em cada uma destas dimensões de análise.⁶

Em relação às características sociodemográficas, têm-se destacado factores caracterizadores como o género, a idade, a origem geográfica, as credenciais educativas e a ocupação profissional. A maioria dos estudos têm destacado o papel assaz minoritário do número de mulheres nos executivos (Siaroff, 2000; Whitford *et al.*, 2007). Já Putnam (1976: 32) tinha chamado a atenção para a existência de uma “lei de ferro da androgenia”, na medida em que as mulheres eram “o grupo mais sub-representado na elite política mundial”. Não obstante, tem sido apontada uma tendência recente de crescimento da representação política das mulheres (Davis, 1997).

Os Ministros, em geral, provêm de grupos etários de meia-idade, entre os 45 e os 55 anos (Blondel, 1985: 41). Apesar de existirem variações regionais específicas, este intervalo etário foi sendo confirmado por vários estudos (Thiébaud, 1991a; Dowding e Dumont, 2009). Já no que diz respeito às origens geográficas, destacam-se os grandes centros urbanos, com especial relevância para as capitais dos respectivos países e com desfavor para as regiões mais periféricas (Teruel, 2011: 267-8). Perante a sobrerrepresentação dos centros urbanos, em especial das grandes áreas metropolitanas, Putnam (1976: 32) classificara este fenómeno como universal. Com efeito, continua a verificar-se na maioria dos países um peso muito significativo das grandes cidades na extracção das elites ministeriais, como se pode verificar a título de exemplo nos países da Europa do Sul (Almeida *et al.*, 2006).

A análise das credenciais educativas tem privilegiado o nível e a área das habilitações literárias. A detenção de escolaridade superior nas elites políticas atinge uma proporção bastante elevada (Thiébaud, 1991a), principalmente quando comparada com a registada na restante população (Putnam, 1976: 26-7). Com efeito, tem sido destacada a existência de uma substancial escolarização formal dos Ministros, em particular em graus superiores como Pós-graduações e Doutoramentos (Cabannes, 1990; Almeida *et al.*, 2006). O Direito continua a ser a área mais relevante

⁶ Estes resultados são particularmente significativos porque configuram tendências que podemos considerar na análise dos Secretários de Estado.

na formação académica, apesar da afirmação de novas áreas do saber, com especial destaque para a Economia e Gestão bem como a Engenharia (Almeida *et al.*, 2006; Teruel, 2011).

O perfil ocupacional dos Ministros é hoje dominado por funcionários públicos, em especial professores e funcionários administrativos, e por advogados (Thiébaud, 1991). A existência de uma proporção significativa destas ocupações profissionais ligadas ao Estado tem sido muitas vezes associada a uma fraca autonomia da elite política (Etzioni-Halevy, 1993). Apesar disso, tem sido verificada empiricamente a diversificação das ocupações profissionais, nomeadamente a afirmação de profissões como a de gestor ou engenheiro. Por outro lado, a sub-representação de trabalhadores do sector primário ou secundário é uma característica generalizada nas elites ministeriais (Almeida *et al.*, 2006; Teruel, 2011).

Estas características sociodemográficas são significativas, na medida em que revelam o grau de representatividade da elite governativa. Com efeito, os governos nas democracias são simultaneamente instituições administrativas e representativas, pelo que os seus membros não possuem meramente uma função executiva mas também uma função representativa, ainda que de modo indirecto (Cotta, 1991).

Relativamente à experiência política pré-ministerial, a literatura sinaliza essencialmente quatro tipos: regional ou local, parlamentar, partidária e executiva. A experiência política regional ou local refere-se à detenção de cargos com alcance restrito a uma determinada circunscrição geográfica, nomeadamente em órgãos de gestão autárquica ou regional. Tem sido apontada a importância geral desta experiência, em especial como base de apoio para uma carreira política nacional, o que tende a ser mais expressivo em países com divisões autonómicas e em países com forte estatuto do poder local (Thiébaud, 1991b; Teruel, 2011: 315-22).

A experiência parlamentar, considerada classicamente como um verdadeiro pré-requisito para ser Ministro, continua a constituir em muitos países da Europa Ocidental uma mais-valia indispensável ao estatuto de ministeriável (De Winter, 1991; Kaiser e Fischer, 2009). O Parlamento é uma arena capaz de facultar especialização sectorial, mediação e ainda proporcionar socialização política, aptidões decisivas para o estatuto ministeriável (Rose, 1971; Blondel, 1985; De Winter, 1991). Associada

muitas vezes à experiência parlamentar, surge a experiência partidária. Obter uma posição chave num partido pode constituir um factor decisivo para obter o lugar de Ministro caso aquele alcance uma votação decisiva (Czudnowski, 1975: 225; De Winter, 1991; Teruel, 2011: 295-301). A literatura tem ainda assinalado a experiência executiva, enquanto Secretário ou Subsecretário de Estado, como experiência política prévia relevante à nomeação ministerial (Pinto e Almeida, 2009: 152). Na maioria dos casos, tem sido encarada como um teste aos candidatos a Ministros que não detêm qualquer experiência partidária ou parlamentar (De Winter, 1991: 59-60).

O estudo das carreiras governativas dos Ministros tem sido marcado primordialmente pela duração no governo, número de governos e de pastas e pela relação dessas pastas com a especialização do Ministro. A duração média verificada para os Ministros da Europa Ocidental não ultrapassa os 5 anos, pelo que nas palavras de Bakema (1991: 74) “[i]n this sense the office of minister can be dubbed a «profession» only with some stretch of imagination.” Com efeito, apesar de muitas vezes os indivíduos construírem longas carreiras políticas em que o vértice de consagração é o cargo ministerial, esta posição não é em geral duradoura. Uma situação extrema é a existência de Ministros com carreiras ministeriais inferiores a um ano, denominados por Blondel de “one-year ministers”, já que não adquirem sequer o tempo necessário para se adaptar às funções ministeriais, aos colegas de governo e ao processo de decisão (Blondel, 1985: 167).

Em relação ao número de pastas e governos a que os Ministros pertenceram ao longo da sua carreira ministerial, prevalece um padrão de fraca mobilidade (Blondel, 1985: 222; Bakema, 1991), o que tem levado alguns autores a investigar o verdadeiro alcance do governo colectivo (Blondel e Müller-Rommel, 1993). Por fim, a carreira ministerial pode ser vista a partir de uma perspectiva de área de governação, ou seja, a partir das pastas ministeriais. Parte do princípio segundo o qual diferentes ministérios exigem diferentes perfis sociopolíticos e que a sua atribuição será por isso diferenciada (Keman, 1991; Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson, 2009; Teruel, 2011).

Em Portugal, o estudo do recrutamento e das carreiras governativas é relativamente escasso, recente e confinado maioritariamente a períodos históricos específicos (Portas e Valente, 1990; Pinto, 2001; Carvalho e Fernandes, 2003). Outras

obras tinham já trazido alguma luz sobre o governo português, permitindo situar os Ministros no quadro institucional nacional e perceber melhor a sua margem de actuação (Miranda e Sousa, 1985; Lobo, 2005). No entanto, apenas a partir da edição da obra colectiva *Quem governa a Europa do Sul?* (2006), coordenada por Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo, foi possível dispor de uma análise sistemática e comparada do perfil sociopolítico dos Ministros portugueses, espanhóis, italianos e gregos e das suas respectivas carreiras políticas. Especificamente em relação a Portugal, esta obra assinala o conhecimento aprofundado da elite ministerial portuguesa, numa perspectiva longitudinal, desde 1851 a 1999, permitindo a detecção de rupturas e continuidades no recrutamento e nas carreiras governativas dos Ministros portugueses (Almeida e Pinto, 2006).

Ao contrário dos Ministros, os Secretários de Estado têm permanecido praticamente “terra incognita” na literatura especializada de Ciência Política. Com efeito, apesar de fazerem parte integrante da elite política governativa, os Secretários de Estado têm tido um tratamento manifestamente exíguo. Segundo Thies (2001: 47), “while comprehensive data sets on ministers are now available, data on junior ministers and other institutional arrangements within cabinets are rare finds”. Esta escassez deve-se essencialmente ao entendimento generalizado da literatura de que os Secretários de Estado se tornam (exclusivamente) relevantes em governos de coligação. Assim, estes seriam uma recompensa das elites partidárias no contexto da constituição de um governo de coligação (Laver e Schofield, 1985). Noutra perspectiva, seriam um meio de equilíbrio partidário no momento da distribuição das pastas governativas, garantindo alguma proporcionalidade aos partidos da coligação (Mershon, 1996; Manow e Zorn, 2004). Estes argumentos foram invocados nomeadamente para Itália (Cotta e Verzichelli, 2007: 121) e Espanha (Bar, 1988: 130) e para o caso português por Marcelo Rebelo de Sousa (1999: 257), ao referir que:

“O número de Secretários de Estado tem crescido, em paralelo com o dos Ministros, e a lógica desse número, bem como do elenco das Secretarias de Estado, nem sempre é facilmente compreensível, retratando antes equilíbrios partidários e orientações políticas e pessoais dos Ministros...”.

Uma outra perspectiva associada aos governos de coligação, percebe os Secretários de Estado como um meio de controlo dos membros do governo pertencentes ao outro partido (Thies, 2001; Verzichelli, 2008; Carroll e Cox, 2012). Segundo esta perspectiva, funcionariam como uma espécie de “watchdogs”, controlando as iniciativas do Ministro. Na verdade, alguns autores afirmam que muitas vezes mais do que meios de controlo, os Secretários de Estado de outros partidos podem servir como “guidedogs”, sendo efectivas correias de comunicação entre os dois partidos:

“Often, in the words of one former junior minister, «most watchdogs turn out to be guidedogs», providing a channel of communication between the other party’s minister from their department and the ministers from their party” (Andeweg e Irwin, 2005: 128)

As funções de equilíbrio de pastas e de controlo do Ministro foram mesmo testadas empiricamente por Magone (2000b: 549-50) e Verzichelli (2008: 261), tendo ambos concluído pela escassa relevância em Portugal de Secretários de Estado com essas funções.

Já fora do âmbito da análise dos Secretários de Estado em governos de coligação, a literatura olha para este cargo com carácter de aprendizagem. Com efeito, autores como De Winter (1991: 60) e Theakston *et al.* (2012) têm encarado os Secretários de Estado como tendo uma função de “aprendizes de Ministro”, seja como teste à capacidade de adaptação aos problemas governativos dos indivíduos sem experiência política ou como meio de especialização sectorial das elites mais politizadas. Por este motivo, a estes actores políticos têm apenas estado reservados pequenos subcapítulos ou referências em obras destinadas ao recrutamento

ministerial ou à orgânica governativa (Blondel, 1982; Blondel e Müller-Rommel, 1988; De Winter, 1991; Searing, 1994).

O tratamento mais aprofundado da posição de Secretário de Estado surgiu no Reino Unido. Milne (1949) foi um dos primeiros autores a dedicar-se ao estudo deste cargo político e Theakston publicou em 1987 *Junior Ministers*, uma obra que iria ser uma referência neste tema (Theakston, 1987). Com efeito, apesar de o sistema governativo e administrativo britânico ter especificidades que não permitem uma transposição mecânica do significado do cargo para os sistemas continentais, como o português, muitas das dimensões de análise revelam-se extremamente úteis.

Na referida obra, o autor demonstra o aumento exponencial de Secretários de Estado no governo britânico desde 1945 (Theakston, 1987: 43), evidenciando que a escolha destes indivíduos se encontrava muito centralizada no Primeiro-Ministro. As razões por detrás dessa escolha personalizada eram quase sempre exclusivamente do foro político, o que afectava o perfil dos Secretários de Estado. Estes eram normalmente mais jovens que os Ministros mas tinham já exercido alguns mandatos no Parlamento, requisito essencial de experiência e lealdade política (Theakston, 1987: 47). Apesar disso, as funções dos Secretários de Estado foram-se estabilizando e afirmando progressivamente em torno de três eixos: trabalho departamental; trabalho parlamentar; e trabalho representativo. O trabalho departamental diz respeito às funções exercidas no âmbito da área de governação específica ao qual o Secretário de Estado está adscrito. De todo o modo, ainda que estas funções tivessem registado uma evolução significativa em termos de volume de trabalho nas últimas décadas, existe uma variação muito significativa de pasta para pasta, com as pastas mais técnicas – como o Tesouro – a terem volumes de trabalho substancialmente maiores (Theakston, 1987: 82). O trabalho parlamentar é considerado uma função típica dos Secretários de Estado no Reino Unido, não só pelo tempo que passam no Parlamento mas também pela relação que estabelecem com as pessoas ou grupos de interesse que se dirigem ao Parlamento com sugestões, perguntas ou reclamações (Theakston, 1987: 128). Por fim, o trabalho representativo implica a presença institucional em eventos nacionais e internacionais onde a representação do ministério possa ser considerada importante (Theakston, 1987: 138).

O aumento da importância de todas estas funções dos Secretários de Estado é expressão do aumento das funções do Governo e da sua crescente mediatização (Theakston, 1999; Theakston *et al.*, 2012). Para fazer face a mais áreas de actuação, mas também a uma maior necessidade de interacção e resposta ao eleitorado (“responsiveness”), os Secretários de Estado serviram muitas vezes como mecanismo institucional de resposta governativa. Os Secretários de Estado continuam, no entanto, a ter muitas vezes um estatuto pouco uniforme, variando significativamente a sua autonomia e importância em função da relação que têm com o Ministro e da pasta que ocupam (Theakston *et al.*, 2012; McMaster e Bairner, 2012).

Outro autor britânico que constitui uma referência no estudo dos Secretários de Estado é Searing (1989; 1994). Uma das inovações fundamentais que este autor introduz é a identificação de dois percursos distintos entre os indivíduos que exercem este cargo: os que visam utilizar o cargo como rampa de lançamento para cargos políticos mais elevados (“journeymen”) e os que lhe viram o cargo ser atribuído como uma sinecura (“placemen”). Para Searing (1989: 143-7), estes percursos têm efeitos nas atitudes perante as funções departamentais e parlamentares, sendo os “journeymen” mais focados no trabalho departamental e os “placemen” mais interessados nas funções parlamentares.

Não obstante estes autores britânicos terem iniciado e desenvolvido uma importante discussão sobre o papel dos Secretários de Estado no Governo, esta discussão permaneceu restrita ao Reino Unido e não visou o conhecimento aprofundado do perfil sociopolítico e das carreiras governativas destes actores políticos. Só muito recentemente, Dato e Teruel (2013) apresentaram a primeira versão de um estudo sobre os Secretários de Estado espanhóis onde o enfoque é colocado nos padrões de recrutamento e na especialização. Tendo comparado os Secretários de Estado com os Ministros espanhóis, e não obstante se registarem diferenças assinaláveis em termos de género, sexo e origens geográficas, o perfil não é, segundo os autores, tão distinto como seria expectável (Dato e Teruel, 2013: 30). Em termos de recrutamento, os Secretários de Estado são relativamente politizados (apesar de em menor proporção do que os Ministros), verificando-se uma tendência para uma diversificação dos canais de recrutamento político. Não obstante, existe por

parte destes actores uma grande capacidade de compatibilização de especialização burocrática com experiência política, fazendo este cargo uma ligação importante entre o Governo e a Administração Pública (Dato e Teruel, 2013: 30).

O único trabalho que aborda os Secretários (e Subsecretários) de Estado em Portugal é o estudo de Carvalho e Fernandes (2003). Estes autores traçaram o perfil sociopolítico e analisaram a carreira governativa destes indivíduos no Marcellismo, num interessante trabalho onde são comparados Ministros, Deputados e Secretários/Subsecretários de Estado. Este último grupo é visto como uma elite com características singulares, na medida em que é mais jovem e mais inexperiente politicamente, constituindo um importante viveiro de economistas e engenheiros para o governo. O nível de mobilidade nas pastas é muito reduzida, o que, segundo os autores, também indicia um critério de recrutamento técnico-profissional (Carvalho e Fernandes, 2003: 94).

CAPÍTULO II

A ESPECIALIZAÇÃO DAS ELITES GOVERNATIVAS

II. 1. O estudo da especialização das elites governativas

Desde Platão têm sido várias as tentativas de identificar as aptidões mais adequadas à arte de governar. Nas modernas democracias de massas, os membros do Governo merecem a este respeito um especial enfoque, na medida em que a Democracia tem como vértice da sua edificação a tradução do mandato parlamentar em influência directa nas decisões do poder executivo (Rokkan, 1970: 79). Ao executar a sua função de conversão de ideias, sugestões e valores em decisões, acordos e programas específicos, o Governo actua não só como entidade política mas também administrativa (Cotta, 1991).⁷ Esta dupla natureza confere, consequentemente, aos membros do Governo tarefas políticas mas também técnicas ou administrativas, o que por sua vez requer competências políticas e técnicas (Headey, 1974; Rose, 1987). Com efeito, o cargo de Ministro exige alguma aptidão política que lhe permita responder ao eleitorado (“to be responsive”) e contribuir assim para o papel político do Governo, mas também algumas competências técnicas, na medida em que necessita de deter os conhecimentos mínimos da área sectorial do seu ministério que lhe permitam entender as necessidades, traçar prioridades e coordenar a implementação das medidas (Blondel, 1991).

Neste sentido, as elites ministeriais podem ser consideradas mais ou menos especializadas. Nas palavras de Blondel (1985: 191): “Western governments may place great emphasis on representation; but the question of technical competence cannot altogether be avoided”. No entanto, o conceito de especialização das elites ministeriais tem sido utilizado de maneira diversa pela literatura. O que deve ser considerado “technical competence” e as categorias que dessa concepção emanam diferem de

⁷ A título de mero exemplo, a Constituição da República Portuguesa enuncia no art. 182º que “O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da Administração Pública”, diferenciando depois entre a competência política e legislativa (art. 197º e 198º) e a competência administrativa (art. 199º).

autor para autor, o que tem inclusivamente dificultado a comparação longitudinal e transnacional.

Blondel foi um dos primeiros autores a chamar a atenção para a importância do estudo da especialização dos Ministros (Blondel, 1985). Este autor visava ultrapassar a dicotomia clássica entre Ministros políticos e Ministros originários da Administração Pública ou do sector militar, criando uma nova tipologia que espelhasse melhor a ligação entre a experiência profissional anterior e a pasta ministerial. Para o efeito, utilizou como critério diferenciador a adequação da profissão anteriormente exercida e a pasta ministerial para que o indivíduo foi nomeado, resultando em dois tipos distintos de Ministros: “amateurs”, quando não existe nenhuma relação entre a ocupação profissional anterior e a pasta que ocupa no Governo; e “specialists”, quando a pasta governativa está intimamente relacionada com a sua ocupação anterior (Blondel, 1985: 22-3).

A diferença essencial verifica-se entre quem teve uma preparação específica para o desempenho daquela função ministerial e quem não teve tal preparação (Blondel, 1985: 23). Apesar de Blondel admitir que dentro de cada um destes tipos pode existir variação, por exemplo quanto à experiência política, o objectivo assumido é construir uma tipologia binária que expresse o carácter mais representativo ou mais técnico dos Governos, tendo em vista a comparação de um vasto número de governos. Nas palavras do próprio Blondel (1985: 190): “The question of the degree of prior specialization of ministers (...) reflects the extent to which, in a given country, the government is organized on the basis of a «representative» or «technical» conception”. Apesar de a análise de Blondel não incluir uma análise da tendência ao longo do tempo da especialização técnica dos Ministros, a sua tipologia e a constatação de que “[i]n every region of the world specialists are a substantial proportion of all ministers.” (Blondel, 1985: 195), teve grande influência em estudos posteriores.

Um dos estudos realizados na esteira de Blondel foi o de Müller-Rommel (1988a). Este autor aplicou aos Ministros da Alemanha Ocidental uma tipologia bidimensional, com base em dois critérios: a experiência política (como parlamentar ou Secretário de Estado) e a experiência profissional coincidente com a área

ministerial. Identificou assim quatro perfis ministeriais: “amateur”, reportando-se a quem não possui nem experiência política nem experiência profissional; “administrative professional”, dizendo respeito a quem possui experiência política mas não possui experiência profissional; “technical professional”, referindo-se a quem não possui experiência política mas possui experiência profissional; e “administrative and technical professional”, visando quem possui ambas as experiências. O autor analisou a composição dos Governos Federais entre 1949 e 1987 e concluiu pela predominância de políticos (“administrative professionals”), não obstante algumas variações interessantes, como o aumento significativo de “amateurs” após a formação de novas coligações (Müller-Rommel, 1988a: 185). Segundo o autor, este perfil de especialização é relevante, pois tem impacto no processo de decisão:

“Cabinets that are composed of ministers who show administrative skills and experiences are more likely to have an effective and efficient decision making style than cabinets with ministers who are political amateurs.” (Müller-Rommel, 1988a: 187)

Note-se, porém, que neste estudo o perfil de especialização é apenas uma das variáveis entre um leque mais vasto estudado por Müller-Rommel, uma vez que o objectivo era a construção de um modelo de análise de decisão no Governo Federal. Por esse motivo, o grau de desenvolvimento da análise relativa à especialização não é muito substancial.

Pelo contrário, Bakema e Secker (1988) dedicaram um estudo específico ao impacto da especialização ministerial nos Países Baixos, de 1848 a 1986. De modo muito similar a Müller-Rommel (1988a), utilizaram como duplo critério de aferição da especialização as competências técnicas e as competências políticas. Com efeito, segundo os autores:

“[m]inisters may be said to play different roles at once. In one capacity they act as heads of their department in which case technical skills would seem to be relevant. But they appear on the scene as members of a collective cabinet and as party representatives as well. (...) So far, then, ministerial expertise is defined as a two-sided phenomenon consisting of technical and political skills.”
(Bakema e Secker, 1988: 156)

As competências técnicas correspondem no essencial à distinção de Blondel e as competências políticas têm em conta a experiência parlamentar do Ministro, resultando numa tipologia bidimensional com quatro tipos: “politico-specialist”, quando possui uma profissão anterior relacionada com a pasta que ocupa e também experiência política; “technocrat”, quando possui uma profissão anterior relacionada com a pasta que ocupa mas não tem experiência política; “politician”, quando possui experiência política mas a profissão anterior não se relaciona com a pasta que ocupa; “outsider”, quando nem possui experiência política nem a profissão anterior se relaciona com a pasta que ocupa (Bakema e Secker, 1988: 157-8).

Para além da riqueza conceptual desta tipologia, Bakema e Secker tiveram ainda o mérito de contemplar como unidade de análise todas as nomeações ministeriais, permitindo assim resultados mais precisos e que tenham em conta toda a carreira ministerial. Na análise longitudinal que efectuaram dos Ministros holandeses, apesar de não concluírem por um aumento linear da especialização técnica, assumem que nos Países Baixos existe “[a] persistent tendency to appoint specialized ministers” (Bakema e Secker, 1988: 162). Por outro lado, verificaram uma tendência para determinados perfis de especialização assumirem um peso substancial em algumas pastas em detrimento de outras. Por exemplo, os especialistas são mais numerosos na Economia, Justiça e Defesa e os políticos estão mais presentes em ministérios sociais e no Ministério dos Negócios Internos (Bakema e Secker, 1988: 164-5).

Mais recentemente, Beckman (2006) reformulou os indicadores da tipologia de Blondel de maneira a contemplar na distinção entre “amateur” e “specialist” (“expert”, na designação de Beckman) não só a ocupação profissional mas também as credenciais académicas e ainda a experiência política de cariz especializador (como, desde logo, a

nomeação anterior no mesmo ministério, mas também a participação em Comissões parlamentares, etc.) desde que estas estejam relacionadas com a pasta ministerial. Este autor parte da ideia de que existem outros indicadores não explorados por Blondel que são essenciais para aferir a especialização, e sugere por isso que se deve olhar para todas as experiências do Ministro passíveis de conferir especialização na área para que foi nomeado.

No fundo, Beckman sugere que a especialização pode ser proveniente não só da adequação de uma determinada profissão ou habilitação académica a uma área ministerial, mas também das experiências políticas sectoriais nessa mesma área. Com efeito, nas palavras do autor: “The idea is that some political positions provide opportunities for learning about the technical aspects of particular policy fields.” (Beckman, 2006: 121). Deste modo, um Ministro “amateur” é um indivíduo sem qualquer experiência profissional, académica ou política na área da pasta para que foi nomeado, enquanto um Ministro “expert” é um indivíduo que possui alguma destas experiências (Beckman, 2006: 116-7). Utilizando esta tipologia, Beckman (2006: 119) conclui que entre os Ministros da Economia e Assuntos Sociais suecos “[e]xpertise is indeed increasing over time. Since 1976 there have been more experts than amateurs, whereas the opposite was true in the previous years.” Sendo uma tipologia bastante abrangente em relação ao conceito de “especialista”, o autor chega à conclusão que 88% dos Ministros suecos nomeados entre 1917 e 2004 podem ser considerados especialistas (Beckman, 2006: 124).

Teruel (2011), por sua vez, propõe uma tipologia bidimensional em que a primeira dimensão é a adequação entre a profissão ou altos cargos políticos e a pasta ministerial, e a segunda baseada no “background” técnico, ou seja, na profissão exercida implicar mais ou menos um perfil económico (“manager”). A introdução desta dimensão inovadora é explicada pelo autor nos seguintes termos:

“[m]inistros con una formación profesional en determinados ámbitos de la gestión y el análisis económicos aseguran, a priori, un determinado *savoir faire* en la gestión del ministerio que los ministros amateurs en estas materias suplirían mediante otros mecanismos e habilidades. Esta lógica es distinta de la que plantea el fenómeno de la especialización y puede explicarnos, en parte, la elección de algunos ministros socialistas en el primer gabinete de González, cuando el jefe del gobierno opinaba que «era bueno que los economistas estuvieran al frente de los departamentos que producían mayor gasto presupuestario...»” (Teruel, 2011: 410-1).

Neste sentido, são conceptualizados quatro tipos de perfis: “Manager especialista”, quando o Ministro possui uma profissão ou alto cargo político anterior relacionados com a pasta que ocupa e também um perfil económico; “Manager generalista”, quando não possui uma profissão ou alto cargo político anterior relacionados com a pasta que ocupa mas detém um perfil económico; “Especialista amateur”, quando possui uma profissão ou alto cargo político anterior relacionados com a pasta que ocupa mas não detém um perfil económico; “Generalista amateur”, quando nem possui uma profissão ou alto cargo político anterior relacionados com a pasta que ocupa nem um perfil económico (Teruel, 2011: 410-2).

Utilizando esta tipologia, Teruel observa que os governos espanhóis entre 1976 e 2010 apresentam um grau de especialização ministerial moderado (cerca de 43%), e constata que tem existido um decréscimo da especialização, o que o autor considera ser fruto essencialmente do número muito elevado de especialistas nos primeiros governos democráticos (Teruel, 2011: 415). Entre os Ministros espanhóis, a especialização provém essencialmente da carreira profissional, uma tendência que se tem vindo a acentuar (Teruel, 2011: 418).

O autor relaciona ainda os diferentes perfis de especialização com as características sociodemográficas e políticas, e ainda com a carreira governativa dos Ministros. Assim, as mulheres são um pouco mais especialistas que os homens, principalmente através da via profissional. As profissões mais comuns nos Ministros especialistas são as empresariais e militares e as áreas de estudo as económicas e científico-técnicas (Teruel, 2011: 420-2). Relativamente à carreira política, a pertença a

cargos políticos e uma rota de acesso ministerial político-partidária está associada primordialmente a um perfil generalista. Pelo contrário, os Ministros especialistas são recrutados pelo seu prestígio técnico e experiência sectorial, o que está normalmente dissociado de uma carreira política, não obstante Teruel verificar uma alta percentagem de experiência executiva entre os especialistas (Teruel, 2011: 422-3). Por fim, a carreira ministerial também diverge tendo em conta o perfil de especialização, já que em geral os especialistas têm uma carreira mais curta e uma menor mobilidade entre pastas (Teruel, 2011: 424-6).

II. 2. Tipologia adoptada: *políticos e especialistas*

Como verificámos, a maior parte da literatura utiliza, na esteira de Blondel, critérios de especialização relacionados com a adequação de experiências (académicas, profissionais e até políticas) anteriores à nomeação e a pasta detida pelo Ministro. A principal excepção é De Winter, ao utilizar como critério único a experiência política (parlamentar e partidária), criando uma tipologia binária que contempla “insiders” e “outsiders”. Os primeiros possuem experiência parlamentar com duração mínima de 10 anos e simultaneamente experiência partidária a nível nacional enquanto os segundos não detêm nenhuma destas experiências políticas (De Winter, 1991: 44-7). Com esta distinção, o autor consegue diferenciar os Ministros que foram escolhidos pelas suas competências políticas e aqueles que foram escolhidos pela sua competência sectorial e/ou de gestão:

“[n]on-parliamentary ministers may be regarded as not being true politicians, especially if they do not belong to the leadership circles of their party. They appear to be men and women who have reached the government because they are specialists in the subject matter of the department or have experience as managers of large or complex organisations. (...) such men and women can be regarded as *outsiders*.” (De Winter, 1991: 46)

A tipologia de De Winter parece-nos a mais adequada por três motivos: por ser a mais convincente do ponto de vista do recrutamento ministerial; por se adequar ao caso português; e em particular por se aplicar aos Secretários de Estado.

Com efeito, esta distinção tem na sua essência o motivo da escolha de um determinado Ministro ou Secretário de Estado. Este critério permite, deste modo, incluir como especialistas não só os indivíduos selecionados por terem conhecimento especializado na pasta que sobraçam, mas também aqueles que possuem um perfil de gestor, devido à sua formação académica e/ou percurso profissional, apesar dessa formação ou percurso não estarem relacionadas com a pasta que assumem. Almeida e Pinto (2012) aplicam um critério muito semelhante para Portugal e dão a este respeito o exemplo ilustrativo do actual Ministro da Saúde, Paulo Macedo, anteriormente alto dirigente do Ministério das Finanças e gestor de um banco privado: apesar de não existir adequação entre a sua formação académica ou percurso profissional e a pasta ministerial, é considerado um especialista no âmbito do governo.

Noutra perspectiva, este critério parece adequar-se a Portugal e aos Secretários de Estado em particular, na medida em que os cargos de Deputado nacional e de dirigente partidário são, como veremos mais à frente, os mais relevantes canais de recrutamento político dos Secretários de Estado em Portugal. O mesmo se poderia depreender da análise dos canais de recrutamento político dos Ministros da Democracia portuguesa, onde o cargo parlamentar e partidário são a experiência política ministerial mais relevante (Almeida e Pinto, 2006). Consequentemente, estes cargos podem ser encarados como um critério adequado para definir quem é, em Portugal, escolhido pela sua experiência e capacidade política – “políticos” – e quem, pelo contrário, é escolhido pelos seus conhecimentos especializados no sector da governação que irá tutelar ou pelas suas competências específicas de gestão, sendo por isso necessariamente “especialistas”. Este critério é ainda especialmente adequado aos Secretários de Estado, na medida em que as suas pastas, ao contrário dos Ministros, têm um conteúdo bastante mais específico. Por esse motivo, exigir uma experiência profissional ou educacional adequada seria restringir em demasia o

número de especialistas num cargo que é, por natureza do seu estatuto formal, mais sectorialmente especializado que o de Ministro.⁸

Adaptámos, no entanto, os critérios utilizados por De Winter para se ajustarem mais precisamente ao carácter mais precoce da carreira política dos Secretários de Estado face aos Ministros. Desde logo, foram considerados como Deputados nacionais todos os indivíduos que exerceram efectivamente o cargo independentemente da duração da carreira parlamentar e, por outro lado, foram considerados cargos partidários não apenas os de nível nacional mas também os de nível regional. Foi ainda considerada como experiência política relevante a presidência de Câmara Municipal. Por outro lado, considerámos ser suficiente a detenção de qualquer um destes cargos. Deste modo, denominamos de *especialistas* os Secretários de Estado que não tenham exercido efectivamente o cargo de Deputado nacional, não tenham sido dirigentes partidários nacionais ou regionais, nem tenham exercido o cargo de Presidente de Câmara Municipal previamente à sua primeira nomeação como Secretário de Estado. Designamos de *políticos* os Secretários de Estado que tenham tido pelo menos uma das três experiências políticas anteriormente enunciadas.

Da aplicação desta distinção aos Secretários de Estado da Democracia portuguesa decorreram os seguintes resultados: são *especialistas* 384 indivíduos, correspondendo a 69,2% e são *políticos* 171 indivíduos, correspondendo a 30,8%.

⁸ Dão-se a este respeito apenas alguns exemplos de Secretarias de Estado para as quais seria muito difícil conceber uma operacionalização útil de especialização profissional ou educacional: Equipamento e Tecnologias de Defesa; Protecção Civil; Comunidades Portuguesas; Emigração.

CAPÍTULO III

AS SECRETARIAS DE ESTADO EM PORTUGAL

III. 1. Enquadramento histórico

O cargo de Secretário de Estado surge em Portugal pela primeira vez em 1958. Até então figuravam na estrutura governativa unicamente os cargos políticos de Ministro e Subsecretário de Estado, apesar de este último ter tido uma génese e desenvolvimento mais atribulados. Com efeito, os Subsecretários de Estado surgem em Portugal em 1916 numa conjuntura particular: a Primeira Guerra Mundial. A necessidade de criar estas posições governativas será justificada pela imperiosa e excepcional situação de emergência que cingia o envolvimento português na Guerra. Esta circunstância impunha um despacho mais expedito em ministérios fulcrais, como o das Colónias, o das Finanças e, naturalmente, o da Guerra. Portugal tinha então acabado de entrar no conflito, o que motivou a criação do governo de “União Sagrada” que unia Evolucionistas e Democráticos. No entanto, a criação da figura dos Subsecretários de Estado, em Maio de 1916, não foi isenta de críticas e gerou uma acesa discussão na Câmara dos Deputados que se prolongou por algumas sessões. Perante o desafio de preparar rapidamente um contingente militar português implicava, bem como a acumulação de António José de Almeida da Presidência do Ministério com a pasta ministerial das Colónias, foram criadas três subsecretarias de Estado: Guerra, Colónias e Finanças. A razão, segundo o próprio António José de Almeida, era a de “terem mais rápida e fácil solução os negócios que correm por alguns ministérios” (*Diário da Câmara dos Deputados* de 16 de Março de 1916, p. 4).

A contestação parlamentar alegou nomeadamente dispêndio de dinheiro, inutilidade derivada da existência de Directores-gerais e Ministros, inconstitucionalidade e, por fim, desresponsabilização derivada da partilha de tarefas (*Diário da Câmara dos Deputados* de 14 de Abril de 1916 e de 27 de Abril de 1916). No entanto, a criação deste cargo governamental avançaria, sendo efectivada através

da Lei n.º 524 de 5 de Maio de 1916, ainda que de modo condicionado ao período de guerra.

O cargo de Subsecretário de Estado apenas voltaria a ser utilizado pouco depois da Revolução de 1926, em Julho, aquando da subida de Óscar Carmona a Presidente do Ministério. As razões são em grande medida idênticas às invocadas em 1916: visava-se o reforço de áreas vitais num momento de grande instabilidade. Acresce a este facto que o Presidente do Ministério acumulava a pasta da Guerra e, por outro lado, a pasta ministerial das Finanças ganhava especial importância perante as dificuldades financeiras que terão levado inclusivamente o Ministro Sinel de Cordes a tentar um empréstimo internacional.⁹ Salazar, que entretanto chegaria a Ministro das Finanças e contaria sempre com um Subsecretário de Estado, afirmava em 1928 que “os assuntos que correm pela pasta das Finanças são tantos e tão complexos que não me permitem evitar o preenchimento daquela vaga”.¹⁰

Mantendo-se o cargo de Subsecretário de Estado, entretanto alargado à Agricultura, durante toda a Ditadura Militar, foi porém com a chegada de Salazar a Presidente do Ministério que este se estabiliza e progressivamente se alarga a outras áreas. Com efeito, em 1933 é criado o Subsecretário de Estado das Colónias e a partir de 1936 o número de Subsecretários de Estado continuará a crescer substancialmente e a abranger um número cada vez maior de pastas, principalmente não-políticas (cf. Anexo II, p. 99). As razões para a adopção destes cargos governativos já não estavam, portanto, associadas a situações excepcionais e de grande instabilidade mas a uma opção de organização do executivo, visando maior eficácia, capacitação técnica e ainda a preparação de quadros do Regime. Efectivamente, como refere Salazar:

⁹ Para além do mais, este Ministro estaria constantemente doente, sendo substituído por vários Ministros interinos que, por sua vez, acumulavam outras pastas.

¹⁰ Entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, de 5 de Maio de 1928, p.10.

“Faltam umas palavras acerca dos Subsecretários de Estado. Compreendeu-se geralmente que não só houvera o intento de reforçar sob o aspecto técnico, mas ainda o de permitir nas melhores condições possíveis a preparação indispensável de muitos indivíduos, pelo contacto íntimo com os problemas do Estado, para altas funções em que o País necessite da sua actividade” (Salazar, 1951b: 273).

Por outro lado, o surgimento de cada vez mais Subsecretários de Estado pode ser percebido como uma modernização institucional ligada à crescente complexificação económica e social, acompanhando a tendência generalizada de alargamento das áreas de actuação dos governos e consequente reflexo na sua estrutura. No período que vai desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aos anos 70, o aumento de pastas é substancial e generalizado, e é explicado pela literatura essencialmente pela complexificação das áreas de governação, já que um governo grande significa necessariamente uma maior especialização funcional (Blondel, 1982: 137, 202; Rose, 1984: 1). Blondel, que analisa um grande número de governos desde 1945 até à década de 70, aponta um crescimento dos cargos ministeriais em cerca de 50%, de uma média de 12 pastas ministeriais em 1946 para 18 em 1976 (Blondel, 1982: 179-81). Salazar reconhecia esta realidade em 1949, ao afirmar:

“O desenvolvimento e categorização dos serviços e a crescente acção do Estado, que a vai estendendo a domínios até há pouco independentes dele, têm imposto por toda a parte a criação de Ministérios ou Secretarias de Estado. (...) Nós temos acudido às necessidades mais prementes com a criação de Subsecretariados...” (Salazar, 1951c: 438)

O cargo de Secretário de Estado apenas foi criado em 1958, com a introdução no Ministério da Economia de três secretarias de Estado: Comércio, Indústria e Agricultura. Esta inovação na estrutura governamental, que Marcello Caetano reclama como sua (Caetano, 1977: 579), insere-se no período de ressaca da fulgurante campanha presidencial de Humberto Delgado. Como refere Franco Nogueira: “Há acordo quanto à necessidade de uma crise, e de o novo governo

causar embate psicológico na opinião pública...” (Nogueira, 1980: 522). Por outro lado, seria já evidente a dificuldade de um Ministro da Economia lidar com assuntos cada vez mais numerosos e complexos. Assim, face à crescente complexidade dos problemas económicos, à sua multiplicação e intenso ritmo, a percepção da necessidade de eficiência fará com que esta alteração seja acolhida com naturalidade, sem qualquer oposição quer no interior do governo quer na opinião pública (Nogueira, 1980: 523-4).

O número de Secretarias e Subsecretarias de Estado continuou a crescer durante o período autoritário, mas só atingiu a maturidade após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Com efeito, foi apenas durante os governos democráticos que o cargo passou a ser utilizado em todos os ministérios. Consequentemente, aumentou de modo muito significativo no período democrático o número de pastas, atingindo o máximo (64) no período compreendido entre 1974 e 76. Desde então até 2010 a média de Secretarias e Subsecretarias de Estado situou-se em cerca de 40 (Anexo II, p. 99).

III. 2. Enquadramento jurídico

Quando o cargo de Subsecretário de Estado é introduzido pela primeira vez, em 1916, é criado formalmente como lugar “de comissão para todos os efeitos legais” (art. 1.º da Lei 524 de 5 Maio de 1916 ¹¹), estabelecendo ainda que deve ser exercido através de delegação de funções confiadas pelo Ministro. Apesar disso, e atendendo ao perfil dos primeiros ocupantes destes cargos, verificamos que o estatuto informal é bastante alto e politizado. O primeiro Subsecretário de Estado das Finanças – Artur de Almeida Ribeiro – tinha sido previamente duas vezes Ministro e era um Democrático histórico, muito próximo de Afonso Costa (o Ministro das Finanças). De igual modo, o primeiro Subsecretário de Estado das Colónias – Celestino Pais – tinha já sido Ministro das Colónias e ainda da Marinha.

¹¹ Diário do Governo n.º 86, Série I, de 1916-05-05, p. 401.

Quando o cargo é reintroduzido em 1926, o estatuto formal mantém-se no essencial, mas o perfil dos Subsecretários de Estado é completamente diverso, sendo os titulares escolhidos entre os funcionários do respectivo ministério, pelo que se depreende que a função seria de mero auxílio técnico do Ministro. Pelo contrário, quando Salazar assume a pasta das Finanças, rodeia-se de indivíduos de competência técnica mas que são também seus fiéis colaboradores ou amigos – Guilherme Moreira, Costa Leite (Lumbralles), Armindo Monteiro, Águedo de Oliveira.

Em 1932, num Decreto que visava definir as competências do novo Subsecretário de Estado da Agricultura, para além de pela primeira vez serem definidas áreas e instituições sob a tutela específica de um Subsecretário de Estado, é estabelecido que este assume as “funções ministeriais” que lhe forem confiadas pelo Ministro de modo escrito ou verbal (art. 1.º e 2.º do Decreto 21651 de 19 Setembro de 1932 ¹²). A Constituição de 1933 não viria a clarificar esta situação, prevendo a possibilidade facultativa de existirem Subsecretários de Estado (art. 106.º 1), não especificando as suas funções mas vinculando o seu mandato ao dos Ministros (art. 106.º 2). Já em 1938, é o Decreto de criação do Subsecretário de Estado das Obras Públicas que revela a importância do trabalho do Subsecretário de Estado na resolução de problemas cada vez mais abundantes e urgentes:

“Tendo-se reconhecido que o grande desenvolvimento dos serviços do Ministério das Obras Públicas e Comunicações não permite ao respectivo Ministro resolver sem delongas, prejudiciais aos interesses do Estado, todos os assuntos...” (Decreto 28741 de 6 Junho de 1938).

Não obstante, em termos jurídicos o estatuto anterior mantém-se e este depende da delegação do Ministro (art. 2.º do Decreto 28741 de 6 Junho de 1938 ¹³).

Ao contrário do que tinha acontecido com os Subsecretários de Estado, o cargo de Secretário de Estado é criado de modo genérico, não se restringindo a

¹² *Diário do Governo* n.º 210, Série I, de 1932-09-07, p. 1937.

¹³ *Diário do Governo* n.º 129, Suplemento, Série I, de 1938-06-06, p. única.

determinados ministérios (art. 1.º do Decreto 41824 de 13 Agosto de 1958 ¹⁴). Por outro lado, inovando em termos de competências face aos Subsecretários, os Secretários de Estado são funcionalmente equiparados a Ministros na área da sua secretaria de Estado, estando no entanto sujeitos à coordenação ministerial (art. 3.º do Decreto 41824 de 13 Agosto de 1958). Juridicamente possuem competência administrativa e legislativa própria, não dependendo portanto de delegação ministerial. Têm ainda assento no Conselho de Ministros, quando assuntos das suas áreas sectoriais façam parte da ordem do dia, e possuem um gabinete próprio, composto por um Chefe de gabinete e um Secretário (art. 5.º do Decreto 41824 de 13 de Agosto de 1958).

Apesar de este ser o enquadramento jurídico dos Subsecretários e Secretários de Estado no Estado Novo, o perfil do titular da pasta assumia naturalmente especial importância. Com efeito, quem era o Subsecretário ou Secretário de Estado ditava muitas vezes o acesso ao Ditador e a importância que assumia na sua área sectorial (Pinto, 2001). Assim, e tendo em conta que este facto ganha ainda maior importância em virtude de Salazar ser um Ditador centralizador na decisão (Carvalho *et al.*, 2012)¹⁵, Subsecretários de Estado como Santos Costa, Dinis da Fonseca ou Teotónio Pereira tinham um estatuto informal muito diferente de outros Subsecretários ou mesmo de Ministros.¹⁶

Depois da Revolução de Abril de 25 de 1974, que restaurou a Democracia em Portugal, o estatuto dos Secretários de Estado só é entendível à luz da estrutura de governo desenhada pela Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976. O Governo português é, segundo o art. 183.º da CRP, constituído por um Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado e (opcionalmente) Subsecretários de Estado.

Ao Primeiro-ministro são essencialmente atribuídas funções de direcção do funcionamento político e administrativo do Governo e da sua relação com outros

¹⁴ *Diário do Governo* n.º 177, Suplemento, Série I, de 1958-08-13, p. 889-90.

¹⁵ Salazar diria logo em 1934: *“A consequência lógica do princípio ditatorial aqui aplicado é que muitos preparem, um só resolve e faça executar com meios bastantes”* (Salazar, 1951a: 371).

¹⁶ Luís Filipe Leite Pinto, Subsecretário de Estado da Educação Nacional entre 1946 e 1949, chegaria a afirmar: *“Durante os três anos e três meses que servi na administração do nosso País, raros contactos tive com Salazar”* (Pinto, 1993: 4).

órgãos de soberania bem como funções de coordenação e orientação dos Ministros (art. 201.º n.º1 da CRP).

Aos Ministros cabe dirigir a execução das políticas do seu ministério e ainda assegurar a ligação entre o Governo e as entidades administrativas sob a sua tutela funcional (art. 201.º n.º2 da CRP). Ao contrário de outros países, como Itália (Cotta e Verzichelli, 2007: 119), todos os Ministros têm atribuída uma pasta específica¹⁷, com um determinado número de Secretários (e, por vezes, Subsecretários) de Estado sob sua tutela, definido no Despacho de nomeação ou em Decreto-lei (art. 183.º n.º3 da CRP). Assim, ainda que sob a coordenação do Primeiro-Ministro, é aos Ministros que cabe a responsabilidade de implementação das políticas públicas numa determinada área de actuação que o Governo entenda relevante, possuindo nesse âmbito alguma autonomia, à semelhança do que acontece em outros países, como Espanha (Bar, 1988: 106) e Itália (Cotta, 1988: 128-33).¹⁸

Os Secretários de Estado têm como função primordial a colaboração directa com os Ministros, bem como a sua substituição (art. 185.º n.º2 da CRP). Apesar de não possuírem competência legislativa e administrativa originária, a definição das suas atribuições é variável, dependendo do estipulado no despacho de nomeação ou em Decreto-lei (art. 183.º n.º3 da CRP). Exercem funções delegadas pelos Ministros em pastas específicas dentro da área de actuação do ministério em causa, o que significa que asseguram na prática a ligação numa determinada área entre o ministério e as instituições administrativas sob a sua tutela, bem como a concretização efectiva das políticas em si delegadas. A pasta atribuída ao Secretário de Estado exprime, de um modo geral, quais são essas instituições administrativas e essas políticas, especificando o verdadeiro conteúdo das competências de um determinado ministério.

Os Subsecretários de Estado, tal como os Secretários de Estado, não possuem competência legislativa e administrativa originária, já que a sua competência exerce-se

¹⁷ No período em causa, apenas no I Governo Constitucional existiram Ministros sem pasta: um Ministro Sem Pasta e um Ministro de Estado sem qualquer pasta atribuída. Mesmo quando existiram Vice-Primeiros-Ministros (no IV, VI, VIII, IX, XI e XIX Governos Constitucionais) estes possuíram sempre uma pasta associada a esse estatuto.

¹⁸ Apesar de a CRP não o referir expressamente, uma interpretação extensiva permite mesmo concluir pela prerrogativa de os Ministros não apenas executarem mas proporem políticas, o que acontece na prática. É essa também a posição de Freitas do Amaral (1998: 247).

no âmbito de competências delegadas pelo Ministro ou subdelegadas pelo Secretário de Estado. Possuem igualmente uma pasta que lhes delimita uma área de actuação, sendo nesse âmbito específico que as competências lhe são delegadas.

III. 3. Enquadramento comparado

Os Secretários de Estado detêm em Portugal uma função de cariz essencialmente departamental, dependente em termos funcionais do Ministro e com tutela sob um conjunto de entidades administrativas. A sua relevância e autonomia, nomeadamente no processo de formulação de políticas públicas, tem sido assinalada pela escassa literatura existente (Lobo, 2005: 190, 193) e reforçada pelos intervenientes (Miranda e Sousa, 1985). No entanto, e apesar de fazerem parte integrante da estrutura governativa de grande parte dos países europeus¹⁹, existe uma variação considerável das funções desempenhadas por estes actores políticos. Em geral partilham a pouca relevância constitucional, a dependência funcional de um Ministro, a responsabilidade de nível departamental e não governativo (à excepção do Secretário de Estado da Presidência, quando exista).

Müller e Strøm (2000: 23) definem o cargo como “political appointees who do not have voting rights in the cabinet” e Manow (2008) contrapõe com uma definição mais precisa: “government positions and political appointees which do not formulate policy and prepare legislation on their own”. Já Blondel (1982: 211) reporta-se ao cargo simplesmente como um segundo escalão governativo sob dependência do Ministro. Existem, no entanto, como este último autor reconhece, sob o manto desta definição uma grande pluralidade de designações e funções entre diferentes governos (Blondel, 1982: 214-5). Daremos em seguida, de modo sumário, alguns exemplos representativos dessa pluralidade na Europa Ocidental.²⁰

¹⁹ A Finlândia e a Dinamarca são exemplos de inexistência de Secretários de Estado na respectiva estrutura governativa.

²⁰ Para uma análise (essencialmente) formal dos Secretários de Estado em outros países, nomeadamente de países fora do contexto europeu, cf. Manow, 2008: 7-12.

Podemos imaginar um “continuum” onde num extremo se encontram países em que o cargo de Secretários de Estado assume importantes funções políticas (por exemplo de articulação entre o ministério e o partido e o Parlamento) e/ou departamentais (com definição clara de áreas e entidades tuteladas). No outro extremo, o caso de países em que o mesmo cargo assume funções eminentemente administrativas, com um grau de dependência efectiva do Ministro muito acentuado.

Em Espanha e Itália, os casos mais próximos do português, os Secretários de Estado (*Secretario de Estado* e *Sottosegretario di Stato*, respectivamente) são cargos políticos com responsabilidades principalmente de nível departamental e com alguma autonomia a esse nível (Bar, 1988: 107; Cotta, 1988: 129-30). Apesar dessa autonomia depender sempre da delegação do Ministro, o Secretário de Estado assegura não só um conjunto de tarefas específicas de índole sectorial como de índole política (Cotta e Verzichelli, 2007: 119-20).

No Reino Unido os Secretários de Estado (*Junior Minister*) assumem uma função política e departamental, com baixa autonomia. A função política é acentuada no caso dos Secretários de Estado especializados na ligação política do ministério ao Parlamento (*Undersecretary of State*) e a função departamental no caso dos Secretários de Estado especializados no auxílio do Ministro (*Minister of State*) (Theakston, 1987: 66-112, Searing, 1994: 287-98).

Na Alemanha estes actores políticos possuem funções políticas (*Parlamentarische Staatssekretäre*) ou funções burocráticas (*Staatssekretäre*). No primeiro caso visam essencialmente o reforço do peso político do ministério e de ligação do ministério ao Parlamento, pelo que têm necessariamente que ser membros do Parlamento (Saalfeld, 2003: 367-8; Manow, 2008: 8). Apesar da estrutura governativa ser bastante hierarquizada, os Secretários de Estado têm vindo a ganhar alguma importância a nível departamental, nomeadamente em algumas fases da formulação de políticas (Müller-Rommel, 1988b: 156).

Nos Países Baixos o cargo de Secretário de Estado (*Staatssecretarissen*) é visto como um mero meio de auxílio departamental do Ministro, detendo um baixo estatuto e uma fraca autonomia dentro do ministério (Andeweg, 1988: 54-6). Com

efeito, só recentemente os Secretários de Estado passaram a substituir os respectivos Ministros no Conselho de Ministros (Andeweg e Irwin, 2005: 54).

Por fim, na Suécia os Secretários de Estado (Statssekreterare), apesar de serem a segunda figura do ministério, têm funções essencialmente administrativas. Apesar disso, a tradição tem sido a nomeação de indivíduos de confiança política do Ministro (Bergman, 2000: 211).

CAPÍTULO IV

O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

O presente capítulo visa traçar o perfil sociopolítico dos Secretários de Estado nomeados entre 1976 e 2011, ou seja, pretende caracterizar os indivíduos que exerceram este cargo com base nos seus atributos sociais e experiências políticas.

Nesse sentido, começamos por analisar a experiência política acumulada pelos Secretários de Estado até ao momento da sua primeira nomeação. Com efeito, o percurso político prévio é um dos factores com maior capacidade de condicionar a escolha governativa (Cabannes, 1990: 71). Assim, as competências políticas adquiridas numa experiência parlamentar, partidária ou executiva anterior (ainda que estas não tenham tido lugar no período imediatamente anterior à nomeação) podem vir a revelar-se fundamentais para a escolha do Ministro ou Secretário de Estado. Esta análise permitirá identificar as principais rotas de acesso político à carreira governativa, bem como avaliar o grau de politização destes actores.

Analisaremos, em seguida, as suas principais características sociodemográficas. Nesse sentido, teremos em consideração o género, a idade de nomeação para o cargo, as origens geográficas. O perfil sociodemográfico que emergir desta análise permitirá demonstrar a importância de determinadas características sociais no acesso aos cargos políticos governativos (Blondel, 1985: 15-6).

Teremos ainda em consideração o percurso académico. Com a análise do nível de habilitações literárias e das áreas e locais de formação académicas obteremos uma caracterização do “capital cultural” dos indivíduos no momento da sua nomeação (Gaxie, 1983: 454-6).

Visar-se-á, finalmente, traçar um perfil profissional, evidenciando a importância da detenção de determinados percursos profissionais no recrutamento das elites governativas (Czudnowski, 1975: 201). As diversas dimensões que compõem esta caracterização sociodemográfica serão analisadas à luz da distinção entre Secretários de Estado *políticos* e *especialistas*.

IV. 1. Perfil político

IV. 1.1. Experiência parlamentar

A rota parlamentar é usualmente considerada uma das mais determinantes no acesso à carreira governativa. Nas palavras de Blondel (1985: 63): “Although it is often claimed that the influence of legislatures has declined in the contemporary world, the legislature remains the essential channel of recruitment of ministers...”. No entanto, apenas um em cada cinco Secretários de Estado da Democracia portuguesa já tinham exercido o cargo de Deputado nacional.

Tabela 1 – Experiência parlamentar dos Secretários de Estado

Cargos parlamentares*	N	%
Deputado nacional	109	19,64
Deputado regional	3	0,54
Deputado europeu	5	0,90
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>

* Exercício efectivo do cargo parlamentar antes da primeira nomeação como Secretário de Estado.

O número de Secretários de Estado com experiência parlamentar na Assembleia Legislativa Regional da Madeira ou dos Açores é ainda menos expressivo, contando com apenas 3 indivíduos. De igual modo, a experiência parlamentar europeia não se destaca como uma rota privilegiada de acesso ao cargo, na medida em que apenas 5 indivíduos exerceram o cargo no Parlamento Europeu antes de ingressarem no governo.

Por outro lado, a maioria dos indivíduos que passaram pela Assembleia da República antes da nomeação governativa exerceu durante apenas um mandato o cargo parlamentar. Com efeito, apenas 21,1% teve uma experiência parlamentar considerável, assumindo o cargo em 3 ou mais legislaturas.

Tabela 2 – Experiência parlamentar nacional dos Secretários de Estado

N.º de mandatos*	N	%
1	55	50,46
2	31	28,44
≥ 3	23	21,10
<i>Total</i>	<i>109</i>	<i>100,00</i>

* Número de mandatos efectivamente exercidos antes da primeira nomeação como Secretário de Estado.

A baixa taxa de parlamentarização dos Secretários de Estado portugueses pode ser interpretada em primeiro lugar como resultado da substancial autonomia gozada pelos Primeiros-ministros na escolha do elenco governativo (Portas e Valente, 1990; Silva, 2002, 2004). No caso específico dos Secretários de Estado, a escolha é muitas vezes deixada ao livre critério do Ministro, que gozando de tal autonomia utiliza como critério principal de escolha a competência sectorial ou de gestão (Portas e Valente, 1990: 334; Silva, 2002: 108). Em segundo lugar, existe no sistema político português uma tendência para a subalternização relativa do papel desempenhado pelas estruturas parlamentares, como comissões e grupos parlamentares, não obstante a tendência de racionalização parlamentar (Leston-Bandeira, 2004). Por outro lado, deve ter-se em conta que existe uma tendência importante para escolher “tecnocratas” e “independentes” para os governos portugueses (Almeida e Pinto, 2006: 53; Almeida e Pinto, 2012). Por fim, esta relativa desvalorização da experiência parlamentar pode estar relacionada com a tardia democratização portuguesa, já que se tivermos em conta a globalidade dos países da Europa Ocidental, Portugal terá de ser considerado um “latecomer”. Na verdade, tendo em conta que os Governos estão no topo de uma gigantesca máquina administrativa revestida de legitimidade democrática (Cotta, 1991: 176), é expectável que as suas ligações com a instituição parlamentar se tendam a fortalecer progressivamente após a transição democrática.

Estes factores repercutem-se igualmente na experiência parlamentar dos Ministros portugueses, que entre 1976 e 1999 rondava os 51,5% (Almeida e Pinto, 2006: 48), um valor substancialmente inferior à média da Europa Ocidental (75,5%, segundo De Winter, 1991: 48). No entanto, se compararmos com os Secretários de

Estado (19,6%), no caso dos Ministros existe uma maior valorização da carreira parlamentar no acesso ao governo. Acresce a este facto que, ao contrário dos Secretários de Estado, os Ministros com experiência parlamentar permaneceram na sua maioria por mais de dois mandatos como Deputados (Almeida e Pinto, 2006: 49).²¹ Assim, não só os Secretários de Estado utilizaram menos a rota parlamentar no acesso ao governo como, quando o fizeram, essa experiência foi mais curta.

Tal como em Portugal, em Espanha os Secretários de Estado não possuem em geral uma assinalável experiência parlamentar. Na realidade, também apenas cerca de 20% dos Secretários de Estado nomeados entre 1977 e 2010 tinham sido previamente Deputados (Dato e Teruel, 2013: 22). Uma diferença assinalável face ao caso português é a relevância da experiência parlamentar regional, ainda que não ultrapasse os 8%. Já a proporção de Secretários de Estado com experiência no Parlamento Europeu é igualmente inexpressiva (cerca de 1%).

IV. 1.2. Experiência partidária

A par da experiência parlamentar, a experiência partidária é tida como uma das mais relevantes no acesso a posições governativas, não fosse uma das principais funções e características definidoras dos partidos políticos a selecção das elites políticas (Czudnowski, 1975: 225; Putnam, 1976: 49). Apesar disso, apenas 146 Secretários de Estado dos 555 nomeados entre 1976 e 2011 exerceram funções dirigentes partidárias de cariz nacional ou regional. A percentagem de indivíduos com “background” partidário não ultrapassa, portanto, 26%.

²¹ Deve, contudo, ter-se em conta que os valores apresentados em Almeida e Pinto (2006: 49) reportam-se ao número de eleição como Deputado e não ao número de mandatos efectivamente cumpridos, o que pode ser significativo na medida em que alguns destes indivíduos podem nunca ter chegado a exercer o cargo devido à nomeação para o governo.

Tabela 3 – Experiência partidária dos Secretários de Estado

Cargos partidários	N	%
Dirigente partidário	146	26,31
Dirigente partidário nacional	125	22,52
Dirigente partidário regional	84	15,14
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>

Deve notar-se que os Secretários de Estado que possuíam esta experiência política foram, na sua esmagadora maioria, dirigentes nacionais e que o número dos que apenas foram dirigentes partidários regionais sem nunca ascenderem a cargos nacionais é muitíssimo baixo. Deste modo, apesar de a rota partidária não ser de modo geral muito expressiva, ela é mais relevante em posições nacionais, onde o protagonismo mediático, a proximidade do centro de decisão partidário e a possibilidade de especialização sectorial (o que acontece muitas vezes através da distribuição de “pastas” em órgãos nacionais partidários²²) contribuem para o aumento das hipóteses de selecção.

Os motivos da relativa baixa partidarização dos Secretários de Estado devem ser equacionados tendo em conta a fragilidade estrutural dos partidos portugueses, já que se verificam tradicionalmente baixos níveis de penetração territorial e social (Jalali, 2007). A percepção deste fenómeno tem inclusivamente levado os partidos a promover iniciativas pré-eleitorais de abertura à sociedade civil, que têm servido como rampas de lançamento para a nomeação de “independentes” para o governo (Almeida e Pinto, 2012: 10).

Apesar de esta situação afectar tanto a selecção de Secretários de Estado como de Ministros, a experiência partidária dos Ministros é substancialmente superior, pois entre 1976 e 1999 cerca de 49% dos Ministros tinham sido dirigentes partidários nacionais ou regionais (Almeida e Pinto, 2006: 50). Um dos factores que pode contribuir para justificar esta diferença é o cariz sectorialmente mais específico do cargo de Secretário de Estado face à natureza mais generalista do cargo ministerial. Com efeito, à medida que se desce na estrutura governativa, aumenta a especificidade

²² Servem de exemplo a distribuição de pastas em órgãos como o Secretariado Nacional, no Partido Socialista (PS), e a Comissão Política Nacional, no Partido Social Democrata (PSD).

das áreas de governação e será natural que aumente a tendência para escolha de indivíduos considerados especialistas.²³

Dato e Teruel (2013: 28) revelam um grau de partidarização dos Secretários de Estado da Democracia espanhola a rondar os 17%. Apesar dos dados não serem totalmente comparáveis, por se reportarem apenas aos membros dos órgãos nacionais no momento da nomeação, este é um valor substancialmente inferior ao registado em Portugal.

IV. 1.3. Experiência executiva e de assessoria

Para além do Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado existem outros cargos governativos que, embora possam ser considerados secundários, a importância na politização dos seus titulares não deve ser desvalorizada. Nesse sentido, cargos como o de Subsecretário de Estado ou o conjunto de cargos considerados de assessoria política (Chefe de Gabinete, Assessores, Adjuntos) podem constituir experiências determinantes para o acesso à carreira governativa (Dogan, 1986: 53). Apesar disso, em Portugal o cargo de Subsecretário de Estado não se destaca como uma experiência política particularmente significativa no acesso ao cargo de Secretário de Estado.²⁴

Tabela 4 – Experiência executiva e de assessoria dos Secretários de Estado

Cargos	N	%
Subsecretário de Estado	22	3,96
Chefe de Gabinete, Assessor, Adjunto	97	17,48
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>

²³ Naturalmente, esta situação varia em função do tipo de pastas, na medida em que a especificidade sectorial aumentará de modo significativo apenas em secretarias de Estado não-políticas. No entanto, como poderemos verificar no Gráfico presente no Anexo II (p. 99), as pastas não-políticas constituem a maioria de Secretarias de Estado da Democracia portuguesa.

²⁴ Deve, no entanto, ter-se em conta que o cargo de Subsecretário de Estado não se afirmou na estrutura de governo, existindo em apenas alguns governos e em algumas pastas específicas ao longo da Democracia portuguesa.

A experiência de assessoria é bastante mais expressiva, ultrapassando os 17%. A pertença a um Gabinete ministerial é utilizada muitas vezes como uma primeira etapa no percurso de indivíduos com um perfil político, mas também como um meio de politização de indivíduos especialistas, de modo a adquirirem competências políticas. Com efeito, entre os 97 Secretários de Estado com experiência de assessoria política, 62 (64%) eram *especialistas*. No caso dos Ministros portugueses, a experiência de assessoria é menos significativa, representando cerca de 10% dos indivíduos (Almeida e Pinto, 2006: 48).

IV. 1.4. Experiência regional e local

A política regional ou local assume-se em muitos países como uma verdadeira rampa de lançamento para carreiras governativas. Cerca de 52% dos Ministros da Europa Ocidental foram previamente eleitos para cargos políticos a nível regional ou local (Thiébault, 1991: 33). No entanto, as carreiras políticas regionais e locais muito raramente conduziram em Portugal a carreiras governativas, não representando qualquer um destes cargos mais do que 6% das experiências prévias dos Secretários de Estado. A experiência política regional é ainda menos expressiva, pois o cargo de Governador Civil foi apenas exercido previamente por 8 indivíduos e o de membro de Governo Regional por 3 indivíduos.

Tabela 5 – Experiência política regional e local dos Secretários de Estado

Cargos	N	%
Governador Civil	8	1,44
Membro de Governo Regional	3	0,54
Presidente de Câmara Municipal	10	1,80
Vereador	32	5,77
Membro de Assembleia Municipal	35	6,31
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>

A experiência em cargos de gestão autárquica é um pouco mais significativa, apesar de o cargo local mais importante – o de Presidente de Câmara Municipal –

apenas figurar em cerca de 2% dos currículos dos Secretários de Estado da Democracia portuguesa. Deve ter-se em conta, no entanto, uma tendência crescente na importância das autarquias locais como resultado do reforço da autonomia local e das suas condições de financiamento resultantes dos fundos comunitários e ainda do protagonismo crescente dos presidentes da Câmara do Porto e de Lisboa na vida política nacional (Almeida e Pinto, 2006: 52-3).²⁵ No entanto, o baixo número de grandes cidades em Portugal não permitiu com frequência a construção de um número representativo de sólidas carreiras políticas a nível local, com projecção nacional suficiente para o acesso a cargos governativos. Por outro lado, como mencionámos anteriormente, só recentemente as autarquias portuguesas têm vindo a conhecer maior autonomia e capacidade financeira, condições consideradas importantes para a passagem de uma carreira política local para uma carreira política governativa (Thiébaud, 1991: 31). A situação não é muito distinta em Espanha, onde a expressividade dos Secretários de Estado com experiência em governos locais se situa nos 9% (Dato e Teruel, 2013: 22).

A baixa representatividade da experiência política regional como porta de acesso ao cargo de Secretário de Estado em Portugal está necessariamente ligada com o facto de Portugal assumir a forma de Estado Unitário, apesar de descentralizado administrativamente. Com efeito, a escassez de dimensão territorial e a inexistência de clivagens culturais assinaláveis em Portugal, foram dois importantes factores para evitar o fortalecimento de identidades e práticas políticas regionais, como aconteceria num Estado Regional ou Federal.

Pelo contrário, em Espanha, um Estado regional, não só os Ministros têm mais experiência em arenas políticas regionais (Teruel, 2011: 315-22) como também os Secretários de Estado (Dato e Teruel, 2013: 22). Outra razão associada à baixa representatividade da experiência política regional em Portugal pode prender-se com o facto de os cargos regionais sempre terem mantido uma grande autonomia em relação ao processo político nacional: enquanto os Governadores civis se tornaram cada vez mais posições controladas pelas estruturas partidárias regionais, a

²⁵ A verificação empírica desta tendência nos Secretários de Estado levou-nos inclusivamente a considerar o cargo de Presidente de Câmara como critério para considerar o perfil do indivíduo como *político*.

composição dos Governos Regionais permaneceu no âmbito da autonomia estatutária dos partidos das respectivas Regiões Autónomas.

IV. 1.5. Balanço geral

Como verificámos, entre as rotas parlamentar, partidária, executiva e regional ou local, subsistem vários tipos de experiências políticas onde os indivíduos podem adquirir competências relevantes no acesso ao governo, nomeadamente ao cargo de Secretário de Estado. Muitas vezes estas experiências sobrepõem-se no percurso político individual, não sendo por isso raros os casos de indivíduos que, em especial, acumulam experiências parlamentares e partidárias, o que Blondel (1985) designa de “party-cum-parliamentary route”. No outro extremo do espectro, situam-se os indivíduos que são nomeados Secretários de Estado sem qualquer tipo de experiência política, representando 54,2%. Por sua vez, 45,8% dos indivíduos exerceu efectivamente um cargo político, ainda que a nível local ou de assessoria, detendo por esse motivo alguma experiência política.

Tabela 6 – Balanço geral da experiência política dos Secretários de Estado*

	N	%
Com algum tipo de experiência política	254	45,77
Sem qualquer experiência política	301	54,23
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>

* Detenção de pelo menos um cargo de nomeação política (Deputado, Dirigente partidário, Subsecretário de Estado, Chefe de Gabinete, Assessor, Adjunto, Governador Civil, Membro de Governo Regional, Presidente de Câmara Municipal, Vereador, Membro de Assembleia Municipal) antes da primeira nomeação como Secretário de Estado.

A proporção de Secretários de Estado com experiência política “latu sensu” é consequentemente significativa, embora não surpreenda que os Ministros portugueses registem níveis de experiência política substancialmente superiores - cerca de 77% (Almeida e Pinto, 2006: 48).

IV. 2. Perfil sociodemográfico

IV. 2.1. Género

O cargo de Secretário de Estado em Portugal é uma função quase exclusivamente masculina, na medida em que 91% dos indivíduos que exerceram o cargo eram homens.

Tabela 7 – Género dos Secretários de Estado

Género	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Mulheres	50	9,00	14	8,19	36	9,38
Homens	505	91,00	157	91,81	348	90,63
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>	<i>171</i>	<i>100,00</i>	<i>384</i>	<i>100,00</i>

Estes valores praticamente não se alteram se tivermos em conta os diferentes perfis de especialização. Com efeito, a diferença de género na distinção entre *políticos* e *especialistas* não atinge os 2%, não obstante essa diferença significar que efectivamente existem mais mulheres entre os Secretários de Estado com perfil especialista (cerca de 9%) que entre os Secretários de Estado com perfil político (cerca de 8%).

A baixa taxa de feminização dos Secretários de Estado da Democracia portuguesa deve ser entendida como um fenómeno mais amplo, não exclusivo de Portugal e não restrito às elites políticas (Viegas e Faria, 2001). Os principais factores envolvidos são tanto de natureza histórica, cultural, sociológica e económica como estritamente política e estão muitas vezes interligados (Davis, 1997; Siaroff, 2000; Escobar e Taylor, 2005). A diferença verificada entre *políticos* e *especialistas*, apesar de pouco expressiva, reflecte a tendência para a nomeação de mulheres para o governo como *especialistas* (Davis, 1997: 87; Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson, 2005). Com

efeito, como também refere Siaroff (2000: 209) “Specialist recruitment patterns aid in women in cabinet”.

As 50 Secretárias de Estado representam 9% do universo analisado, um valor ainda assim francamente superior ao registado para os Ministros portugueses nomeados entre 1974 e 1999, que se situava em redor dos 4% (Almeida e Pinto, 2006: 46).²⁶ Viegas e Faria (2001: 28) interpretam esta diferença como reflexo da propensão das mulheres para ocupar posições mais secundárias, um fenómeno verificado em outros campos da vida social, económica e cultural e em outras arenas políticas. Tem-se verificado o mesmo cenário no Parlamento, com uma presença muito minoritária de mulheres, não obstante a existência de uma tendência clara desde a década de 90 no sentido de uma maior representatividade feminina (Freire, 1999: 57-8).

Esta tendência de aumento da proporção de mulheres foi verificada também nos Secretários de Estado em Espanha, atingindo 34% no último governo Zapatero (Dato e Teruel, 2013: 15). A média da Democracia espanhola é, no entanto, bastante inferior, situando-se nos 13,5% (Dato e Teruel, 2013: 12), o que ainda assim constitui uma diferença assinalável face a Portugal (9%).

Uma das razões políticas que explicam esta diferença parece estar associada aos mecanismos formais e informais de promoção da discriminação positiva das mulheres no acesso aos cargos governativos. Com efeito, Zapatero constituiu o seu segundo governo seguindo uma regra informal de paridade, muito longe do máximo atingido em Portugal, pelo primeiro governo de António Guterres, com cerca de 16% de mulheres. Deve notar-se, no entanto, que a paridade nunca foi atingida relativamente aos Secretários de Estado, o que faz Dato e Teruel (2013: 15) concluir que no caso específico dos Secretários de Estado a sua menor visibilidade “[m]ay have contributed to make equal gender representation a secondary aspect (...) or, at least, an issue of much less priority”.

²⁶ A média de feminização ministerial da Europa Ocidental é cerca de 6% (Thiébaud, 1991: 25).

IV. 2.2. Idade

A idade média de acesso ao cargo de Secretário de Estado em Portugal situa-se em torno dos 43 anos. Apesar de o indivíduo mais jovem ter sido nomeado aos 25 anos e o menos jovem aos 67 anos, ingressos com estas idades constituem situações excepcionais já que cerca de 80% são nomeados para este cargo entre os 30 e os 50 anos.

Tabela 8 – Escalões etários e idade média dos Secretários de Estado

Escalão etário (anos)	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
≤ 30	18	4,05	12	7,50	6	2,11
31-40	163	36,71	59	36,88	104	36,62
41-50	187	42,12	67	41,88	120	42,25
51-60	67	15,09	20	12,50	47	16,55
≥ 61	9	2,03	2	1,25	7	2,46
<i>Total*</i>	444	100,00	160	100,00	284	100,00
Média (anos)	42,79		41,76		43,37	

* Os totais correspondem ao número de indivíduos cuja idade foi possível obter informação.

A distinção entre o perfil etário de um *político* e de um *especialista* revela que, em média, aqueles são nomeados mais jovens, com 42 anos, e estes com 43. A diferença acentua-se um pouco em relação às nomeações pré-30 anos, onde os Secretários de Estado *políticos* possuem mais peso relativo. Com efeito, um indivíduo com perfil especialista possui em regra uma carreira educacional e profissional mais longa, o que torna mais difícil o ingresso no governo antes dos 30 anos. Pelo contrário, essa situação torna-se um pouco mais usual no caso de indivíduos com um perfil político: a pertença desde cedo às estruturas dirigentes partidárias e/ou o cumprimento de um ou dois mandatos como Deputado podem constituir credenciais suficientes para despoletar uma nomeação governativa antes ou pouco depois dos 30 anos.

Tendo em conta que o cargo de Secretário de Estado é para muitos destes indivíduos o seu primeiro cargo político de relevo, a idade de 43 anos pode considerar-se relativamente alta, principalmente se se tiver como termo de comparação a idade média dos Ministros portugueses entre 1974 e 1999, que se situa à volta dos 46 anos (Almeida e Pinto, 2006: 34). Seria naturalmente previsível que os Secretários de Estado fossem em termos médios mais jovens do que os Ministros, mas seria igualmente expectável que, sendo o cargo de Secretário de Estado muitas vezes encarado como de aprendizagem governativa ou especialização, a diferença pudesse ser mais acentuada. De modo ainda mais manifesto, em Espanha, segundo Dato e Teruel (2013: 12), os Secretários de Estado ingressam no cargo com uma idade superior (cerca de 47 anos) à dos Ministros (cerca de 46 anos). A idade média relativamente avançada dos Secretários de Estado parece, nesse sentido, confirmar o seu estatuto de actor relevante a nível ministerial em países como Portugal e Espanha.

IV. 2.3. Origem geográfica

Relativamente à origem geográfica, verificamos uma grande predominância das duas principais cidades portuguesas – Lisboa e Porto, representando agregadas cerca de 39% da origem dos Secretários de Estado. Lisboa, em particular, demonstra o centralismo geográfico no recrutamento destes actores, já que representa cerca de 30% das proveniências.

Para além de Lisboa e Porto, obtêm especial relevância as restantes capitais de Distrito, confirmando no caso dos Secretários de Estado portugueses a importância dos centros urbanos na extracção das elites políticas. Já as restantes localidades de Portugal continental e insular representavam cerca de 34% da origem geográfica dos indivíduos.

Tabela 9 – Principais origens geográfica dos Secretários de Estado

Origem geográfica	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Lisboa*	121	30,25	26	16,99	95	38,46
Porto*	34	8,50	16	10,46	18	7,29
Capitais de Distrito	66	16,50	32	20,92	34	13,77
Resto do Continente	139	34,75	65	42,48	74	29,96
Ilhas	7	1,75	4	2,61	3	1,21
Antigas Colónias	29	7,25	9	5,88	20	8,10
Estrangeiro	4	1,00	1	0,65	3	1,21
<i>Total**</i>	<i>400</i>	<i>100,00</i>	<i>153</i>	<i>100,00</i>	<i>247</i>	<i>100,00</i>

* Refere-se à Grande Lisboa e ao Grande Porto (NUTS III).

** Os totais correspondem ao número de indivíduos cuja origem geográfica foi possível obter informação.

No caso dos *especialistas*, o grau de centralização geográfica ainda é mais expressivo, pois a representação na capital atinge os 38%, mais de o dobro (17%) em relação aos *políticos*. Efectivamente, Secretários de Estado com um perfil político possuem uma proveniência geográfica mais heterogénea, o que pode ser interpretado como resultado da implantação territorial dos partidos políticos e da existência de círculos eleitorais com base distrital. O critério de representação geográfica estará, por esse motivo, mais subjacente na escolha de Secretários de Estado *políticos* do que na escolha de *especialistas*.

A predominância de origens regionais nas grandes cidades, com especial destaque para Lisboa, não é uma característica exclusiva dos Secretários de Estado, mas sim uma tendência histórica verificada em Portugal nas elites burocráticas (Nunes, 2012), parlamentares (Magone, 2000a) e ministeriais (Almeida e Pinto, 2006). O crescimento do Estado central, a pujante dinâmica económica e crescimento populacional da área metropolitana de Lisboa, bem como a tradicional tendência centralizadora do sistema político fizeram continuamente de Lisboa o centro político nevrálgico do país. Efectivamente, como refere Almeida (2005: 444), a propósito da elite administrativa oitocentista, nascer e viver em Lisboa afigurava-se como a situação mais propícia para estabelecer as redes sociais e políticas essenciais ao acesso a altos cargos no Estado.

IV. 2.4. Educação

Em termos educativos, podemos caracterizar os Secretários de Estado como uma elite política altamente qualificada já que 96% dos indivíduos possuíam à data da nomeação um diploma universitário. Por outro lado, é muito significativo o peso dos indivíduos com um grau académico superior à Licenciatura, ascendendo a cerca de 37%, entre os quais cerca de 14% possuíam Doutoramento.

Tabela 10 – Grau académico dos Secretários de Estado

Grau académico*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Incompleto ou não-frequência	18	3,96	11	6,79	7	2,40
Licenciatura	268	59,03	112	69,14	156	53,42
Pós-graduação/Mestrado	103	22,69	30	18,52	73	25,00
Doutoramento	65	14,32	9	5,56	56	19,18
Total**	454	100,00	162	100,00	292	100,00

* Corresponde ao Grau académico mais elevado detido pelo indivíduo à data da primeira nomeação como Secretário de Estado.

** Os totais correspondem ao número de indivíduos cujo grau académico foi possível obter informação.

A detenção de estudos pós-graduados ou de Doutoramento assume especial peso no grupo dos *especialistas*, representando quase 45% dos indivíduos enquanto entre os *políticos* não ultrapassa os 24%. Concomitantemente, é nos *políticos* que a proporção sem formação superior completa é mais significativa. Assim, apesar de em termos gerais os Secretários de Estado possuírem uma alta qualificação académica, ela é claramente desigual face ao perfil de especialização: ao serem recrutados com base em critérios extra-políticos, os *especialistas* carecem necessariamente de outras credenciais para serem escolhidos. A educação afirma-se, nesse sentido, como um atributo fundamentalmente diferenciador para os *especialistas*.

Tal como os Secretários de Estado, quase todos os Ministros da Democracia portuguesa possuem formação superior, verificando-se ainda uma percentagem significativa (30%) que possui uma formação académica superior à Licenciatura

(Almeida e Pinto, 2006: 38). Comparativamente, a proporção de Secretários de Estado com Pós-graduações ou Doutoramentos é inclusivamente superior, alcançando os 37%. Com efeito, apesar de a percentagem de Secretários de Estado doutorados ser mais baixa face à registada para os Ministros entre 1976 e 1999, essa diferença é compensada pela existência de uma maior percentagem de Secretários de Estado com estudos pós-graduados.

Em Espanha, os Secretários de Estado possuem igualmente um nível de escolaridade elevado, na medida em que apenas cerca de 2% dos indivíduos não possuíam formação académica superior e que cerca de 35% detinham diplomas de estudos pós-graduados ou de Doutoramento (Dato e Teruel, 2013: 14). Estes resultados, muito semelhantes aos que apurámos para Portugal, indiciam que não tem existido uma desvalorização efectiva do estatuto do cargo. Pelo contrário, tendo em conta as credenciais académicas, poderíamos afirmar que os Secretários de Estado são percebidos como membros de primeira linha dentro da estrutura governativa.

Direito e Economia são as principais áreas de formação académica dos Secretários de Estado portugueses já que cerca de 59% destes indivíduos detinham em alguma daquelas áreas o seu grau de formação superior mais elevado.²⁷ Para além de Direito e Economia, merecem destaque a Engenharia e as Ciências Sociais. Na verdade, estas quatro áreas representam cerca de 84% das formações, o que é assinalável se tivermos em conta a crescente diversificação da oferta curricular ocorrida em Portugal nas últimas décadas.

²⁷ Note-se que mesmo se tivermos em consideração todo o percurso académico, a predominância dos indivíduos que obtiveram algum diploma (Licenciatura, Pós-graduação/Mestrado ou Doutoramento) em Direito e Economia ao longo do seu percurso académico mantém-se. Assim, 32,5% estudaram Direito nalgum momento da sua carreira académica e 30% Economia. Este facto é relevante pois muitos indivíduos obtiveram uma formação interdisciplinar, combinando uma formação pós-graduada distinta da Licenciatura.

Tabela 11 – Áreas de formação académica dos Secretários de Estado

Área de formação*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Direito	133	29,36	60	37,97	73	24,75
Economia e Gestão	132	29,14	32	20,25	100	33,90
Engenharia e Arquitectura	63	13,91	20	12,66	43	14,58
Ciências Sociais	53	11,70	29	18,35	24	8,14
Agronomia	23	5,08	5	3,16	18	6,10
Matemática e Ciências Naturais	17	3,75	1	0,63	16	5,42
Humanidades	14	3,09	3	1,90	11	3,73
Medicina	11	2,43	7	4,43	4	1,36
Militar	7	1,55	1	0,63	6	2,03
<i>Total**</i>	<i>453</i>	<i>100,00</i>	<i>158</i>	<i>100,00</i>	<i>295</i>	<i>100,00</i>

* Corresponde à área de formação do Grau académico mais elevado pelo indivíduo detido à data da primeira nomeação.

** Os totais correspondem ao número de indivíduos cuja área de formação foi possível obter informação.

A tendência para o predomínio do Direito e da Economia, e, numa segunda linha, da Engenharia e das Ciências Sociais mantém-se quando distinguimos entre *políticos* e *especialistas*. Todavia, existem diferenças significativas no peso destas áreas de formação em cada um destes perfis de especialização. Com efeito, apesar de o Direito ser o grau académico mais detido entre a totalidade dos Secretários de Estado, entre os *especialistas* é a Economia a principal área de formação, sendo consequentemente nos *políticos* que o Direito assume um peso muito substancial, atingindo quase 38%. Por outro lado, se no caso da Engenharia a diferença é pouco significativa (cerca de 2%) em favor dos *especialistas*, já no caso das Ciências Sociais verifica-se um peso relativo bastante superior desta área de formação entre os *políticos*, alcançando uma diferença de 10% (18% face a 8%).

Como lembrava Weber (1991: 81), ao jurista estão associados um conjunto de características importantes para o exercício de cargos políticos. O cargo de Secretário de Estado, apesar de não possuir a exigência em argumentação e oratória que o cargo de Ministro ou mesmo de Deputado, implica que o indivíduo desempenhe um conjunto diversificado de funções políticas onde a formação jurídica pode ser uma competência importante (Theakston, 1987). Neste sentido, é natural que seja entre

os Secretários de Estado *políticos* que o Direito seja mais relevante. Pelo contrário, o aumento progressivo da formação económica tem especial impacto nos *especialistas*, na medida em que nestes são essencialmente valorizadas competências não-políticas, pelo que as competências educacionais de gestão e planificação são um activo fundamental.

A constatação de que o Direito consubstancia uma fatia importante da base educacional de recrutamento dos Secretários de Estado confirma uma tendência verificada historicamente em Portugal e em outras elites políticas. Por exemplo, no caso dos Ministros e dos Deputados essa tendência é clara em todos os regimes políticos (Almeida e Pinto, 2006: 38; Magone, 2000a). Mais recentemente, a hegemonia do Direito tem sido ameaçada por outras formações, como a Engenharia e a Economia. A segunda área de formação mais relevante no percurso educacional dos Ministros da Democracia portuguesa é a Engenharia, atingindo os 29,3%, seguindo-se-lhe a Economia, com 20,6% (Almeida e Pinto, 2006: 38). Por sua vez, as Ciências sociais surgem como área de formação de apenas 5% dos Ministros.

Em Espanha, o peso do Direito na formação das elites democráticas governativas ainda é mais vincado, já que cerca de 58% dos Ministros e cerca de 50% dos Secretários de Estado eram juristas. A Economia surge também como a segunda área de formação mais significativa, representando 27% (Dato e Teruel, 2013: 14).

No que toca ao local da formação académica, cabe destacar a preponderância maioritária dos estabelecimentos de Ensino Superior sedeados em Lisboa. Apesar da significativa criação de pólos universitários em várias cidades nas últimas décadas, desafiando a monopolização da oferta universitária em Lisboa e Coimbra, foi por Lisboa que passou a maioria dos indivíduos que ascenderam ao cargo de Secretário de Estado.

Tabela 12 – Locais do percurso académico dos Secretários de Estado

Local da Universidade*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Lisboa	317	73,21	87	57,24	230	81,85
Coimbra	63	14,55	35	23,03	28	9,96
Porto	58	13,39	31	20,39	27	9,61
Outros nacionais	19	4,39	13	8,55	6	2,14
Estrangeiro	86	19,86	19	12,50	67	23,84
<i>Total**</i>	<i>433</i>	<i>100,00</i>	<i>152</i>	<i>100,00</i>	<i>281</i>	<i>100,00</i>

* Corresponde à(s) localidade(s) da(s) Universidade(s) que o indivíduo frequentou ao longo do seu percurso académico.

** Os totais correspondem ao número de indivíduos cuja área de formação foi possível obter informação. Foi utilizada contagem múltipla de modo a englobar os indivíduos com percurso académico em diferentes universidades; por essa razão a soma das percentagens não totaliza 100%.

A Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa foram as instituições de ensino superior mais frequentadas, sendo a Faculdade de Direito de Lisboa e o Instituto Superior de Economia e Gestão autênticos viveiros de recrutamento governativo.

Depois de Lisboa, as cidades nacionais mais relevantes no percurso educativo dos Secretários de Estado são Coimbra e Porto. Merece, no entanto, especial destaque o número muito significativo de indivíduos que frequentaram universidades estrangeiras durante o seu percurso académico. Com efeito, cerca de 20% obteve um diploma numa universidade estrangeira, com especial destaque para as universidades britânicas e norte-americanas.

A relevância de Lisboa é ainda maior no caso de indivíduos com perfil especialista, atingindo os 82%. Em sentido inverso, Coimbra e Porto possuem mais peso relativo nos *políticos*. Este facto está com certeza associado à maior representatividade de origens geográficas dos *políticos*, a que aludimos anteriormente. Por fim, é entre os *especialistas* que existem mais percursos académicos pelo estrangeiro, representando quase 24%, o que confirma a aposta decisiva que estes indivíduos colocaram na sua especialização educativa e profissional.

Tal como no caso dos Secretários de Estado, Lisboa mantém-se como a principal referência no percurso educativo ministerial, já que cerca de 70% dos indivíduos nomeados entre 1976 e 1999 passaram pela capital durante a sua formação académica (Almeida e Pinto, 2006: 39). É ainda muito significativo o número de Ministros com percurso académico no estrangeiro, ascendendo a 27% dos indivíduos.

IV. 2.5. Profissão

As ocupações profissionais que mais Secretários de Estado exerciam eram as de professor universitário, funcionário público administrativo, gestor e advogado, representando estas quatro profissões cerca de 76% das ocupações profissionais principais.

Tabela 13 – Principais ocupações profissionais dos Secretários de Estado

Ocupação profissional*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Professor universitário	113	25,51	35	22,29	78	27,27
Funcionário público	95	21,44	28	17,83	67	23,43
<i>Funcionário Público dirigente</i>	55	12,42	8	5,10	47	16,43
<i>Funcionário Público não-dirigente</i>	40	9,03	20	12,74	20	6,99
Gestor de empresa(s)	73	16,48	21	13,38	52	18,18
Advogado	55	12,42	31	19,75	24	8,39
Funcionário de empresa	30	6,77	13	8,28	17	5,94
Magistrado	11	2,48	1	0,64	10	3,50
Político profissional	9	2,03	9	5,73	0	0,00
<i>Total**</i>	443	100,00	157	100,00	286	100,00

* Corresponde à ocupação profissional principal do indivíduo à data da primeira nomeação; por essa razão não foi utilizada contagem múltipla.

** Os totais correspondem ao número de indivíduos cuja área de formação foi possível obter informação. São incluídas apenas as ocupações profissionais mais significativas; por essa razão a soma das percentagens não totaliza 100%.

A profissão mais representativa é a de docente universitário, pois esta profissão era para um em cada quatro Secretários de Estado a sua ocupação profissional principal. Cerca de 21% eram funcionários públicos administrativos de carreira (entre os quais 12,4% ocupa funções dirigentes), cerca de 16,5% gestores

empresariais e cerca de 12,4% advogados. Por fim, merecem destaque os indivíduos que poderemos considerar como políticos profissionais (cerca de 2%).²⁸

A ocupação política a tempo inteiro ganha mais relevância como via ocupacional dos Secretários de Estado *políticos* mas é a docência universitária e a advocacia que se afirmam como as profissões mais relevantes para estes indivíduos, representando cerca de 22% e 20%, respectivamente. Entre os *especialistas* a advocacia é bastante menos expressiva (cerca de 8%) mas a docência universitária é ainda mais significativa (cerca de 27%). Para além dos professores universitários, merecem especial destaque, no caso dos *especialistas*, os funcionários públicos, representando cerca de 23%, e os gestores empresariais, com cerca de 18%. A importância destas ocupações é, mais uma vez, muito distinta no caso dos *políticos*, onde o funcionalismo público de carreira não alcança os 18% e a gestão os 14%.

Existe, portanto, uma diferença clara entre o perfil profissional dos Secretários de Estado *políticos* e *especialistas*: entre estes abundam as profissões que implicam a aquisição de competências específicas, seja de cariz educacional, como os docentes universitários, sectorial, como os funcionários públicos administrativos, ou de gestão, como os gestores empresariais; ao invés, entre aqueles destacam-se também profissões mais generalistas, como advogado ou mesmo político a tempo inteiro.

O peso significativo dos professores universitários confirma a Universidade como meio de recrutamento preferencial das elites governativas portuguesas (Almeida e Pinto, 2006: 41-2), sendo em especial um meio privilegiado de recrutamento de *especialistas*, altamente qualificados numa área específica do saber e consequentemente percebidos como peritos. Deve ter-se em conta, no entanto, que o perfil de docência universitária é diferente entre Secretários de Estado e Ministros: muitos dos Secretários de Estado (principalmente os *políticos*) ainda se encontravam a iniciar a carreira académica ou permaneciam há vários anos no mesmo escalão (devido à carreira política que desenvolveram paralelamente). Pelo contrário, entre os Ministros existiam mais Professores com carreiras

²⁸ Considerámos “Político profissional” o indivíduo que, anteriormente à primeira nomeação como Secretário de Estado, detinha uma carreira essencialmente política (no Parlamento, na administração local, em cargos de assessoria política, etc.) sem nunca ter exercido regularmente uma ocupação profissional.

consagradas. O perfil ocupacional dos Ministros da Democracia portuguesa reflecte ainda a importância dos gestores, dos advogados, dos engenheiros e dos funcionários públicos superiores (Almeida e Pinto, 2006: 41).

Em Espanha, a importância dos professores e dos funcionários públicos também se revelam preponderantes no percurso profissional dos Secretários de Estado nomeados entre 1977 e 2010. A percentagem de funcionários públicos superiores é especialmente elevada, atingindo 28,5%. No entanto, actividades profissionais relevantes no currículo dos Secretários de Estado portugueses, como a de gestor, não ultrapassa os 9% na Democracia espanhola enquanto em Portugal atinge os 16,5%.

A ocupação profissional dos Secretários de Estado pode ainda ser observada de um ponto de vista mais amplo, que englobe não só a profissão principal mas todas as profissões detidas ao longo do percurso profissional do indivíduo. Deste modo, esta análise permite-nos perceber o verdadeiro impacto do exercício de uma determinada profissão no acesso ao cargo. Os resultados demonstram que a docência universitária é a profissão que mais Secretários de Estado desempenharam. Se tivermos em consideração apenas os *especialistas*, 45% dos indivíduos tiveram experiência como docentes no Ensino Superior.

Tabela 14 – Principais ocupações profissionais dos Secretários de Estado (II)

Ocupação profissional*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Professor universitário	173	39,05	44	28,03	129	45,10
Funcionário Público	145	32,73	34	21,66	111	38,81
<i>Funcionário Público dirigente</i>	81	18,28	10	6,37	71	24,83
<i>Funcionário Público não-dirigente</i>	74	16,70	25	15,92	49	17,13
Gestor de empresa(s)	106	23,93	32	20,38	74	25,87
Advogado	75	16,93	40	25,48	35	12,24
Funcionário de empresa	77	17,38	28	17,83	49	17,13
Magistrado	12	2,71	1	0,64	11	3,85
Político profissional	9	2,03	9	5,73	0	0,00
<i>Total**</i>	443	100,00	157	100,00	286	100,00

* Corresponde às ocupações profissionais do indivíduo à data da primeira nomeação.

** Foi utilizada contagem múltipla de modo a englobar os indivíduos com várias ocupações profissionais e incluíram-se apenas as ocupações profissionais mais relevantes; por essas razões a soma das percentagens não totaliza 100%.

Cerca de um terço dos Secretários de Estado passaram pela Administração Pública. Esta proporção é bastante significativa, na medida em que estas funções podem ter sido uma experiência fundamental para ser reconhecido como alguém com valiosas competências sectoriais (Birnbaum, 1982: 51-5). Este reconhecimento pode ser ainda maior quando o indivíduo tem uma longa carreira na Administração Pública, tendo percorrido toda a cadeia hierárquica até chegar ao topo da carreira numa determinada área específica. Esta via ocupacional foi importante sobretudo no caso dos *especialistas*, pois cerca de 39% passaram pela Administração Pública por oposição a 22% com perfil político.

Outro percurso profissional importante está associado à gestão de empresas, já que cerca de 24% dos Secretários de Estado tinham experiência na gestão empresarial. Muitos destes começaram por trabalhar para uma empresa antes de assumirem funções de gestão. Por esse motivo, o trabalho por conta de outrem em empresas públicas e privadas é significativo no percurso profissional (17,4%). Por fim, cerca de 17% exerceram advocacia ao longo da sua carreira, apesar de muito raramente em regime de exclusividade. Entre os *políticos* a percentagem aumenta para cerca de 25%, por oposição a apenas 12% entre os *especialistas*.

A maioria dos Secretários de Estado apenas detiveram ocupações profissionais ligadas ao Estado, pelo que o seu percurso profissional pode ser considerado de natureza pública.

Tabela 15 – Estatuto do percurso profissional dos Secretários de Estado

Estatuto do percurso profissional*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Público	243	55,48	73	47,40	170	59,86
Privado	86	19,63	48	31,17	38	13,38
Misto	109	24,89	33	21,43	76	26,76
<i>Total**</i>	<i>438</i>	<i>100,00</i>	<i>154</i>	<i>100,00</i>	<i>284</i>	<i>100,00</i>

* Corresponde ao estatuto público, privado ou misto do conjunto de ocupações profissionais que compõem o percurso profissional do indivíduo à data da primeira nomeação.

** Os totais correspondem ao número de indivíduos cuja área de formação foi possível obter informação.

Acresce a este facto a proporção elevada de percursos profissionais mistos (cerca de 25%), ou seja, de percursos profissionais relativos a indivíduos que trabalharam no sector privado e no sector público. Assim, cerca de 80% dos Secretários de Estado tinham tido algum tipo de actividade profissional de natureza pública antes de serem nomeados para o cargo e apenas 20% estiveram ligados exclusivamente ao sector privado.

Se tivermos em conta a distinção entre Secretários de Estado com perfil político e especialista, verificamos que é entre os últimos que o estatuto público do percurso profissional mais relevância adquire já que 60% destes indivíduos apenas detiveram ocupações profissionais públicas, por oposição a 47% entre os *políticos*. Concomitantemente, os *políticos* têm mais percursos ligados ao sector privado que os *especialistas*.

Estes resultados demonstram um grande peso das actividades profissionais ligadas ao Estado no acesso ao cargo: deter um percurso profissional estritamente privado torna mais escassas as hipóteses de nomeação para Secretário de Estado em Portugal. Demonstram ainda que os *especialistas* muito raramente adquirem competências específicas fora da órbita do Estado, pois o usual será adquirirem competências educacionais como professores universitários ou sectoriais como funcionários públicos administrativos. No mesmo sentido, a aquisição de competências de gestão verifica-se essencialmente através de posições em empresas e instituições públicas.

A forte dependência do emprego público por parte dos Secretários de Estado vai ao encontro do que acontece com os Ministros portugueses nomeados entre 1976 e 1999 (Almeida e Pinto, 2006: 42) e com os Secretários de Estado da Democracia espanhola (Dato e Teruel, 2013: 19).

CAPÍTULO V

A CARREIRA GOVERNATIVA DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Neste capítulo temos como objectivo principal obter uma caracterização da passagem dos Secretários de Estado pelo governo. Começamos por examinar a duração da carreira governativa, ou seja, por analisar por quanto tempo permaneceram os indivíduos no cargo ao longo das suas vidas. Esta análise permitirá distinguir entre os indivíduos que deixaram uma marca e os que apareceram ocasionalmente na cena política (Dogan, 1989: 241). Por sua vez, esta distinção revela-se um bom indicador da influência e da eficácia que um indivíduo assume no exercício do cargo. Contemplaremos, em especial, a diferença entre a duração da carreira governativa de *políticos* e *especialistas*.

Analizamos, em seguida, a distribuição dos Secretários de Estado pelas diversas pastas ministeriais. O objectivo desta análise será colocar em evidência a diferenciação na atribuição das pastas baseada no perfil político ou especialista, descortinando até que ponto diferentes ministérios exigem diferentes perfis de especialização (De Winter, 1991).

No subcapítulo seguinte, teremos em conta o número de governos e pastas para que cada indivíduo foi nomeado ao longo da sua carreira governativa, na medida em que nos permite verificar se a um determinado perfil corresponde efectivamente uma menor mobilidade governativa. A existência de mobilidade entre governos e entre pastas é relevante por demonstrar até que ponto o cargo de Secretário de Estado é exercido de modo ocasional ou recorrente e se assume como uma posição especializada ou generalista (Bakema, 1991).

Examinamos ainda a distribuição de Secretários de Estado pelos diferentes tipos de governo, ou seja, por governos monopartidários, de coligação e de iniciativa presidencial. Está subjacente a esta análise verificar se a selecção do perfil do indivíduo pode ser influenciada pela composição partidária do governo (Dowding e Dumont, 2009).

Finalmente, teremos em consideração os indivíduos que, depois de serem Secretários de Estado, ascenderam ao cargo de Ministro. Identificaremos as pastas que estes indivíduos ocuparam como Secretários de Estado e analisaremos a adequação entre essas pastas e as pastas que ocuparam enquanto Ministros de modo a perceber quais os ministérios mais propiciadores de ascensão ministerial e até que ponto o cargo de Secretário de Estado tem efectivamente uma componente de aprendizagem sectorial.

V. 1. Duração

A duração média da carreira governativa como Secretário de Estado é de cerca de 2 anos e meio. Apesar de existirem casos de longas carreiras governativas, como por exemplo o de Jorge Figueiredo Lopes, Secretário de Estado durante cerca de 13 anos, em regra os Secretários de Estado têm carreiras curtas.

Tabela 16 – Duração da carreira governativa dos Secretários de Estado

Intervalos de duração*	<i>Total</i>		<i>Políticos</i>		<i>Especialistas</i>	
	N	%	N	%	N	%
< 1 ano	161	29,01%	43	25,15%	118	30,73%
1-2 anos	152	27,39%	38	22,22%	114	29,69%
2-4 anos	135	24,32%	45	26,32%	90	23,44%
4-6 anos	60	10,81%	18	10,53%	42	10,94%
6-8 anos	38	6,85%	26	15,20%	12	3,13%
> 8 anos	9	1,62%	1	0,58%	8	2,08%
<i>Total</i>	555	100,00%	171	100,00%	384	100,00%
Duração média (anos)*	2,33		2,70		2,16	

* Corresponde à duração total de todos os mandatos como Secretário de Estado ao longo da sua carreira governativa.

Carreiras governativas de curta duração retiram capacidade de eficácia aos cargos governativos, na medida em que em escassos meses os indivíduos não têm

sequer o tempo necessário para se adaptar às funções e à dinâmica governativa. Tendo em conta que, como verificámos, a maioria dos Secretários de Estado não tinham qualquer tipo de experiência política prévia, este período de aprendizagem seria fundamental para um desempenho eficaz do cargo. No entanto, o número de indivíduos com uma carreira com duração inferior a 1 ano é bastante significativa. Com efeito, existe um número muito considerável que apenas permaneceu no cargo por breves meses: a maioria relativa (29%) não permaneceu na função por mais de os um ano e cerca de 27% não ultrapassou dois anos. Por sua vez, 24% exerceu funções num período compreendido entre os 2 e os 4 anos, pelo que os que ultrapassaram a marca dos 4 anos constituem uma minoria de cerca de 19%. Entre esta minoria só um grupo muito restrito ultrapassou os 8 anos, podendo por isso considerar-se que teve uma longa carreira governativa como Secretário de Estado.

Quando distinguimos entre *políticos* e *especialistas* transparece uma ligeira maior duração média da carreira governativa dos primeiros. Por outro lado, a proporção de indivíduos com carreiras inferiores a um ano é mais significativa entre os *especialistas* (31%) do que entre os *políticos* (25%). Acresce a este facto que os *políticos* tendem mais vezes a permanecer por períodos superiores a 6 anos (16%) face aos *especialistas* (5%), não obstante ser entre estes que se verifica a maior percentagem de casos de carreiras governativas com mais de 8 anos de duração.

Ainda que não seja muito acentuada, a tendência para os *políticos* terem carreiras mais longas está associada à existência de maiores expectativas de regresso ao governo por parte destes indivíduos e ao facto de a exoneração de *especialistas* em regra envolver menos custos partidários. Com efeito, ao contrário dos *políticos*, os *especialistas* são percebidos como tendo tarefas específicas (“men with a mission”), pelo que será natural completarem apenas um mandato e estarem mais sujeitos a remodelações. João Correia, Secretário de Estado da Justiça no XVIII Governo Constitucional, justificou assim a sua saída prematura do executivo: “Entrei no governo para cumprir uma missão. Entendi que já estava cumprida e tudo o que estivesse a

mais era só para estragar.”²⁹ Independentemente de esta ter sido ou não a verdadeira razão da sua saída, a declaração ilustra o modo como efectivamente muitos *especialistas* encaram o exercício do cargo de Secretário de Estado.

A duração das carreiras governativas dos Secretários de Estado é muito semelhante à verificada para os Ministros portugueses nomeados entre 1976 e 1999 (Almeida e Pinto, 2006: 25), já que é bastante elevada a percentagem de Ministros com uma carreira governativa inferior a um ano (32,3%) e reduzida a percentagem dos que permaneceram no cargo por mais de 4 anos (19,2%).³⁰

A relativa curta duração das carreiras das elites governativas em Portugal não pode ser dissociada de factores estruturais, como a transição democrática e uma dinâmica de rejuvenescimento. Com efeito, segundo Blondel (1985: 112) os processos de transição entre regimes políticos podem ter como efeito encurtar a duração dos mandatos ministeriais até que o novo regime se estabilize. Em Portugal o processo de estabilização inicia-se a partir de 1982, com a importante I Revisão Constitucional (Linz e Stepan, 1996: 116-129). Este processo teve reflexo na estabilidade governativa, pois permitiu em 1987 a constituição pela primeira vez de um governo com maioria absoluta de um só partido. Até então Portugal tinha apenas conhecido governos minoritários, governos compostos por várias combinações partidárias ou governos de iniciativa presidencial, fórmulas que não tinham assegurado a pretendida estabilidade governativa: entre 1976 e 1987 nenhum governo completara o mandato de 4 anos. O caso dos três governos de iniciativa presidencial é ainda mais significativo já que nenhum ultrapassou os 7 meses de duração e o primeiro (III Governo Constitucional) durou apenas 2 semanas.

Outro factor importante associado à curta duração das carreiras governativas é a dinâmica de rejuvenescimento identificada por Blondel nos sistemas onde o apoio parlamentar do executivo é essencial:

²⁹ Entrevista de João José Garcia Correia disponível na edição online do Jornal i, de 5 de Abril de 2011. Disponível em: <http://www.ionline.pt/artigos/joao-correia-fundamentacoes-ministro-sao-fantasticas-illegais> [Consultada em 14-08-2013].

³⁰ Para a Europa Ocidental, a duração ministerial média verificada entre 1945 e 1984 foi de 4,5 anos (Bakema, 1991: 75)

“The culture of prime ministerial governments is one of almost continuous changes in the composition of Cabinets. There is a rejuvenation by bringing new blood (as well as by rotation within the Cabinet). There is «restlessness» in almost all governments almost all of the time” (Blondel, 1985: 143).

Esta dinâmica de rejuvenescimento tende a acentuar-se quando o Primeiro-ministro goza de grande autonomia na selecção e exoneração dos membros do governo, o que efectivamente acontece em Portugal (Almeida e Pinto, 2009). Na realidade, ao optar por uma estratégia de substituição regular de alguns Ministros, o Primeiro-ministro despoleta na prática quase sempre a substituição dos Secretários de Estado sob a tutela desses Ministros.

Tendo em conta que a carreira governativa tem uma duração média de 2 anos e meio e que existe quase um terço dos indivíduos cuja carreira não durou mais de um ano, podemos concluir que o cargo de Secretário de Estado está longe de configurar uma profissão ou mesmo uma etapa estável da carreira política. Pelo contrário, ser Secretário de Estado em Portugal assume, em regra, um carácter transitório. Entre os indivíduos com perfil político esta transitoriedade deve-se em parte devido ao cargo de Secretário de Estado ser encarado como um cargo de passagem, muitas vezes para funções ministeriais (como veremos mais à frente) mas também para regressar à política local ou parlamentar com um capital político reforçado. Já entre os *especialistas* este cargo é normalmente encarado como uma oportunidade ocasional de implementar medidas concretas numa área onde se sentem confortáveis.

V. 2. Tipos de governo

Ao longo da Democracia portuguesa, independentemente do tipo de governo ou da sua composição partidária, os Secretários de Estado com perfil especialista permaneceram sempre maioritários. No entanto, existem algumas diferenças no grau de relevância da presença de *especialistas* e *políticos* de acordo com o tipo de

governo. Através da análise da Tabela 17, verificamos que os *políticos* têm mais expressão nos governos de coligação do que nos governos monopartidários, já que nestes representam 27% das nomeações e naqueles 36%. Concomitantemente, os *especialistas* assumem um peso mais acentuado nos governos monopartidários.

Tabela 17 – Tipo de Governos a que pertenceram os Secretários de Estado

Tipo de Governo	Total		Políticos		Especialistas	
	N*	%	N*	%	N*	%
Coligação	227	100,00	81	35,68	146	64,32
Monopartidário	325	100,00	89	27,38	236	72,62
<i>PS</i>	205	100,00	76	37,07	129	62,93
<i>PSD</i>	120	100,00	20	16,67	100	83,33
Presidencial	64	100,00	4	6,25	60	93,75

* Foi utilizada contagem múltipla de modo a englobar os indivíduos que fizeram parte de diferentes tipos de governo.

A maior expressão de *políticos* em governos de coligação deve-se em grande medida à necessária negociação interpartidária existente neste tipo de governo no momento da distribuição das secretarias de Estado.³¹ Com efeito, num governo de coligação as pastas devem ser distribuídas através de um processo de negociação entre os diversos partidos, o que implica a escolha de indivíduos fortemente identificados com os respectivos partidos (Strøm *et al.*, 2010). Foi o que admitiu Francisco Pinto Balsemão em entrevista logo após a posse do VII Governo Constitucional:

“Em primeiro lugar, trata-se de um governo de coligação (...). Na composição do Governo atendeu-se à necessidade de uma representação dos partidos que integram essa coligação. Não se trata, portanto, de cedências mas apenas de respeitando uma determinada proporção, escolher as melhores pessoas para cada lugar.” (Entrevista de F.P. Balsemão a Maria João Avillez, *Expresso* de 10 de Janeiro de 1981, Revista, p. 2)

³¹ Note-se que a negociação interpartidária é uma particularidade dos governos de coligação que subjaz não só à escolha dos governantes mas também à cadeia de delegação nestes governos (Müller, 2000: 312).

É natural, portanto, que a tendência para escolher indivíduos com experiência partidária ou experiência parlamentar se acentue neste tipo de governos. Nas palavras de Dowding e Dumont (2009: 9):

“In coalition governments the party effect obviously is much greater. Here the very formation of the coalition itself is founded upon the distribution of seats amongst parliamentary parties, and therefore party leaders often have a great say in ministerial selection...”

Por outro lado, nos governos monopartidários, não obstante existir negociação intrapartidária (Strøm, 1990), a autonomia do Primeiro-ministro é maior já que não existe negociação interpartidária. Esta autonomia na escolha dos membros do governo (potenciada pela obtenção de maiorias absolutas em governos monopartidários) afirma-se desde logo face ao partido e é traduzível na maior facilidade com que o Chefe de Governo ou os Ministros escolhem indivíduos sem experiência política (Dowding e Dumont, 2009).

Como seria expectável, os *especialistas* têm uma presença esmagadora nos governos de iniciativa presidencial, representando cerca de 94% dos Secretários de Estado nomeados no III, IV e V Governos Constitucionais. Na medida em que estes governos visaram expressamente a constituição de um elenco apartidário, a presença de *políticos* foi muito excepcional, tendo apenas 4 indivíduos com perfil político pertencido a estes governos.

Em termos partidários, os Secretários de Estado *políticos* possuem maior peso nos governos monopartidários do PS do que nos governos do PSD. Simultaneamente, é nos governos do PSD que os *especialistas* assumem maior expressão (cerca de 83%) face aos governos do PS (cerca de 63%). Estes resultados indiciam estratégias de captação e politização de especialistas mais activas por parte do PSD, o que muitas vezes foi inclusivamente reflexo de opções pessoais do Primeiro-ministro. Com efeito, como escreveu Cavaco Silva, o único Primeiro-ministro de governos monopartidários do PSD:

“Nunca foi minha preocupação restringir a participação no governo a militantes do PSD – no que era criticado por alguns dirigentes do partido (...); era deliberada a minha vontade de abertura a pessoas de espírito independente...” (Silva, 2004: 30).

Pelo contrário, no PS essa opção não foi tão clara. Apesar de António Guterres, Primeiro-ministro de dois governos monopartidários do PS, ter sido pioneiro no lançamento da iniciativa “Estados Gerais”, como meio de atrair figuras independentes para a “pool” ministeriável, esta opção nunca foi, segundo Laura Ferreira-Pereira (2008), o alfa e ómega da formação dos governos de Guterres já que nestes os dirigentes históricos do PS tiveram sempre um peso muito avultado.

V. 3. Áreas de governação

A distribuição dos Secretários de Estado pelas diversas pastas ministeriais demonstra que existe uma clara diferenciação na atribuição das pastas baseada no perfil de especialização. Com efeito, como podemos verificar através da análise da Tabela 18, determinadas pastas são quase exclusivamente detidas por *especialistas* enquanto noutras a presença de *políticos* é maioritária.

Pastas como as da Economia ou Finanças deixam evidente esta diferenciação: em 87 nomeações nestas pastas, 72 (ou seja, 83%) foram preenchidas com Secretários de Estado *especialistas*. No mesmo sentido, 85,7% dos Secretários de Estado nomeados para a pasta da Indústria ou Comércio e 75,7% dos nomeados para a pasta da Educação eram *especialistas*. Assim, em especial nestas pastas o peso de *especialistas* é esmagador. Mas em muitas outras pastas, como a Agricultura ou o Ambiente e também nas Obras Públicas, os Secretários de Estado com perfil especialista representam mais de 70% das nomeações. Pelo contrário, em determinadas pastas, como a da Administração Interna e as da Presidência ou Assuntos Parlamentares, a presença de *políticos* é maioritária face à de *especialistas*. Estes valores são especialmente significativos se tivermos em conta que a proporção

de *políticos* é francamente inferior à de *especialistas* no universo estudado. Neste sentido, merecem ainda destaque pastas como os Negócios Estrangeiros, a Saúde e as secretarias de Estado na dependência directa do Primeiro-ministro, já que apesar de a maioria das nomeações nessas pastas terem pertencido a *especialistas*, o peso de *políticos* é bastante significativo (cerca de 44% em todas elas).

Tabela 18 – Ministérios das pastas detidas pelos Secretários de Estado

Ministérios	Total		Políticos		Especialistas	
	N*	%	N*	%	N*	%
Economia, Finanças	87	100	15	17,24	72	82,76
Agricultura, Ambiente	87	100	25	28,74	62	71,26
Educação, Ensino Universitário, Ciência	66	100	16	24,24	50	75,76
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	62	100	18	29,03	44	70,97
Indústria, Comércio	49	100	7	14,29	42	85,71
Emprego, Segurança Social	46	100	15	32,61	31	67,39
Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do Primeiro-Ministro	39	100	22	56,41	17	43,59
Negócios Estrangeiros	39	100	17	43,59	22	56,41
Primeiro-Ministro	38	100	17	44,74	21	55,26
Administração interna	35	100	21	60,00	14	40,00
Saúde	27	100	12	44,44	15	55,56
Justiça	18	100	6	33,33	12	66,67
Defesa	18	100	7	38,89	11	61,11
Cultura	11	100	4	36,36	7	63,64
Outros	26	100	9	34,62	17	65,38

* Foi utilizada contagem múltipla de modo a englobar os indivíduos que sobraçaram secretarias de Estado em diversas pastas ministeriais.

Verifica-se, portanto, uma tendência para os *especialistas* serem chamados para pastas económicas e sociais, associadas a áreas mais complexas e de índole técnica. Ao invés, os *políticos* estão maioritariamente presentes em pastas de soberania e de coordenação política, onde o conteúdo político é mais vincado.³² Estas pastas, que compunham o núcleo duro dos governos pós-2ª Guerra e que representam as funções clássicas do Estado, possuem efectivamente um substracto

³² Blondel (1982: 182) denominou apropriadamente estas pastas de “law-and-order departments”.

tradicionalmente mais político do que as restantes pastas, surgidas com o desenvolvimento das funções do Estado (Blondel, 1982: 181-9). Nesse sentido, entende-se a preferência por indivíduos com perfis mais politizados para ocupar estas pastas. Pelo contrário, em pastas ministeriais sectorialmente mais específicas a detenção de conhecimentos especializados na área de actuação ou de competências de gestão tornam-se critérios mais decisivos do que a detenção de competências políticas. No caso particular das secretarias de Estado, onde a especificidade das áreas de governação se acentua, a escolha de *especialistas* ganha especial sentido.

Esta tendência é confirmada pela Tabela 19, já que cerca de 79% dos Secretários de Estado com perfil especialista não detiveram pastas políticas. Pelo contrário, o carácter mais generalista dos *políticos* permite-lhes ser nomeados não só para pastas políticas mas também para pastas não-políticas, o que acontece mesmo em 57% dos casos.

Tabela 19 – Detenção de pastas políticas pelos Secretários de Estado

Tipo de pastas*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Políticas	156	28,11	74	43,27	82	21,35
Não-políticas	399	71,89	97	56,73	302	78,65
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>	<i>171</i>	<i>100,00</i>	<i>384</i>	<i>100,00</i>

* São contabilizadas como tendo pastas políticas todos os indivíduos que ao longo da sua carreira governativa como Secretário de Estado detiveram pelo menos uma pasta num ministério considerado por Blondel (1982: 182) de *law-and-order* e/ou numa secretaria de Estado funcionalmente equivalente. Foram consideradas políticas as seguintes pastas: Adjunto do Primeiro-Ministro; Presidência do Conselho de Ministros; Administração Regional e local; Administração Interna; Administração Pública; Reforma administrativa; Reforma do Estado e da Administração Pública; Integração Administrativa; Justiça; Comunicação social; Integração europeia; Cooperação e Desenvolvimento; Emigração e Comunidades Portuguesas; Defesa; Negócios Estrangeiros; Assuntos do mar; Protecção Civil; Assuntos parlamentares; Assuntos europeus.

No entanto, a escolha de perfis de especialização tendo em conta a secretaria de Estado pode nem sempre ser tão linear já que pode ainda ser afectada por outros factores, como o perfil do indivíduo, o peso político específico que se deseje atribuir a uma determinada área de governação e a utilização estratégica de *especialistas* (em

pastas políticas enquanto figuras politicamente neutras). Em relação à importância do perfil do indivíduo, as palavras de Cavaco Silva são esclarecedoras:

“Foi, por exemplo, o caso de António de Figueiredo Lopes, para Secretário de Estado adjunto da Defesa Nacional, que eu conhecia do Governo de Sá Carneiro, onde fora meu Secretário de Estado do Orçamento. Era uma pessoa com um bom conhecimento das questões administrativas e orçamentais, o que me parecia de grande utilidade num ministério de grande volume de despesas, como o da Defesa” (Silva, 2002: 109).

Já em relação à utilização de *políticos* como meio de conferir peso político acrescido a uma pasta não-política, Santana Lopes, Primeiro-ministro do XVI Governo Constitucional, atesta essa hipótese na escolha de Nuno Morais Sarmento como Ministro:

“Pensei que seria bom Sarmento colocar a sua capacidade política e o seu já razoável conhecimento do Estado, nas suas diferentes matizes, numa pasta tão importante e tão sensível: Obras Públicas, Transportes e Comunicações” (Lopes, 2006: 107).

Estes factores podem ajudar a explicar algumas das excepções à interpretação que apresentámos, nomeadamente em pastas como a Saúde, Negócios Estrangeiros e Adjunto do Primeiro-ministro.

V. 4. Mobilidade

V. 4.1. Mobilidade entre governos

Como podemos concluir pela análise da Tabela 20, a maioria dos indivíduos exerceram funções em apenas um governo (ainda que tenham, eventualmente, durante esse período sobraçado diferentes pastas). Consequentemente, a mobilidade

entre governos não pode ser considerada elevada: o cargo de Secretário de Estado em Portugal é em geral exercido de modo contínuo após uma única nomeação. Ainda assim, um em cada quatro indivíduos foi nomeado em dois governos e cerca de 10% exerceu funções em 3 ou mais governos ao longo da sua carreira governativa.

Tabela 20 – Número de Governos a que pertenceram os Secretários de Estado

Número de Governos	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
1	349	62,88	100	58,48	249	64,84
2	150	27,03	56	32,75	94	24,48
3	45	8,11	13	7,60	32	8,33
4	7	1,26	2	1,17	5	1,30
5	3	0,54	0	0,00	3	0,78
≥ 6	1	0,18	0	0,00	1	0,26
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>	<i>171</i>	<i>100,00</i>	<i>384</i>	<i>100,00</i>

Os *especialistas* possuem menor mobilidade entre governos do que os *políticos*, já que entre aqueles cerca de 65% e entre estes cerca de 58% foram nomeados num único governo. Simultaneamente, é entre os *políticos* que existe maior proporção de indivíduos indigitados em dois governos. A superior mobilidade governativa destes indivíduos está associada nomeadamente ao facto de, em regra, permanecerem politicamente activos após a primeira nomeação, mantendo aspirações a voltar ao governo. Utilizando as palavras claras de Dogan (1989: 241), referindo-se aos Ministros: “It is beautiful to be a minister. It is still better to remain one or to become one again”.

Pelo contrário, a expectativa de regresso ao governo por parte dos *especialistas* é menor na medida em que estes em geral regressam à profissão onde são peritos, encarando o cargo político como uma interrupção da sua carreira profissional. Porém, para além de a diferença não ser muito acentuada, deve ter-se em conta que os Secretários de Estado com mais participações em diferentes governos foram nomeados a primeira vez como *especialistas*. Esses casos, embora raros, devem-se em grande medida à politização destes indivíduos já que apesar de serem nomeados a

primeira vez como *especialistas*, ao longo da sua carreira governativa adquiriram experiência política partidária, parlamentar e/ou autárquica.

A mobilidade entre governos não significa necessariamente que o indivíduo tenha interrompido a sua carreira governativa e regressado à sua actividade profissional e/ou política. Com efeito, mesmo tendo pertencido a mais do que um governo, os Secretários de Estado podem tê-lo feito de modo ininterrupto, em executivos consecutivos. É o que se verifica efectivamente num grande número de casos, já que a percentagem de passagens por um único governo (cerca de 63%) é substancialmente inferior à percentagem de carreiras ininterruptas (cerca de 87%).

Tabela 21 – Número de interrupções na carreira governativa dos Secretários de Estado

Número de interrupções*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	481	86,67	151	88,30	330	85,94
1	67	12,07	19	11,11	48	12,50
2	6	1,08	1	0,58	5	1,30
≥ 3	1	0,18	0	0,00	1	0,26
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>	<i>171</i>	<i>100,00</i>	<i>384</i>	<i>100,00</i>

* Corresponde ao número de vezes que a carreira governativa dos Secretários de Estado foi interrompida; só é considerada interrupção quando o indivíduo foi nomeado em governos não-consecutivos.

Não deixa, no entanto, de ser inesperado o facto de os *especialistas* terem carreiras mais descontínuas do que os *políticos*. De facto, apesar de a diferença ser muito pequena, é entre os *especialistas* que se verificam mais regressos ao cargo em governos não-consecutivos.

V. 4.2. Mobilidade entre pastas

A esmagadora maioria dos Secretários de Estado apenas deteve uma única pasta ao longo da sua carreira governativa. Com efeito, cerca de 81% dos indivíduos exerceram sempre funções na mesma secretaria de Estado (ainda que, eventualmente, em mais do que um governo), enquanto 16,4% foram nomeados na sua carreira em duas pastas substantivamente diversas.

Tabela 22 – Número de pastas dos Secretários de Estado

Número de pastas*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
1	448	80,72	129	75,44	319	83,07
2	91	16,40	33	19,30	58	15,10
3	15	2,70	8	4,68	7	1,82
≥ 4	1	0,18	1	0,58	0	0,00
<i>Total</i>	<i>555</i>	<i>100,00</i>	<i>171</i>	<i>100,00</i>	<i>384</i>	<i>100,00</i>

* Corresponde ao número de secretarias de Estado substancialmente distintas que os indivíduos sobraçaram ao longo da sua carreira governativa.

Mais raramente ainda, 2,9% foram nomeados para 3 ou mais pastas diferentes. Estes resultados sugerem uma mobilidade entre pastas bastante baixa: em geral, quando um Secretário de Estado é nomeado a primeira vez para uma pasta, permanece na mesma pasta ao longo de toda a sua carreira governativa.

A baixa mobilidade entre pastas é ainda mais acentuada entre os *especialistas*, já que cerca de 83% foram nomeados para uma única pasta, enquanto a proporção de *políticos* é um pouco mais baixa, rondando os 75%. Esta diferença deve entender-se à luz das principais competências em causa em cada perfil: as competências específicas (seja de cariz educacional, sectorial ou de gestão) dos *especialistas* tornam a mobilidade entre pastas mais difícil já que estes indivíduos são quase exclusivamente percebidos como peritos numa determinada área de actuação governativa. Ainda assim, cerca de 17% foram nomeados para duas ou mais pastas diferentes, sendo estas normalmente pastas não-políticas. Pelo contrário, os

políticos possuem competências mais genéricas, pelo que a mobilidade entre diferentes pastas torna-se mais expectável. Como Bakema refere em relação aos Ministros:

“At least for the polities where generalists are said to be recruited to the cabinet, ministers are accustomed to change posts. Conversely, where specialised knowledge is deemed to be important, ministers will tend to keep the posts to which they were first appointed” (Bakema, 1991: 95-6).

Os Secretários de Estado possuem em geral uma mobilidade inferior à registada para os Ministros nomeados entre 1976 e 1999 (Almeida e Pinto, 2006: 25). Com efeito, para além de a proporção de Ministros que sobraçaram uma única pasta ao longo da sua carreira ministerial ser inferior à de Secretários de Estado (75% face a 80,7%), a percentagem de indivíduos com três ou mais pastas diferentes é significativamente superior no caso dos Ministros (7,5% face a 2,9%). A menor mobilidade dos Secretários de Estado deve-se em grande medida à especificidade sectorial associada a este cargo: ao serem responsáveis por uma área de actuação governativa muito específica, é nessa área que os Secretários de Estado são de novo nomeados quando regressam ao governo. Por outro lado, ao contrário dos Secretários de Estado, os Ministros participam no Conselho de Ministros, o que permite um conhecimento mútuo permanente e mais profundo dos assuntos dos diversos ministérios.

O nível de mobilidade entre pastas pode ter implicações efectivas no processo de formulação de políticas públicas no governo. Um governo composto predominantemente por Ministros e Secretários de Estado com baixa mobilidade tenderá a formular políticas de modo diferente de um governo onde predominam actores com experiência em várias pastas governativas. Nas palavras de Blondel (1985: 214):

“[g]overnments composed of one-post ministers would seem, in the main, to be more likely to emphasize «sectional» decision-making. Those who see governmental policy from only one angle are unlikely to be willing – or indeed to be able – to pay major attention to the developments of other departments. (...) «Mobile» ministers, on the contrary, are likely to take a broader view of the whole policy process...”

Assim, a baixa mobilidade entre pastas de Ministros e Secretários de Estado em Portugal indicia um alto grau de departamentalização na formulação de políticas, não obstante a crescente importância da coordenação política (Lobo, 2005).

V. 5. Ascensão ministerial

O número de Secretários de Estado da Democracia portuguesa que ascendeu à posição de Ministro é de 77, correspondendo a cerca de 14% do universo estudado. Entre os *políticos* a percentagem é maior, alcançando os 19%, enquanto entre os *especialistas* se situa nos 11%. Apesar de o cargo de Secretário de Estado ser importante no acesso à carreira ministerial – cerca de 46% dos Ministros nomeados entre 1976 e 1999 tinham sido Secretários de Estado (Almeida e Pinto, 2006: 48) – a esmagadora maioria dos indivíduos nunca chega a sobraçar essa função.

A escolha de ex-Secretários de Estado para funções ministeriais entende-se pelo aproveitamento do conhecimento que aquela pessoa adquiriu quanto ao funcionamento do governo em geral e daquele ministério em particular. No entanto, o número muito elevado de Secretários de Estado só permite esse aproveitamento em relação a uma minoria muito curta de indivíduos. Neste sentido, pode afirmar-se que o cargo de Secretário de Estado funciona como um importante funil para a composição da “pool” ministerial. Por outro lado, nem sempre a nomeação é efectuada exclusivamente em pastas ministeriais nas quais já exerceram o cargo de Secretário de Estado. Com efeito, como podemos verificar na Tabela 23, a maioria

dos Secretários de Estado que ascendem a Ministro foram nomeados em pastas ministeriais onde nunca tinham exercido aquele cargo governativo.

Tabela 23 – Continuidade sectorial da carreira ministerial

Continuidade sectorial*	Total		Políticos		Especialistas	
	N	%	N	%	N	%
Pastas iguais	36	46,75	12	36,36	24	54,55
Pastas diferentes	41	53,25	21	63,64	20	45,45
<i>Total</i>	<i>77</i>	<i>100,00</i>	<i>33</i>	<i>100,00</i>	<i>44</i>	<i>100,00</i>

* Correspondência entre os ministérios das pastas que o indivíduo deteve enquanto Secretário de Estado e os ministérios das pastas que sobraçou enquanto Ministro. Um indivíduo deteve pastas iguais quando todas as secretarias de Estado onde exerceu funções estavam integradas nos mesmos ministérios onde foi nomeado Ministro; um indivíduo deteve pastas diferentes quando foi nomeado Ministro num ministério onde nunca tinha previamente exercido funções como Secretário de Estado.

Existe, no entanto, uma diferença significativa entre perfis de especialização: enquanto os *políticos* tendem a sobraçar pastas diferentes quando ascendem a Ministro, o que acontece em 64% dos casos, a maioria dos *especialistas* é nomeado apenas em pastas ministeriais onde já exerceu o cargo de Secretário de Estado. Esta diferença deve ser entendida à luz da maior especialização das competências destes indivíduos, normalmente associados exclusivamente à área de actuação governativa em que são considerados peritos. Pelo contrário, os *políticos* são essencialmente seleccionados com base nas suas competências políticas, sendo que podem colocar tais competências ao serviço do governo num conjunto mais diversificado de pastas.

Os Secretários de Estado que ascenderam a Ministros exerceram preferencialmente a sua carreira governativa em secretarias de Estado dos seguintes ministérios: Economia ou Finanças, Agricultura ou Ambiente e Administração Interna.

Tabela 24 – Ministérios de passagem dos Secretários de Estado antes da primeira nomeação como Ministros

Ministérios	Total		Político		Especialista	
	N	%	N	%	N	%
Economia, Finanças	11	11,34	1	2,63	10	16,95
Agricultura, Ambiente	11	11,34	6	15,79	5	8,47
Administração interna	10	10,31	5	13,16	5	8,47
Emprego, Segurança Social	9	9,28	3	7,89	6	10,17
Primeiro - Ministro	8	8,25	5	13,16	3	5,08
Educação, Ensino Superior, Ciência	8	8,25	3	7,89	5	8,47
Indústria, Comércio	8	8,25	1	2,63	7	11,86
Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do Primeiro - Ministro	7	7,22	4	10,53	3	5,08
Negócios Estrangeiros	7	7,22	5	13,16	2	3,39
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	6	6,19	2	5,26	4	6,78
Defesa	3	3,09	0	0,00	3	5,08
Justiça	3	3,09	1	2,63	2	3,39
Saúde	2	2,06	0	0,00	2	3,39
Outros	4	4,12	2	5,26	2	3,39
<i>Total*</i>	<i>97</i>	<i>100,00</i>	<i>38</i>	<i>100,00</i>	<i>59</i>	<i>100,00</i>

* Foi utilizada contagem múltipla de modo a englobar os indivíduos passaram por vários ministérios enquanto Secretários de Estado.

Existe, no entanto, uma distinção clara entre os dois perfis de especialização. Os *especialistas* passaram principalmente por pastas não-políticas antes de ascenderem a Ministros, em especial de índole económica, como as da Economia ou Finanças e da Indústria ou Comércio. Os *políticos* foram nomeados principalmente para pastas ministeriais de conteúdo mais vincadamente político, como as da Administração Interna, Negócios Estrangeiros e secretarias de Estado na dependência directa do Primeiro-Ministro, mas também para a pasta da Agricultura e Ambiente.

CONCLUSÃO

Esta Dissertação possuiu dois objectivos principais. O primeiro passou por traçar o perfil sociopolítico dos Secretários de Estado da Democracia portuguesa e por caracterizar a sua carreira governativa. O segundo consistiu em descortinar qual a importância da especialização destes indivíduos nesse perfil e nessa carreira.

Se tivermos o primeiro objectivo em conta, podemos identificar as características sociopolíticas e da carreira governativa mais comuns entre os Secretários de Estado da Democracia portuguesa. Assim, o Secretário de Estado tipo da Democracia portuguesa é homem, nasceu em Lisboa e tem cerca de 43 anos. Possui altas qualificações académicas na área do Direito ou da Economia, onde adquiriu um diploma numa instituição de ensino superior da capital. A sua ocupação profissional principal é a de professor universitário ou, em alternativa, de funcionário público administrativo ou gestor empresarial. Em qualquer caso, será bastante provável que detenha um percurso profissional ligado ao Estado. É um indivíduo com pouca ou nenhuma experiência política, sendo esta obtida, se existir, em cargos de segunda linha e não em cargos nacionais de relevo. A sua carreira governativa como Secretário de Estado teve a duração de 2 anos e meio, detendo apenas uma pasta (não-política) num único governo ou, excepcionalmente, em dois governos. É muito plausível que nunca ascenda a Ministro mas se isso acontecer é provável que tenha passado, enquanto Secretário de Estado, por algum dos seguintes ministérios: Economia ou Finanças, Agricultura ou Ambiente, Administração Interna. É, no entanto, possível que seja nomeado Ministro num ministério diferente daqueles por onde passou.

Como se depreende deste perfil tipo, o Secretário de Estado em Portugal dificilmente pode ser considerado como um cargo altamente partidarizado. Pelo contrário, emerge um perfil especializado e uma carreira governativa curta e ocasional. Neste sentido, torna-se difícil percepcionar no caso português este cargo como tem feito a literatura, ou seja, como um meio de recompensa das elites partidárias, um meio de equilíbrio partidário no momento da distribuição das pastas governativas em governos de coligação ou um meio de controlo dos membros do governo pertencentes

ao outro partido (“watchdogs”). Com efeito, para além de os Secretários de Estado serem nomeados tanto em governos de coligação como monopartidários, não detêm maioritariamente um perfil compatível com a função de meros peões partidários. Pelo contrário, em geral estamos perante indivíduos com pouca experiência política, altas credenciais académicas e com uma carreira profissional onde são considerados peritos. O exercício do cargo de Secretário de Estado surge para a maioria destes indivíduos como uma interrupção momentânea dessa carreira, uma ocasião em que têm a oportunidade de aplicar com maior impacto social os seus conhecimentos especializados.

Por outro lado, só de modo mitigado poderemos considerar o cargo como tendo essencialmente um carácter de aprendizagem, tendo em vista a preparação de indivíduos para o cargo de Ministro. De facto, para além de apenas metade dos Ministros ter sido anteriormente Secretário de Estado (Almeida e Costa, 2006: 48), a maioria foi nomeado num ministério onde nunca tinha sido Secretário de Estado, pelo que dificilmente aquele cargo foi útil na especialização sectorial. Por outro lado, a carreira governativa como Secretário de Estado é muito curta, o que pode ter contribuído para inviabilizar uma efectiva adaptação aos problemas governativos.

O cargo de Secretário de Estado afirma-se em Portugal como um cargo com um conteúdo funcional efectivo, onde é relevante a adequação do perfil individual às funções sectoriais e políticas que este terá de executar no desempenho do cargo. Este facto acarreta uma diferenciação entre Secretários de Estado e Ministros: ao serem responsáveis por uma área de actuação governativa muito específica, os Secretários de Estado possuem um perfil mais especializado. Com efeito, quando comparados com os Ministros, os Secretários de Estado possuem menos experiência política, são um pouco mais jovens e detêm credenciais académicas mais elevadas. Por outro lado, o perfil mais especializado destes em relação aos Ministros tem implicações na sua menor mobilidade governativa.

Se tivermos em conta o segundo objectivo desta Dissertação, relativo à importância da especialização, verificamos que emergem diferenças assinaláveis entre indivíduos que foram escolhidos pelas suas competências políticas e aqueles que foram escolhidos pela sua competência sectorial e/ou de gestão, ou seja, entre

Secretários de Estado *políticos* e *especialistas*. Efectivamente, se o perfil do Secretário de Estado for especialista é mais provável que as altas qualificações académicas signifiquem a detenção de uma pós-graduação ou mesmo de um Doutoramento, possivelmente em Economia. Em termos profissionais, aumentam as hipóteses de ser professor universitário e de possuir um percurso profissional de natureza pública. A probabilidade da sua carreira como Secretário de Estado ser restrita a uma só pasta (não-política) num único governo aumenta consideravelmente e caso tenha chegado a Ministro, algo muito inverosímil, é presumível que seja nomeado na mesma pasta ministerial onde tinha exercido o cargo de Secretário de Estado, sendo as mais prováveis as da Economia ou Finanças e da Indústria ou Comércio. Pelo contrário, se o indivíduo tiver um perfil político é provável que a sua área de formação educacional seja Direito e poderá exercer advocacia como ocupação profissional principal. Em termos de carreira governativa, o seu perfil generalista permite-lhe não ficar restrito a pastas não-políticas. Por outro lado, aumentam as hipóteses de ter sido nomeado em mais de um governo e em mais do que uma pasta. Caso ascenda a Ministro é provável que tenha sido Secretário de Estado em ministérios políticos, como os da Administração Interna, dos Negócios Estrangeiros ou sob a alçada directa do Primeiro-Ministro.

A substancial diferença entre *políticos* e *especialistas* demonstra a importância do perfil de especialização no estudo das elites governativas. Sem essa distinção teriam permanecido camuflados muitos aspectos fundamentais na compreensão do perfil sociopolítico e da carreira governativa dos Secretários de Estado da Democracia portuguesa.

Subsistem, no entanto, por analisar importantes dimensões relativas ao cargo de Secretário de Estado. Identificamos em seguida as quatro que nos parecem mais relevantes. Em primeiro lugar, será importante em futuras investigações sobre este tema adicionar uma perspectiva evolutiva de todas as variáveis analisadas de modo a captar as tendências principais do recrutamento e da carreira governativa dos Secretários de Estado e as distinções entre governos.

A segunda questão prende-se com a necessidade de analisar a existência de perfis de especialização híbridos, principalmente quando este hibridismo surge entre a

primeira e a última nomeação. É o caso, em especial, de indivíduos com perfil especialista à data da primeira nomeação, mas que entre essa nomeação e uma nomeação posterior como Secretário de Estado ganham experiência parlamentar, partidária e/ou autárquica.

Em terceiro lugar, será importante fazer uma abordagem comparativa com outros países para além de Espanha, identificando pontos comuns que permitam a generalização e interpretando as diferenças. Esta comparação não só permitirá perceber melhor o cargo como evidenciar as especificidades do caso português.

Por fim, através de uma análise mais aprofundada será possível compreender e articular com o perfil de especialização as funções detidas pelos Secretários de Estado no funcionamento do ministério e do Governo, nomeadamente as funções ligadas ao processo de formulação de políticas públicas, à interacção política e às relações públicas.

Esta Dissertação visou conhecer quem são os Secretários de Estado da Democracia portuguesa. Nesse sentido, configurou apenas um primeiro passo rumo à compreensão desta posição governativa. Acreditamos que a prossecução desta investigação, tendo nomeadamente em conta as dimensões acima enunciadas, permitirá enriquecer o conhecimento acerca dos membros e do funcionamento do Governo, contribuindo para tornar a “caixa negra” governativa cada vez mais transparente.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Pedro Tavares de (2005). "The Portuguese administrative elite, 1851-1910". *Revista de História das Ideias*, vol. 26, pp. 439–62.
- Almeida, Pedro Tavares de; Pinto, António Costa; Bermeo, Nancy (eds.) (2006). *Quem governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais.
- Almeida, Pedro Tavares de; Pinto, António Costa (2006). "Os Ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política", in Almeida, Pedro Tavares de *et al.* (eds.) *Quem governa a Europa do Sul? : o recrutamento ministerial, 1850-2000*. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais.
- Almeida, Pedro Tavares de; Pinto, António Costa (2012). *Expert and Non-partisan Ministers in Portuguese Democracy 1976-2012*. Paper presented to IPSA XXII World Congress of Political Science (Madrid, 8-12 July 2012).
- Amaral, Diogo Freitas do (2008). *A transição para a democracia: memórias políticas II, 1976-1982*. Lisboa: Bertrand.
- Andeweg, Rudi (1988). "The Netherlands: Coalition Cabinets in Changing Circunstances", in Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand (eds.) *Cabinets in Western Europe*. New York: St. Martin's Press.
- Andeweg, Rudi; Irwin, Galen A. (2005). *Governance and politics of the Netherlands*. New York: Palgrave Macmillan.
- Antoni, Pascale; Antoni, Jean Dominique (1976). *Les Ministres de la Ve République*. Paris: Presses universitaires de France.
- Avillez, Maria João (1996). *Soares: Democracia*. Lisboa: Público.
- Bakema, Wilma; Secker, Ineke (1988). "Ministerial Expertise and the Dutch Case". *European Journal of Political Research*, 16, 2, pp. 153-170.
- Bakema, Wilma (1991). "The ministerial career", in Blondel, Jean; Thiébault, Jean Louis (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Bar, Antonio (1988). "Spain", in Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand (eds.) *Cabinets in Western Europe*. London: MacMillan Press Limited.
- Beckman, Ludvig (2006). "The Competent Cabinet? Ministers in Sweden and the Problem of Competence and Democracy". *Scandinavian Political Studies* 29, 2, pp. 111–129.
- Bergman, Torbjörn (2000). "Sweden: When Minority Cabinets Are the Rule and Majority Coalitions the Exception", in Müller, Wolfgang; Strøm; Kaare (eds.) *Coalition Governments in Western Europe*. Oxford: Oxford University press.
- Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (eds.) (2000). *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000: Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press.
- Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (eds.) (2007). *Democratic representation in Europe: diversity, change,*

- and convergence*. Oxford: Oxford University Press.
- Birnbaum, Pierre (1982). *The Heights of Power: an essay on the power elite in France*. Chicago: University of Chicago Press.
- Blondel, Jean (1982). *The Organization of Governments: a comparative analysis of governmental structures*. London e Beverly Hills: SAGE Publications.
- Blondel, Jean (1985). *Government Ministers in the Contemporary World*. Newbury Park: SAGE Publications.
- Blondel, Jean (1995). *Comparative government: an introduction*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand; Malova, Darina (2007). *Governing new European democracies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand (eds.) (1988). *Cabinets in Western Europe*. New York: St. Martin's Press.
- Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand (eds.) (1993). *Governing together: the extent and limits of joint decision-making in Western European cabinets*. New York: St. Martin's Press
- Blondel, Jean; Thiébault, Jean Louis (eds.) (1991). *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Blondel, Jean (1991). "Cabinet government and cabinet ministers", in Blondel, Jean; Thiébault, Jean Louis (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Borchert, Jens; Zeiss, Jürgen (eds.) (2003). *The political class in advanced democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Cabannes, Jean (1990). *Le Personnel gouvernemental sous la Cinquième République, 1959-1986*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence.
- Caetano, Marcello (1977). *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Carrol, Royce; Cox, Gary (2012). "Shadowing Ministers: Monitoring Partners in Coalition Governments". *Comparative Political Studies*, 45, 2, pp. 220–236.
- Carvalho, Rita Almeida; Fernandes, Tiago (2003). "A Elite Política Do Marcelismo: Ministros, Secretários/Subsecretários De Estado e Deputados (1968-1974)", in Pinto, António Costa; Freire, André (eds.) *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Lisboa: Celta.
- Carvalho, Rita Almeida; Raimundo, Filipa; Ferreira, Nuno Estevão (2012). "Decisão política no Estado Novo, 1933-1939", in Pinto, António Costa (ed.) *Governar em Ditadura*. Lisboa: Impr. Ciências Sociais.
- Cohen, Jeffrey E. (1988). *The politics of the U.S. Cabinet: representation in the Executive Branch, 1789-1984*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press.
- Cotta, Maurizio (1988). "Italy", in Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand (eds.) *Cabinets in Western Europe*. London: MacMillan Press Limited.
- Cotta, Maurizio (1991). "Conclusion", in Blondel, Jean; Thiébault, Jean Louis (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.

- Cotta, Maurizio, Verzichelli, Luca (2007). *Political Institutions in Italy*. Oxford: Oxford University Press.
- Czudnowski, Moshe (1975). "Political Recruitment", in Greenstein; Polsby (eds.), *Handbook of Political Science*, vol. 2: *Micropolitical Theory*. Reading: Addison-Wesley.
- Czudnowski, Moshe M. (ed.) (1982). *Does who governs matter? Elite circulation in contemporary societies*. DeKalb, Illinois: Northern Illinois University Press.
- Dahl, Robert A. (1991). *Modern political analysis*. 5ª edição. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- Dato, José Real; Teruel, Juan Rodríguez (2013) *Executive appointments at the top: recruitment and political careers of Spanish Junior Ministers*. Paper presented to ECPR Joint Sessions, Johannes Gutenberg University (Mainz, 11–16 March 2013).
- Davis, Rebecca Howard (1997). *Women and power in parliamentary democracies: cabinet appointments in Western Europe, 1968-1992*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- De Winter, Lieven (1991). "Parliamentary and Party Pathways to the Cabinet", in Blondel, Jean; Thiébault, Jean Louis. (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Dogan, Mattei (1967). "Les filières de la carrière politique en France". *Revue Française de Sociologie*, VIII, pp. 468-492.
- Dogan, Mattei (1986). "Filières pour devenir Ministre de Thiers à Mitterrand". *Pouvoirs*, 36, pp. 43-60.
- Dogan, Mattei (ed.) (1989). *Pathways to power: selecting rulers in pluralist democracies*. Boulder: Westview Press.
- Dowding, Keith; Dumont, Patrick (eds.) (2009). *The selection of ministers in Europe: hiring and firing*. London: Routledge.
- Escobar-Lemmon, Maria; Taylor-Robinson, Michelle (2005). "Women Ministers in Latin American Government: When, Where, and Why?" *American Journal of Political Science*, vol. 49, 4, pp. 829-844.
- Escobar-Lemmon, Maria; Taylor-Robinson, Michelle (2009). "Getting to the Top: Career Paths of Latin American Female Cabinet Ministers". *Political Research Quarterly*, 62, 4, pp. 685-699.
- Etzioni-Halevy, Eva (1993). *The elite connection: the achievements, problems and potential of Western democracy*. Oxford: Polity Press.
- Ferreira-Pereira, Laura (2008). "Mapping the formative dynamics of the 13th Constitutional Government: from General Estates to the governmental mandate and beyond". *The Portuguese Journal of Social Science*, vol. 7, 3.
- Freire, André (ed.) (1999). *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE.
- Gaxie, Daniel (1983). "Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981". *Revue française de sociologie*, vol. 24, 3, pp. 441-465.
- Gaxie, Daniel (2003). *La Démocratie Représentative*. Paris: Montchrestien.

- Guimarães, Laplaine; Ayala, Bernardo Diniz de; Machado, Manuel Pinto; António, Miguel Félix (2011). *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*. Lisboa: INCM.
- Headey, Bruce W. (1974). *British Cabinet Ministers: the roles of politicians in executive office*. London: Allen & Unwin.
- Higley, John (2010). *Elites e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Higley, John; Gunther, Richard (eds.) (1992). *Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jalali, Carlos (2007). *Partidos e Democracia em Portugal: 1974-2005 : da revolução ao bipartidarismo*. Lisboa: Impr. De Ciencias Sociais.
- Kaiser, Andre; Fischer, Jorn (2009). "Linkages between parliamentary and ministerial careers in Germany, 1949–2008. The Bundestag as recruitment pool". *German Politics*, 18, pp. 140–154.
- Keman, Hans (1991). "Ministers and Ministries", in Blondel, Jean; Thiébault, Jean Louis. (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Laver, Michael, Schofield, Norman (1985). "Bargaining theory and portfolio payoffs in European coalition governments". *British Journal of Political Science*, 15, pp. 51–72.
- Leston-Bandeira, Cristina (2004). *From legislation to legitimation: the role of the Portuguese parliament*. London: Routledge.
- Linz, Juan; Stepan, Alfred (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lobo, Marina Costa (2005). *Governar em Democracia*. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais.
- Lopes, Pedro Santana (2006). *Percepções e realidade*. Lisboa: Alêtheia.
- Magone, José (2000a). "Political Recruitment and Elite Transformation in Modern Portugal 1870-1999: The Late Arrival of Mass Representation", in Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (eds.) *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000: Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press.
- Magone, José (2000b). "Portugal. The rationale of democratic regime building", in Müller, Wolfgang C.; Strøm, Kaare (eds.) *Coalition Governments in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Manow, Philip; Zorn, H. (2004). *Office Versus Policy Motives in Portfolio Allocation: The Case of Junior Ministers*. MPIfG Discussion Paper. Disponível em <https://opus.zbwkiel.de/dspace/handle/10419/19911>.
- Manow, Philip (2008). *When does Junior turn Senior? A comparative analysis of Junior Ministers in Western Democracies, 1950-2000*. Paper prepared for conference on 'Cabinet recruitment and parliamentary careers', University of Jena/ SFB 580, 7-8. November 2008.
- McMaster, Arthur; Bairner, Alan (2012). "Junior Ministers in the UK: The Role of the Minister for Sport". *Parliamentary Affairs* 65, 1, pp. 214–237.

- Mershon, Carol (1996). "The Costs of Coalition: Coalition Theories and Italian Governments". *The American Political Science Review* 90, 3, pp. 534-554.
- Milne, R.S. (1949). "The Junior Minister". *The Journal of Politics*, vol. 12, 3 (Aug., 1950), pp. 437-449.
- Miranda, Jorge; Sousa, Marcelo Rebelo de (eds.) (1986). *A Feitura das leis*, vol. I e II. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Müller, Wolfgang C. (2000). "Political parties in parliamentary democracies: Making delegation and accountability work". *European Journal of Political Research*, 37, pp. 309-333.
- Müller, Wolfgang C., Strøm, Kaare (eds.) (2000). *Coalition governments in western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Müller-Rommel, Ferdinand (1988a). "The Centre of Government in West Germany: changing patterns under 14 legislatures (1949-1987)". *European Journal of Political Research*, 16, 2, pp. 171-190.
- Müller-Rommel, Ferdinand (1988b). "Germany", in Blondel, Jean; Müller-Rommel, Ferdinand (eds.), *Cabinets in Western Europe*. London: MacMillan Press Limited.
- Nogueira, Franco (1980). *Salazar vol. IV*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Olle-Laprune, Jacques (1962). *La stabilité des Ministres sous la 3ème République*. Pichon et Durand Ausias.
- Pinto, António Costa (2001). "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)". *Análise Social*, 25, 157, pp. 1055-1076.
- Pinto, António Costa; Almeida, Pedro Tavares de (2009). "Portugal: the primacy of 'independents'", in Dowding, Keith; Dumont, Patrick (eds.) *The selection of ministers in Europe: hiring and firing*. London: Routledge.
- Pinto, Jaime Nogueira (1993). *Salazar visto pelos seus próximos, 1946-1968*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Portas, Paulo; Valente, Vasco Pulido (1990). "O Primeiro-ministro: Estudo Sobre o Poder Executivo Em Portugal". *Análise Social*, vol. 25, 157, 3, pp. 333-349.
- Putnam, Robert D. (1976). *The comparative study of political elites*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Rokkan, Stein (1970). "Nation-Building, Cleavage Formation and the Structuring of Mass Politics", in *Citizens, Elections, Parties*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Rose, Richard (1971). "The making of Cabinet ministers". *British Journal of Political Science*, vol. 39, 3, pp. 393-412.
- Rose, Richard (1984). *Understanding big government: the programme approach*. London e Beverly Hills: Sage Publications.
- Rose, Richard (1987). *Ministers and ministries: a functional analysis*. Oxford: Clarendon Press.
- Saafeld, Thomas. (2006). "Germany: multiple veto points, informal coordination and problems of hidden action", in Strøm et al. (eds.) *Delegation and accountability in parliamentary democracies*. Oxford: Oxford University Press.

- Salazar, António de Oliveira (1951a). *Discursos e notas políticas, vol I (1928-34)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, António de Oliveira (1951b). *Discursos e notas políticas, vol III (1938-43)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, António de Oliveira (1951c). *Discursos e notas políticas, vol. IV (1943-50)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Searing, Donald (1989). "Junior Ministers and Ministerial careers in Britain", in Dogan, Mattei (ed.) *Pathways to power: selecting rulers in pluralist democracies*. Boulder: Westview Press.
- Searing, Donald (1994). *Westminster's world: understanding political roles*. Cambridge: Harvard University Press.
- Siaroff, Alan (2000). "Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies". *International Political Science Review*, 21, 2, pp. 197-215.
- Silva, Cavaco (2002). *Autobiografia política, vol. 1*. Lisboa: Temas e Debates.
- Silva, Cavaco (2004). *Autobiografia política, vol. 2*. Lisboa: Temas e Debates.
- Soares, Mário (2011). *Um político assume-se: ensaio autobiográfico político e ideológico*. Lisboa: Temas e Debates.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (1999). *Lições de direito administrativo*. Lisboa: Lex.
- Strøm, Kaare (1990). *Minority government and majority rule*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Strøm, Kaare; Müller, Wolfgang C.; Smith, Daniel Markham (2010). "Parliamentary Control of Coalition Governments". *Annual Review of Political Science*, 13, pp. 517–35.
- Suleiman, Ezra; Mendras, Henri (eds.) (1997). *Le Recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte.
- Teruel, Jean Rodriguez (2011). *Los ministros de la España democrática: reclutamiento político y carrera ministerial de Suárez a Zapatero (1976-2011)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Theakston, Kevin (1987). *Junior Ministers in British Government*. Oxford e New York: Blackwell Pub.
- Theakston, Kevin (1999). "Junior Ministers in the 1990's". *Parliamentary Affairs* 52, 2 (1999), pp. 230–245.
- Theakston, Kevin; Gill, Mark; Atkins, Judi (2012). "The Ministerial Foothills: Labour Government Junior Ministers 1997–2010". *Parliamentary Affairs* online article (September 2012). doi:10.1093/pa/gss054.
- Thiébaud, Jean Louis (1991a). "The social background of western European ministers", in Blondel, Jean; Thiébaud, Jean Louis (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.
- Thiébaud, Jean Louis (1991b). "Local and regional politics and cabinet membership", in Blondel, Jean; Thiébaud, Jean Louis (eds.) *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.

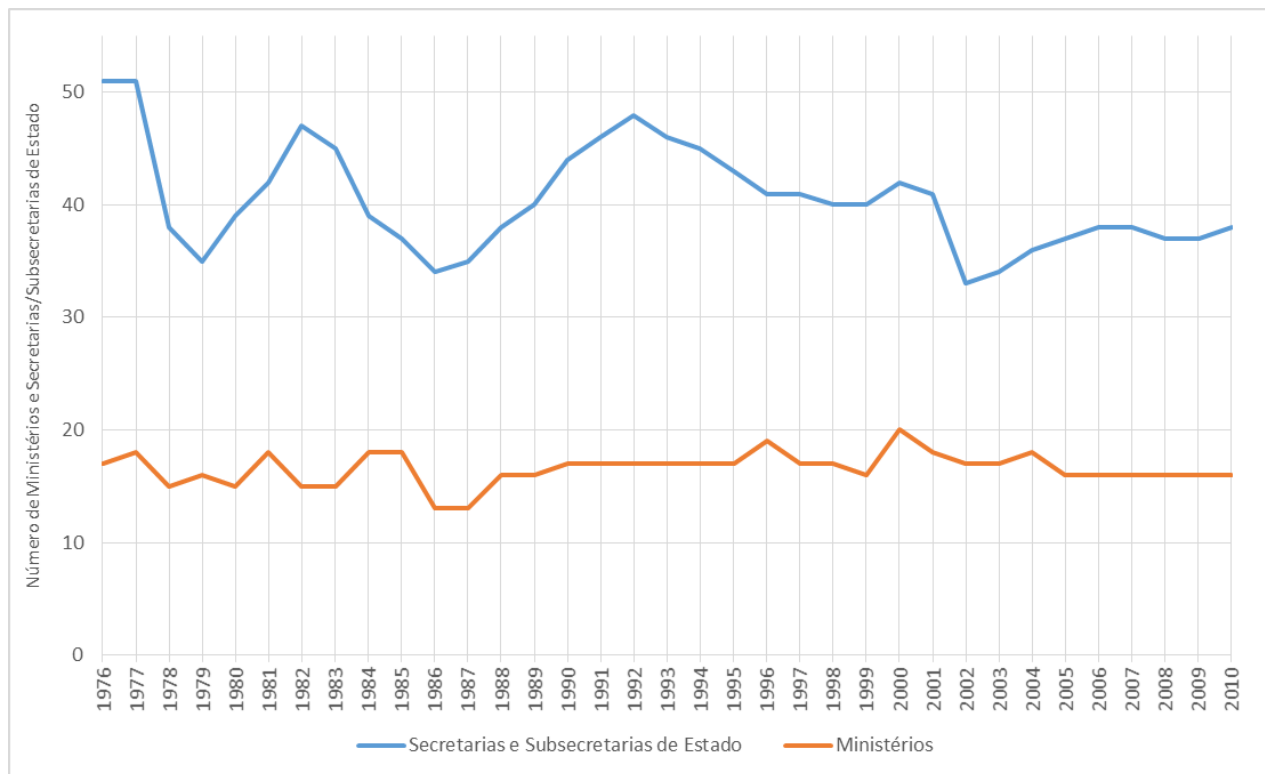
- Thies, Michael F. (2001). "Keeping Tabs on Partners: The Logic of Delegation in Coalition Governments". *American Journal of Political Science*, 45, 3, pp. 580.
- Verzichelli, Luca (2008). "Portfolio allocation", in Strøm, Kaare; Müller, Wolfgang C.; Bergman, Torbjörn (eds.) *Cabinets and coalition bargaining: the democratic life cycle in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press
- Viegas, José Leite; Faria, Sérgio (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras, Portugal: Celta.
- Weber, Max (2005). "A Política como vocação [1919]", in *Três tipos de poder e outros escritos*, Lisboa: Tribuna da História.
- Whitford, Andrew B.; Wilkins Vicky M.; Ball, Mercedes G. (2007). "Descriptive representation and policymaking authority: Evidence from women in cabinets and bureaucracies". *Governance*, 20, 4, pp. 559-580.
- Wilson, F.M.G. (1959). "The Routes of Entry of New Members of the British Cabinet, 1868-1958". *Political Studies*, VII (1959), pp. 222-32.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Experiência parlamentar dos Secretários de Estado	40
Tabela 2 – Experiência parlamentar nacional dos Secretários de Estado	41
Tabela 3 – Experiência partidária dos Secretários de Estado	43
Tabela 4 – Experiência executiva e de assessoria dos Secretários de Estado	44
Tabela 5 – Experiência política regional e local dos Secretários de Estado	45
Tabela 6 – Balanço geral da experiência política dos Secretários de Estado	47
Tabela 7 – Género dos Secretários de Estado	48
Tabela 8 – Escalões etários e idade média dos Secretários de Estado.....	50
Tabela 9 – Principais origens geográfica dos Secretários de Estado.....	52
Tabela 10 – Grau académico dos Secretários de Estado.....	53
Tabela 11 – Áreas de formação académica dos Secretários de Estado	55
Tabela 12 – Locais do percurso académico dos Secretários de Estado.....	57
Tabela 13 – Principais ocupações profissionais dos Secretários de Estado.....	58
Tabela 14 – Principais ocupações profissionais dos Secretários de Estado (II)	60
Tabela 15 – Estatuto do percurso profissional dos Secretários de Estado	61
Tabela 16 – Duração da carreira governativa dos Secretários de Estado.....	64
Tabela 17 – Tipo de Governos a que pertenceram os Secretários de Estado.....	68
Tabela 18 – Ministérios das pastas detidas pelos Secretários de Estado.....	71
Tabela 19 – Detenção de pastas políticas pelos Secretários de Estado	72
Tabela 20 – Número de Governos a que pertenceram os Secretários de Estado	74
Tabela 21 – Número de interrupções na carreira governativa dos Secretários de Estado...	75
Tabela 22 – Número de pastas dos Secretários de Estado.....	76
Tabela 23 – Continuidade sectorial da carreira ministerial	79
Tabela 24 – Ministérios de passagem dos Secretários de Estado antes da primeira nomeação como Ministros	80

ANEXOS

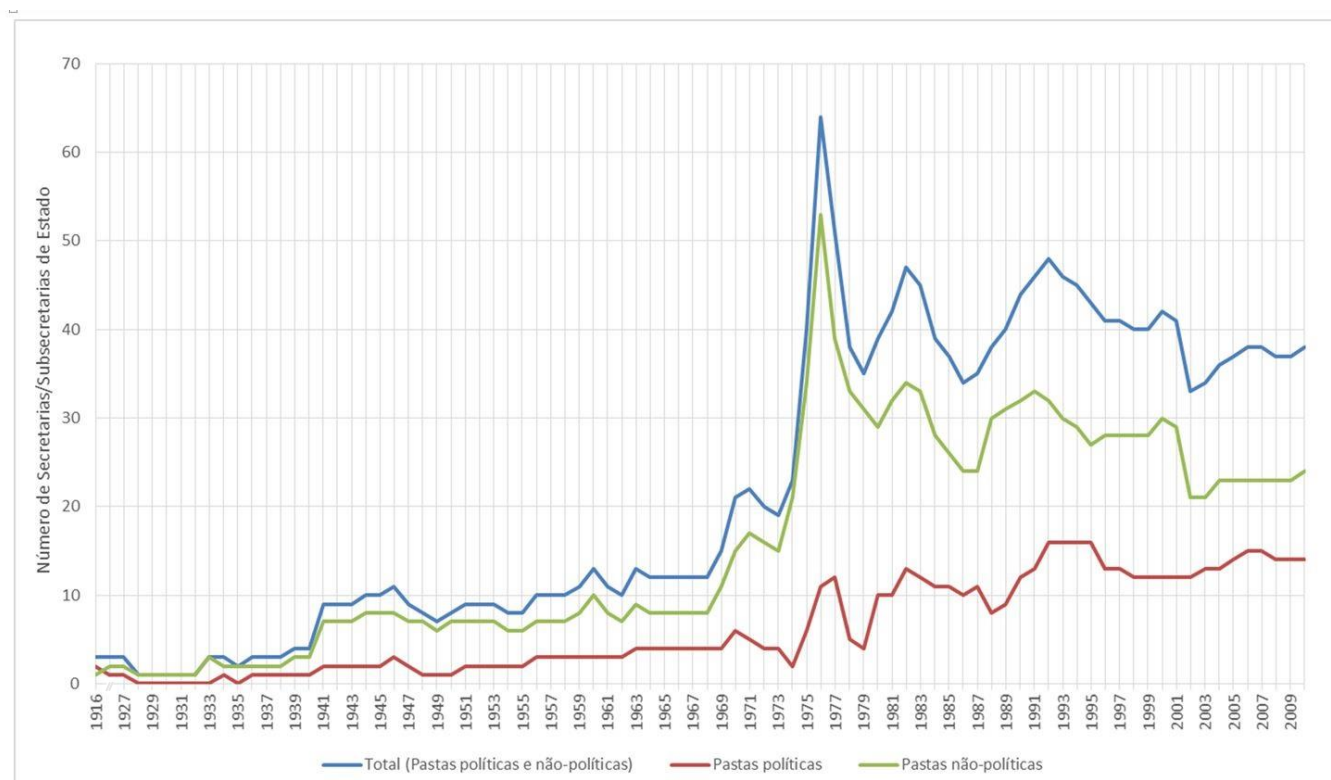
ANEXO I – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MINISTÉRIOS E SECRETARIAS OU SUBSECRETARIAS DE ESTADO EM PORTUGAL (1976-2010)*



Elaboração própria

* Foi contabilizado o número de pastas no dia 1 de Junho de cada ano entre 1977 e 2010. Em 1976 contabilizou-se a 28 de Julho de modo a incluir o I Governo Constitucional.

ANEXO II – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SECRETARIAS E SUBSECRETARIAS DE ESTADO EM PORTUGAL (1916-2010), POR TIPO DE PASTAS*



Elaboração própria

* Foi contabilizado o número de pastas no dia 1 de Junho de cada ano entre 1916 e 2010; Foram consideradas pastas políticas as secretarias ou subsecretarias de Estado integras em ministérios considerados por Blondel (1982: 182) de *law-and-order* e/ou secretarias de Estado funcionalmente equivalentes. Foram consideradas políticas as seguintes pastas: Administração ultramarina; Colónias; Guerra; Exército; Ultramar; Adjunto do Primeiro-Ministro; Presidência do Conselho de Ministros; Administração Regional e local; Administração Interna; Administração Pública; Reforma administrativa; Reforma do Estado e da Administração Pública; Integração Administrativa; Justiça; Comunicação social; Integração europeia; Cooperação e Desenvolvimento; Emigração e Comunidades Portuguesas; Defesa; Negócios Estrangeiros; Assuntos do mar; Protecção Civil; Assuntos parlamentares; Assuntos europeus.

**ANEXO III – LISTA DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA
(1976-2011), POR GOVERNO ³³**

I Governo (23-07-1976 - 23-01-1978)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Adjunto do Primeiro-Ministro	Vitor José da Costa Cunha Rego	23/07/1976	25/03/1977
Comunicação Social	Manuel Alegre de Melo Duarte	23/07/1976	25/03/1977
Administração e do Equipamento Escolar	Almerindo da Silva Marques	28/07/1976	09/12/1977
Administração Pública	Mário José de Aguiar	28/07/1976	25/03/1977
Administração Regional e Local	Manuel Branco Ferreira Lima	28/07/1976	09/12/1977
Ambiente	Manuel Gomes Guerreiro	28/07/1976	09/12/1977
Comércio e Indústrias Agrícolas	Carlos Alberto Antunes Filipe	28/07/1976	05/11/1976
Comércio Externo	António Manuel Rodrigues Celeste	28/07/1976	25/03/1977
Comércio Interno	António Escaja Gonçalves	28/07/1976	25/03/1977
Construção Civil	Armando Jorge Esteves Pereira	28/07/1976	25/03/1977
Coordenação Económica	Carlos Alberto de Oliveira Cruz	28/07/1976	25/03/1977
Cultura	David de Jesus Mourão-Ferreira	28/07/1976	09/12/1977
Emigração	João Alfredo Félix Vieira de Lima	28/07/1976	10/10/1977
Energia e Minas	Joaquim Leitão da Rocha Cabral	28/07/1976	07/01/1977
Ensino Superior	Joaquim Alberto da Cruz e Silva	28/07/1976	09/12/1977
Estruturação Agrária	Joaquim Guilherme da Silveira e Castro Guerra	28/07/1976	05/11/1976
Finanças	Maria Manuela Matos Morgado Santiago Baptista	28/07/1976	09/12/1977
Fomento Agrário	Reinaldo Vital Rodrigues	28/07/1976	05/11/1976
Habituação e Urbanismo	Álvaro João Duarte Pinto Correia	28/07/1976	25/03/1977
Indústria Ligeira	José de Bastos Rabaça	28/07/1976	13/10/1976
Indústria Pesada	Carlos Montês Melancia	28/07/1976	07/01/1977
Integração Administrativa	João Cristóvão Moreira	28/07/1976	09/12/1977
Investigação Científica	José Tiago da Fonseca Oliveira	28/07/1976	09/12/1977
Justiça	José Dias Santos Pais	28/07/1976	25/03/1977
Juventude e dos Desportos	Joaquim Manuel Barros de Sousa	28/07/1976	09/12/1977
Marinha Mercante	António José Borrani Crisóstomo Teixeira	28/07/1976	09/12/1977
Obras Públicas	Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo	28/07/1976	09/12/1977
Orçamento	Alberto José dos Santos Ramalheira	28/07/1976	09/12/1977
Orientação Pedagógica	Joaquim Antero Romero Magalhães	28/07/1976	09/12/1977
Pescas	Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho	28/07/1976	05/11/1976
Planeamento	Maria Manuela da Silva	28/07/1976	09/09/1977
População e Emprego	Manuel Alfredo Tito de Morais	28/07/1976	09/12/1977
Recursos Hídricos e Saneamento Básico	Baltazar António de Morais Barroco	28/07/1976	09/12/1977
Saúde	Adalberto Paulo da Fonseca Mendo	28/07/1976	06/06/1977
Segurança Social	Vítor Manuel Gomes Vasques	28/07/1976	09/12/1977

³³ Adaptado da listagem presente em Guimarães *et al.* (2011).

Tesouro	António Carlos Feio Palmeiro Ribeiro	28/07/1976	25/03/1977
Trabalho	Custódio Almeida Simões	28/07/1976	25/03/1977
Transportes e Comunicações	António Machado Rodrigues	28/07/1976	09/12/1977
Turismo	Luís Filipe Nascimento Madeira	28/07/1976	25/03/1977
Indústria Ligeira	José Eduardo Cardoso Trigo de Moraes	13/10/1976	07/01/1977
Comércio e Indústrias Agrícolas	Carlos Alberto Antunes Filipe	05/11/1976	09/12/1977
Estruturação Agrária	Carlos Alberto Martins Portas	05/11/1976	09/12/1977
Florestas	António Manuel Chambica Azevedo Gomes	05/11/1976	09/12/1977
Fomento Agrário	António Carlos Ribeiro Campos	05/11/1976	09/12/1977
Pescas	Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho	05/11/1976	09/12/1977
Energia e Minas	Joaquim Leitão da Rocha Cabral	07/01/1977	25/03/1977
Indústria Pesada	Carlos Montês Melancia	07/01/1977	25/03/1977
Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Administrativos	Antero Alves Monteiro Diniz	25/03/1977	09/12/1977
Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos	Manuel Alegre de Melo Duarte	25/03/1977	09/12/1977
Administração Pública	José Dias Santos Pais	25/03/1977	09/12/1977
Comércio Externo	António Manuel Rodrigues Celeste	25/03/1977	09/12/1977
Comércio Interno	António Escaja Gonçalves	25/03/1977	09/12/1977
Comunicação Social	José Maria Roque Lino	25/03/1977	16/11/1977
Coordenação Económica	Carlos Montês Melancia	25/03/1977	09/12/1977
Energia e Minas	Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	25/03/1977	09/12/1977
Indústria Ligeira e Pesada	Fernando Augusto dos Santos Martins	25/03/1977	09/12/1977
Tesouro	Maria Manuela Matos Morgado Santiago Baptista	25/03/1977	09/12/1977
Trabalho	António Manuel Maldonado Gonelha	25/03/1977	09/12/1977
Turismo	Luís Filipe Nascimento Madeira	25/03/1977	09/12/1977
Comunicação Social	António de Almeida Santos	24/11/1977	09/12/1977

II Governo (23-01-1978 - 29-08-1978)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Antero Alves Monteiro Diniz	30/01/1978	28/07/1978
Administração Escolar	Almerindo da Silva Marques	06/02/1978	21/06/1978
Comércio e Indústrias Agrícolas	Alcino Cardoso	06/02/1978	28/07/1978
Comércio Externo	Carlos Alberto Antunes Filipe	06/02/1978	28/07/1978
Comércio Interno	António Escaja Gonçalves	06/02/1978	28/07/1978
Comunicação Social	João Joaquim Gomes	06/02/1978	28/07/1978
Cultura	António Fernando Marques Ribeiro Reis	06/02/1978	28/07/1978
Energia e Indústrias de Base	Joaquim Leitão da Rocha Cabral	06/02/1978	28/07/1978
Ensino Superior	Joaquim Alberto da Cruz e Silva	06/02/1978	28/07/1978
Estruturação Agrária	António Carlos Ribeiro Campos	06/02/1978	28/07/1978
Florestas	António Manuel Chambica Azevedo Gomes	06/02/1978	28/07/1978
Fomento Agrário	Apolinário José Barbosa da Cruz Vaz Portugal	06/02/1978	28/07/1978
Habitação	Carlos Eduardo Ferro Gomes	06/02/1978	28/07/1978
Indústrias Extractivas e Transformadoras	Nuno Krus Abecasis	06/02/1978	28/07/1978
Investigação Científica	Alexandre Alberto Guerra de Sousa Pinto	06/02/1978	28/07/1978
Juventude e dos Desportos	Joaquim Manuel Barros de Sousa	06/02/1978	28/07/1978
Marinha Mercante	Luis António Penedo Correia Maltês	06/02/1978	28/07/1978
Negócios Estrangeiros e Emigração	João Alfredo Félix Vieira de Lima	06/02/1978	28/07/1978
Obras Públicas	João Lopes Porto	06/02/1978	28/07/1978
Orçamento	Alberto José dos Santos Ramalheira	06/02/1978	28/07/1978
Ordenamento Físico e Ambiente	José Gomes Fernandes	06/02/1978	28/07/1978
Orientação Pedagógica	Joaquim Antero Romero Magalhães	06/02/1978	21/06/1978
Pescas	Vasco Ferreira César das Neves	06/02/1978	28/07/1978
Planeamento	José Manuel Gonçalves Serrão	06/02/1978	28/07/1978
Saúde	Mário Luís Mendes	06/02/1978	28/07/1978
Segurança Social	Vítor Manuel Gomes Vasques	06/02/1978	28/07/1978
Tesouro	Herlander dos Santos Estrela	06/02/1978	28/07/1978
Trabalho	Custódio Almeida Simões	06/02/1978	28/07/1978
Transportes	José Manuel da Costa Monteiro Consiglieri Pedroso	06/02/1978	28/07/1978
Turismo	Baltazar de Andrade Gonçalves	06/02/1978	28/07/1978
Administração Pública	José Manuel San-Bento de Menezes	27/02/1978	28/07/1978
Administração Regional e Local	Júlio Francisco Miranda Calha	27/02/1978	28/07/1978
População e Emprego	José Alberto Menano Cardoso do Amaral	27/02/1978	28/07/1978
Ensino Básico e Secundário	Aldónio Simões Gomes	21/06/1978	28/07/1978

III Governo (29-08-1978 - 22-11-1978)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Comunicação Social	João António de Figueiredo	29/08/1978	15/09/1978
Presidência do Conselho de Ministros	Luís Artur Rosado Lobo	29/08/1978	15/09/1978
Administração Pública	António Jorge de Figueiredo Lopes	07/09/1978	15/09/1978
Administração Regional e Local	José Manuel Marques Leandro	07/09/1978	15/09/1978
Comércio Externo	António José Baptista Cardoso e Cunha	07/09/1978	15/09/1978
Comércio Interno	António Escaja Gonçalves	07/09/1978	15/09/1978
Cultura	Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes	07/09/1978	15/09/1978
Energia e Indústrias de Base	Abel Pinto Repolho Correia	07/09/1978	15/09/1978
Ensino Básico e Secundário	António de Almeida Costa	07/09/1978	15/09/1978
Ensino Superior e Investigação Científica	Eduardo Romano de Arantes e Oliveira	07/09/1978	15/09/1978
Estruturação Agrária	Augusto Martins Ferreira do Amaral	07/09/1978	15/09/1978
Finanças	Eurico Macedo Ferreira Nunes	07/09/1978	15/09/1978
Fomento Agrário e das Florestas	Francisco de Paula Ferreira Moniz Borba	07/09/1978	15/09/1978
Habituação	José Augusto Gonçalves Ramos	07/09/1978	15/09/1978
Indústrias Extractivas e Transformadoras	José Manuel Capelo Soares da Fonseca	07/09/1978	15/09/1978
Juventude e dos Desportos	Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha	07/09/1978	15/09/1978
Marinha Mercante	Fernando Augusto de Resende Sobral Cid	07/09/1978	15/09/1978
Negócios Estrangeiros e Emigração	Paulo Manuel Lage David Ennes	07/09/1978	15/09/1978
Obras Públicas	Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo	07/09/1978	15/09/1978
Orçamento	Alberto José dos Santos Ramalheira	07/09/1978	15/09/1978
Ordenamento Físico e Recursos Hídricos e Ambiente	Baltazar António de Moraes Barroco	07/09/1978	15/09/1978
Pescas	João de Albuquerque	07/09/1978	15/09/1978
População e Emprego	Acácio Ferreira Catarino	07/09/1978	15/09/1978
Saúde	Mário José Gomes Marques	07/09/1978	15/09/1978
Segurança Social	Coriolano Albino Ferreira	07/09/1978	15/09/1978
Tesouro	Maria Manuela Matos Morgado Santiago Baptista	07/09/1978	15/09/1978
Trabalho	José Acácio Dimas de Lacerda	07/09/1978	15/09/1978
Transportes	Rogério de Ouro Lameira	07/09/1978	15/09/1978
Turismo	João Gualberto Coentro Saraiva Padrão	07/09/1978	15/09/1978

IV Governo (22-11-1978 - 07-07-1979)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Administração Pública	António Jorge de Figueiredo Lopes	22/11/1978	11/06/1979
Presidência do Conselho de Ministros	José Guilherme Xavier de Basto	22/11/1978	11/06/1979
Adjunto para os Assuntos Económicos e Integração Europeia	José de Matos Torres	29/11/1978	11/06/1979
Administração Regional e Local	José Manuel Marques Leandro	29/11/1978	11/06/1979
Comércio e Indústrias Agrícolas	Mário Francisco Barreira da Ponte	29/11/1978	11/06/1979
Comércio Externo	Francisco Correia Guedes	29/11/1978	11/06/1979
Comércio Interno	Manuel Duarte Pereira	29/11/1978	11/06/1979
Cultura	David de Jesus Mourão-Ferreira	29/11/1978	11/06/1979
Energia e Indústrias de Base	Hugo Fernando de Jesus	29/11/1978	11/06/1979
Ensino Básico e Secundário	Maria Alice Nobre Gouveia	29/11/1978	11/06/1979
Ensino Superior e Investigação Científica	Eduardo Romano de Arantes e Oliveira	29/11/1978	11/06/1979
Estruturação Agrária	Augusto Martins Ferreira do Amaral	29/11/1978	03/04/1979
Finanças	Alípio Barrosa Pereira Dias	29/11/1978	11/06/1979
Fomento Agrário	Francisco de Paula Ferreira Moniz Borba	29/11/1978	11/06/1979
Habituação	José Augusto Gonçalves Ramos	29/11/1978	11/06/1979
Indústrias Extractivas e Transformadoras	António José Baptista Cardoso e Cunha	29/11/1978	11/06/1979
Juventude e Desportos	Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha	29/11/1978	11/06/1979
Marinha Mercante	José da Silva Domingos	29/11/1978	11/06/1979
Negócios Estrangeiros e Emigração	Paulo Manuel Lage David Ennes	29/11/1978	11/06/1979
Obras Públicas	Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo	29/11/1978	11/06/1979
Orçamento	João Pinto Ribeiro	29/11/1978	11/06/1979
Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente	Baltazar António de Moraes Barroco	29/11/1978	11/06/1979
Pescas	João de Albuquerque	29/11/1978	11/06/1979
Planeamento	Rui José da Conceição Nunes	29/11/1978	11/06/1979
População e Emprego	João Gualberto Coentro Saraiva Padrão	29/11/1978	11/06/1979
Saúde	Mário José Gomes Marques	29/11/1978	11/06/1979
Segurança Social	Coriolano Albino Ferreira	29/11/1978	11/06/1979
Tesouro	António de Almeida	29/11/1978	11/06/1979
Trabalho	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	29/11/1978	11/06/1979
Transportes e Comunicações	Rogério de Ouro Lameira	29/11/1978	11/06/1979
Turismo	Licínio Alberto de Almeida Cunha	29/11/1978	11/06/1979
Estruturação Agrária	João Ribeiro Goulão	12/04/1979	11/06/1979

V Governo (07-07-1979 - 03-01-1980)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Adjunto do Primeiro-Ministro	Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes	01/08/1979	27/12/1979
Adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações	Vasco Esteves Fraga	07/08/1979	27/12/1979
Administração da Educação	António de Almeida Costa	07/08/1979	27/12/1979
Administração Pública	Gabriela Guedes Salgueiro	07/08/1979	27/12/1979
Administração Regional e Local	José Albino da Silva Peneda	07/08/1979	27/12/1979
Ciência	José Caetano Pinto Mendes Mourão	07/08/1979	27/12/1979
Comércio e Indústrias Agrícolas	Mário Francisco Barreira da Ponte	07/08/1979	27/12/1979
Comércio Externo	Fernando Esteves Águas	07/08/1979	27/12/1979
Comércio Interno	Manuel Duarte Pereira	07/08/1979	27/12/1979
Cultura	Hélder Macedo	07/08/1979	27/12/1979
Energia e Indústrias de Base	Hugo Fernando de Jesus	07/08/1979	27/12/1979
Ensino Superior	Joaquim Manuel Pantoja Nazaré	07/08/1979	27/12/1979
Ensinos Básico e Secundário	Aldónio Simões Gomes	07/08/1979	27/12/1979
Estruturação Agrária	Domingos Pereira Gaspar	07/08/1979	27/12/1979
Indústrias Extractivas e Transformadoras	Joaquim Martins Ferreira do Amaral	07/08/1979	27/12/1979
Juventude e Desportos	Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha	07/08/1979	27/12/1979
Negócios Estrangeiros	Paulo Manuel Lage David Ennes	07/08/1979	27/12/1979
Obras Públicas	Agnelo António Crespo	07/08/1979	27/12/1979
Orçamento	Alberto José dos Santos Ramalheira	07/08/1979	27/12/1979
Pescas	António Baptista Duarte Silva	07/08/1979	27/12/1979
Plano	Fernando Manuel Roque de Oliveira	07/08/1979	27/12/1979
Presidência do Conselho de Ministros	Luís Artur Rosado Lobo	07/08/1979	27/12/1979
Segurança Social	Coriolano Albino Ferreira	07/08/1979	27/12/1979
Tesouro	António de Almeida	07/08/1979	27/12/1979
Trabalho	Vasco Ribeiro Ferreira	07/08/1979	27/12/1979
Turismo	Licínio Alberto de Almeida Cunha	07/08/1979	27/12/1979
Urbanismo e Ambiente	José Duarte Palma da Silva Bruschy	07/08/1979	27/12/1979
Emigração	Mário Viçoso Neves	23/08/1979	27/12/1979
Habitação	Júlio David Cândido Ferreira	23/08/1979	27/12/1979
População e Emprego	Luís Fernando Argel de Melo e Silva Biscaia	23/08/1979	27/12/1979
Saúde	António Fernando Correia de Campos	23/08/1979	27/12/1979

VI Governo (03-01-1980 - 09-01-1981)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Adjunto do Primeiro-Ministro	Vasco Pulido Valente	03/01/1980	09/12/1980
Presidência do Conselho de Ministros	António Manuel de Assunção Braz Teixeira	03/01/1980	09/12/1980
Adjunto do Ministro das Finanças e do Plano	José António da Silveira Godinho	10/01/1980	09/12/1980
Adjunto do Vice - Primeiro-Ministro	José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro	10/01/1980	09/12/1980
Administração Interna	José Luís da Cruz Vilaça	10/01/1980	09/12/1980
Administração Regional e Local	José Albino da Silva Peneda	10/01/1980	09/12/1980
Comércio e Indústria Agrícolas	Francisco Manuel Durão Lino	10/01/1980	09/12/1980
Comércio Externo	Armando de Sousa e Almeida	10/01/1980	09/12/1980
Comércio Interno	António Escaja Gonçalves	10/01/1980	09/12/1980
Comunicação Social	Carlos Pedra Brandão de Melo de Sousa e Brito	10/01/1980	09/12/1980
Cultura	Vasco Pulido Valente	10/01/1980	09/12/1980
Educação	Roberto Artur da Luz Carneiro	10/01/1980	09/12/1980
Emigração e Comunidades Portuguesas	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	10/01/1980	09/12/1980
Emprego	Luís Alberto Garcia Ferrero Morales	10/01/1980	09/12/1980
Energia e Minas	António Joaquim Garras da Silva Pinto	10/01/1980	09/12/1980
Ensino Superior	Sebastião José Formosinho Sanches Simões	10/01/1980	09/12/1980
Estruturação Agrária	João Ribeiro Goulão	10/01/1980	09/12/1980
Família	Maria Teresa Paulo de Sampaio da Costa Macedo	10/01/1980	09/12/1980
Finanças	Alípio Barrosa Pereira Dias	10/01/1980	09/12/1980
Fomento Agrário	José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso	10/01/1980	09/12/1980
Habituação e Urbanismo	Casimiro António Pires	10/01/1980	09/12/1980
Indústria Transformadora	Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	10/01/1980	09/12/1980
Integração Europeia	Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes	10/01/1980	09/12/1980
Juventude e Desportos	Joaquim Manuel Rendeiro de Araújo e Sá	10/01/1980	09/12/1980
Marinha Mercante	José da Silva Domingos	10/01/1980	09/12/1980
Negócios Estrangeiros	Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho	10/01/1980	09/12/1980
Obras Públicas	Carlos José Sanches Vaz Pardal	10/01/1980	09/12/1980
Orçamento	António Jorge de Figueiredo Lopes	10/01/1980	09/12/1980
Ordenamento e Ambiente	Ilídio Alves de Araújo	10/01/1980	10/04/1980
Pescas	João de Albuquerque	10/01/1980	09/12/1980
Planeamento	Miguel José Ribeiro Cadilhe	10/01/1980	09/12/1980
Reforma Administrativa	Carlos Martins Robalo	10/01/1980	09/12/1980
Saúde	Fernando José Costa e Sousa	10/01/1980	09/12/1980
Segurança Social	António José de Castro Bagão Félix	10/01/1980	09/12/1980
Tesouro	José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira	10/01/1980	09/12/1980
Trabalho	José Queirós Lopes Raimundo	10/01/1980	09/12/1980
Transportes	José Miguel Nunes Anacoreta Correia	10/01/1980	09/12/1980
Turismo	Alberto Heleno do Nascimento Regueira	10/01/1980	09/12/1980
Ordenamento Físico e Ambiente	Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho	10/04/1980	09/12/1980

VII Governo (09-01-1981 - 04-09-1981)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Adjunto do Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro	Manuel Eduardo Santos França e Silva	09/01/1981	14/08/1981
Adjunto do Primeiro-Ministro	António d' Orey Capucho	09/01/1981	14/08/1981
Cultura	António Manuel de Assunção Braz Teixeira	09/01/1981	14/08/1981
Presidência do Conselho de Ministros	José Luís da Cruz Vilaça	09/01/1981	14/08/1981
Adjunto do Ministro das Finanças e do Plano	António José Nunes Loureiro Borges	12/01/1981	14/08/1981
Administração Escolar	Carlos Martins Robalo	12/01/1981	14/08/1981
Administração Interna	Manuel António de Magalhães Correia Leite	12/01/1981	14/08/1981
Administração Regional e Local	Manuel Pereira	12/01/1981	14/08/1981
Comércio	Walter Waldemar Pego Marques	12/01/1981	14/08/1981
Comunicação Social	Luís de Oliveira Fontoura	12/01/1981	04/06/1981
Comunicações	Carlos Alberto Paiva Carreira	12/01/1981	14/08/1981
Defesa Nacional	José Miguel Nunes Anacoreta Correia	12/01/1981	14/08/1981
Desportos	Duarte Nuno de Carvalho Gomes de Castro	12/01/1981	04/06/1981
Educação e Juventude	António Cardoso Hortênsio Pina	12/01/1981	14/08/1981
Emigração e Comunidades Portuguesas	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	12/01/1981	14/08/1981
Emprego	Luís Alberto Garcia Ferrero Morales	12/01/1981	14/08/1981
Energia	João Nuno Boulain de Carvalho Carreira	12/01/1981	14/08/1981
Ensino Superior	Sebastião José Formosinho Sanches Simões	12/01/1981	14/08/1981
Família	Maria Teresa Paulo de Sampaio da Costa Macedo	12/01/1981	03/08/1981
Finanças	José António da Silveira Godinho	12/01/1981	14/08/1981
Habituação e Urbanismo	Casimiro António Pires	12/01/1981	14/08/1981
Indústria	Alberto António Justiniano	12/01/1981	14/08/1981
Integração Europeia	Joaquim Martins Ferreira do Amaral	12/01/1981	14/08/1981
Negócios Estrangeiros	Leonardo Charles Zaffiri Duarte Mathias	12/01/1981	14/08/1981
Obras Públicas	Carlos José Sanches Vaz Pardal	12/01/1981	14/08/1981
Orçamento	Alípio Barrosa Pereira Dias	12/01/1981	14/08/1981
Ordenamento e Ambiente	Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho	12/01/1981	04/06/1981
Pescas	José Carlos Gonçalves Viana	12/01/1981	14/08/1981
Planeamento	Alberto Heleno do Nascimento Regueira	12/01/1981	14/08/1981
Produção	João Ribeiro Goulão	12/01/1981	14/08/1981
Reforma Administrativa	José Queirós Lopes Raimundo	12/01/1981	04/06/1981
Saúde	Adalberto Paulo da Fonseca Mendo	12/01/1981	03/08/1981
Segurança Social	António José de Castro Bagão Félix	12/01/1981	03/08/1981
Tesouro	Mário Martins Adegas	12/01/1981	14/08/1981
Trabalho	António José de Barros Queirós Martins	12/01/1981	14/08/1981
Transformação e Mercados	Jaime António Morais Figo	12/01/1981	14/08/1981
Transportes Exteriores	José da Silva Domingos	12/01/1981	14/08/1981
Transportes Interiores	Abílio Gaspar Rodrigues	12/01/1981	14/08/1981
Turismo	Alcino Cardoso	12/01/1981	14/08/1981
Adjunto do Primeiro-Ministro e da Comunicação Social	José Carlos Alfaia Pinto Pereira	04/06/1981	14/08/1981
Desportos	Duarte Nuno de Carvalho Gomes de Castro	04/06/1981	14/08/1981

Ordenamento e Ambiente	Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho	04/06/1981	14/08/1981
Reforma Administrativa	José Cândido Sousa Carrusca Robin de Andrade	04/06/1981	14/08/1981
Família	Maria Teresa Paulo de Sampaio da Costa Macedo	03/08/1981	14/08/1981
Saúde	Adalberto Paulo da Fonseca Mendo	03/08/1981	14/08/1981
Segurança Social	António José de Castro Bagão Félix	03/08/1981	14/08/1981

VIII Governo (04-09-1981 - 09-06-1983)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Adjunto do Ministro de Estado e da Qualidade de Vida	João Carlos Vaz Serra de Moura	04/09/1981	23/12/1982
Adjunto do Primeiro-Ministro	António d' Orey Capucho	04/09/1981	23/12/1982
Adjunto do Primeiro-Ministro e da Comunicação Social	José Carlos Alfaia Pinto Pereira	04/09/1981	23/12/1982
Adjunto do Vice- Primeiro-Ministro	José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro	04/09/1981	23/12/1982
Presidência do Conselho de Ministros	Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa	04/09/1981	12/06/1982
Adj. do Min. da Habitação, Obras Públicas e Transportes	António José do Amaral Ferreira de Lemos	08/09/1981	23/12/1982
Adjunto do Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas	Manuel Eduardo Santos França e Silva	08/09/1981	23/12/1982
Administração Escolar	Alexandre Ferreira Borrego	08/09/1981	12/06/1982
Administração Interna	Carlos Manuel de Sousa Encarnação	08/09/1981	27/10/1982
Administração Regional e Local	Roberto Artur da Luz Carneiro	08/09/1981	23/12/1982
Comércio	António Escaja Gonçalves	08/09/1981	23/12/1982
Cultura	António José Tomás Gomes de Pinho	08/09/1981	23/12/1982
Defesa Nacional	Carlos José Sanches Vaz Pardal	08/09/1981	23/12/1982
Desportos	João Carlos Vaz Serra de Moura	08/09/1981	23/12/1982
Educação e Juventude	António Cardoso Hortênsio Pina	08/09/1981	12/06/1982
Emigração e Comunidades Portuguesas	José Adriano Gago Vitorino	08/09/1981	09/06/1982
Emprego	Luís Alberto Garcia Ferrero Morales	08/09/1981	12/06/1982
Energia	João Nuno Boulain de Carvalho Carreira	08/09/1981	23/12/1982
Ensino Superior	Alberto José Nunes Correia Ralha	08/09/1981	12/06/1982
Estruturação Agrária	João José da Silva Maçãs	08/09/1981	23/12/1982
Exportação	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	08/09/1981	23/12/1982
Família	Maria Teresa Paulo de Sampaio da Costa Macedo	08/09/1981	23/12/1982
Finanças	José Cândido Sousa Carrusca Robin de Andrade	08/09/1981	23/12/1982
Fomento Cooperativo	José Bento Gonçalves	08/09/1981	23/12/1982
Habitação e Urbanismo	Jorge Lopes Cardoso de Andrade	08/09/1981	12/06/1982
Indústria	Alberto António Justiniano	08/09/1981	23/12/1982
Integração Europeia	José Luís da Cruz Vilaça	08/09/1981	23/10/1982
Justiça	Alfredo Albano de Castro de Azevedo Soares	08/09/1981	23/12/1982
Negócios Estrangeiros	Leonardo Charles Zaffiri Duarte Mathias	08/09/1981	09/06/1982
Obras Públicas	José Eugénio Nobre	08/09/1981	23/12/1982
Orçamento	Alípio Barrosa Pereira Dias	08/09/1981	23/12/1982
Ordenamento e Ambiente	Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho	08/09/1981	09/08/1982
Pescas	José Carlos Gonçalves Viana	08/09/1981	07/04/1982
Planeamento	Alberto Heleno do Nascimento Regueira	08/09/1981	23/12/1982
Produção Agrícola	José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso	08/09/1981	23/12/1982
Reforma Administrativa	António Jorge de Figueiredo Lopes	08/09/1981	23/12/1982
Saúde	Adalberto Paulo da Fonseca Mendo	08/09/1981	23/12/1982
Segurança Social	António José de Castro Bagão Félix	08/09/1981	23/12/1982
Tesouro	Walter Waldemar Pego Marques	08/09/1981	23/12/1982
Trabalho	Joaquim Maria Fernandes Marques	08/09/1981	12/06/1982

Transportes Exteriores e Comunicações	José da Silva Domingos	08/09/1981	23/12/1982
Transportes Interiores	Abílio Gaspar Rodrigues	08/09/1981	23/12/1982
Turismo	Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho	08/09/1981	23/12/1982
Pescas	Alberto Augusto Faria dos Santos	07/04/1982	23/12/1982
Cooperação e Desenvolvimento	Luís de Oliveira Fontoura	09/06/1982	23/12/1982
Emigração e Comunidades Portuguesas	José Adriano Gago Vitorino	09/06/1982	23/12/1982
Negócios Estrangeiros	Paulo Henriques Lowndes Marques	09/06/1982	23/12/1982
Educação e Administração Escolar	João de Deus Rogado Salvador Pinheiro	12/06/1982	23/12/1982
Emprego	Artur José Moreira Pereira da Mota	12/06/1982	23/12/1982
Ensino Superior	Alberto Romão Dias	12/06/1982	23/12/1982
Habituação e Urbanismo	Carlos Mascarenhas de Almeida	12/06/1982	23/12/1982
Presidência do Conselho de Ministros	Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares	12/06/1982	23/12/1982
Trabalho	Joaquim Maria Fernandes Marques	12/06/1982	23/12/1982

IX Governo (09-06-1983 - 06-11-1985)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Desportos	Júlio Francisco Miranda Calha	12/06/1983	12/06/1984
Orçamento	Alípio Barrosa Pereira Dias	17/06/1983	06/11/1985
Planeamento	Mário Cristina de Sousa	17/06/1983	06/11/1985
Tesouro	António de Almeida	17/06/1983	06/11/1985
Adjunto do Ministro da Educação	António de Almeida Costa	18/06/1983	31/01/1984
Adjunto do Ministro de Estado	José Anselmo Dias Rodrigues	18/06/1983	06/11/1985
Adjunto do Primeiro-Ministro	António Carlos Ribeiro Campos	18/06/1983	06/11/1985
Adjunto do Vice - Primeiro-Ministro	João Calvão da Silva	18/06/1983	15/02/1985
Administração Autárquica	Helena de Melo Torres Marques	18/06/1983	06/11/1985
Administração Pública	José Manuel San-Bento de Menezes	18/06/1983	06/11/1985
Alimentação	Jacinto Montalvão de Santos e Silva Marques	18/06/1983	17/10/1984
Ambiente	Carlos Alberto Martins Pimenta	18/06/1983	12/06/1984
Assuntos Parlamentares	Armando dos Santos Lopes	18/06/1983	31/01/1984
Comércio Externo	Maria Raquel Lopes de Bettencourt Ferreira	18/06/1983	17/10/1984
Comércio Interno	Carlos Alberto Antunes Filipe	18/06/1983	17/10/1984
Comunicações	Raúl Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro	18/06/1983	15/02/1985
Cooperação	Luís Gaspar da Silva	18/06/1983	25/02/1985
Defesa Nacional	António Jorge de Figueiredo Lopes	18/06/1983	15/02/1985
Desenvolvimento Regional	Joaquim Fernando Nogueira	18/06/1983	06/11/1985
Emigração	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	18/06/1983	06/11/1985
Emprego e Formação Profissional	Rui Alberto Barradas do Amaral	18/06/1983	06/11/1985
Energia	Joaquim Leitão da Rocha Cabral	18/06/1983	06/11/1985
Ensino Básico e Secundário	Maria Helena Nazareth Santos Valente Rosa	18/06/1983	31/01/1984
Ensino Superior	Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues	18/06/1983	31/01/1984
Estruturas e dos Recursos Agrários	Francisco José Goinhas Palma	18/06/1983	17/10/1984
Finanças	Rui Jorge Martins dos Santos	18/06/1983	06/11/1985
Florestas	António Manuel Chambica Azevedo Gomes	18/06/1983	17/10/1984
Fomento Cooperativo	Francisco Soares Mesquita Machado	18/06/1983	08/11/1983
Habituação e Urbanismo	Fernando Manuel dos Santos Gomes	18/06/1983	15/02/1985
Indústria	João Nuno Boulain de Carvalho Carreira	18/06/1983	06/11/1985
Marinha Mercante	José de Almeida Serra	18/06/1983	15/02/1985
Obras Públicas	José Eugénio Nobre	18/06/1983	15/02/1985
Pescas	Alberto Augusto Faria dos Santos	18/06/1983	15/02/1985
Presidência do Conselho de Ministros	Alfredo José Somera Simões Barroso	18/06/1983	06/11/1985
Segurança Social	Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares	18/06/1983	06/11/1985
Trabalho	Custódio Almeida Simões	18/06/1983	31/01/1984
Transportes	Francisco Luís Murteira Nabo	18/06/1983	15/02/1985
Turismo	Joaquim Martins Ferreira do Amaral	18/06/1983	17/10/1984
Agricultura	José Herculano Brito de Carvalho	13/07/1983	17/10/1984
Adjunto do Ministro da Educação	Maria Helena Carvalho dos Santos Oliveira Lopes	31/01/1984	15/02/1985
Assuntos Parlamentares	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	31/01/1984	06/11/1985
Ensino Básico e Secundário	René Charles Dupont Prendi Rodrigues da Silva	31/01/1984	31/12/1984

Ensino Superior	Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva	31/01/1984	15/02/1985
Fomento Cooperativo	Armando dos Santos Lopes	31/01/1984	06/11/1985
Trabalho	Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho	31/01/1984	06/11/1985
Desportos	Júlio Francisco Miranda Calha	12/06/1984	10/07/1985
Ambiente	Eduardo Guimarães de Oliveira Fernandes	11/07/1984	10/07/1985
Comércio e Indústria Agrícola	Carlos Alberto Antunes Filipe	17/10/1984	06/11/1985
Produção Agrícola	José Alfredo Rodrigues Ferraz	17/10/1984	06/11/1985
Turismo	Maria Raquel Lopes de Bettencourt Ferreira	17/10/1984	06/11/1985
Comércio Interno	Agostinho Alberto Bento da Silva Abade	31/10/1984	06/11/1985
Adjunto do Vice - Primeiro-Ministro	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	15/02/1985	06/11/1985
Comunicações	Raúl Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro	15/02/1985	06/11/1985
Defesa Nacional	António Jorge de Figueiredo Lopes	15/02/1985	06/11/1985
Habituação e Urbanismo	Fernando Manuel dos Santos Gomes	15/02/1985	06/11/1985
Obras Públicas	Casimiro António Pires	15/02/1985	06/11/1985
Transportes	Francisco Luís Murteira Nabo	15/02/1985	06/11/1985
Adjunto do Ministro da Educação	António de Almeida Costa	25/02/1985	06/11/1985
Cooperação	Eduardo Manuel Machado Bastos Âmbar	25/02/1985	06/11/1985
Ensino Básico e Secundário	Fernando Augusto Simões Alberto	25/02/1985	06/11/1985
Ensino Superior	Virgílio Alberto Meira Soares	25/02/1985	06/11/1985
Marinha Mercante	Henrique de Oliveira Constantino	25/02/1985	06/11/1985
Pescas	Carlos Alberto Martins Pimenta	25/02/1985	06/11/1985
Ambiente	Eduardo Guimarães de Oliveira Fernandes	10/07/1985	06/11/1985
Desportos	Júlio Francisco Miranda Calha	10/07/1985	06/11/1985

X Governo (06-11-1985 - 17-08-1987)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Pedro Miguel Santana Lopes	06/11/1985	17/08/1987
Adjunto do Ministro Adj. e para os Assuntos Parlamentares	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes	08/11/1985	17/08/1987
Adjunto do Ministro da Administração Interna	José Manuel Durão Barroso	08/11/1985	17/08/1987
Adjunto do Ministro da Defesa Nacional	António Jorge de Figueiredo Lopes	08/11/1985	03/03/1986
Adjunto do Ministro das Finanças, e do Tesouro	José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira	08/11/1985	22/05/1986
Administração Escolar	Fernando Augusto Simões Alberto	08/11/1985	17/08/1987
Administração Local e do Ordenamento do Território	José Manuel Nunes Liberato	08/11/1985	17/08/1987
Agricultura	Joaquim António Rosado Gusmão	08/11/1985	17/08/1987
Alimentação	António Amaro de Matos	08/11/1985	17/08/1987
Ambiente e Recursos Naturais	Carlos Alberto Martins Pimenta	08/11/1985	17/08/1987
Assuntos Fiscais	José de Oliveira Costa	08/11/1985	17/08/1987
Assuntos Parlamentares	Manuel Filipe Correia de Jesus	08/11/1985	17/08/1987
Comércio Externo	Luís Filipe Sales Caldeira da Silva	08/11/1985	17/08/1987
Comércio Interno	Jorge Manuel Águas da Ponte Silva Marques	08/11/1985	17/08/1987
Comunidades Portuguesas	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	08/11/1985	17/08/1987
Construção e Habitação	José Manuel Alves Elias da Costa	08/11/1985	17/08/1987
Cultura	Maria Teresa Pinto Basto Gouveia	08/11/1985	17/08/1987
Emprego e Formação Profissional	Joaquim Maria Fernandes Marques	08/11/1985	17/08/1987
Ensino Básico e Secundário	Marília Dulce Coelho Pina Morgado Raimundo	08/11/1985	17/08/1987
Ensino Superior	Fernando Nunes Ferreira Real	08/11/1985	17/08/1987
Indústria e Energia	Luís Manuel Pêgo Todo-Bom	08/11/1985	17/08/1987
Integração Europeia	Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins	08/11/1985	17/08/1987
Investigação Científica	Eduardo Romano de Arantes e Oliveira	08/11/1985	17/08/1987
Juventude	António Fernando Couto dos Santos	08/11/1985	17/08/1987
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares	08/11/1985	17/08/1987
Orçamento	Rui Carlos Alvarez Carp	08/11/1985	17/08/1987
Pescas	Jorge Manuel de Oliveira Godinho	08/11/1985	17/08/1987
Planeamento e Desenvolvimento Regional	José Albino da Silva Peneda	08/11/1985	17/08/1987
Segurança Social	José Nobre Pinto Sancho	08/11/1985	27/01/1987
Transportes e Comunicações	Gonçalo Manuel Bourbon Sequeira Braga	08/11/1985	17/08/1987
Turismo	Licínio Alberto de Almeida Cunha	08/11/1985	17/08/1987
Vias de Comunicação	José Bernardo Veloso Falcão e Cunha	08/11/1985	17/08/1987
Adjunto do Ministro da Defesa Nacional	José António da Silveira Godinho	22/05/1986	17/08/1987
Adjunto do Ministro da Saúde	António Luís Mendes Baptista Pereira	22/05/1986	17/08/1987
Desenvolvimento Agrário	Arlindo Marques da Cunha	22/05/1986	17/08/1987
Tesouro	Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	22/05/1986	17/08/1987
Adjunto do Ministro da Justiça	José Augusto Sacadura Garcia Marques	29/07/1986	17/08/1987
Segurança Social	Luís Filipe da Conceição Pereira	27/01/1987	17/08/1987

XI Governo (17-08-1987 - 31-10-1991)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes	17/08/1987	31/10/1991
Adjunto da Ministra da Saúde	Joaquim Manuel Machado Faria e Almeida	18/08/1987	23/05/1989
Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude	Albino de Azevedo Soares	18/08/1987	31/10/1991
Adjunto do Ministro da Administração Interna	José Manuel Branquinho de Oliveira Lobo	18/08/1987	05/01/1990
Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação	Arlindo Marques da Cunha	18/08/1987	05/01/1990
Adjunto do Ministro da Defesa Nacional	Eugénio Manuel dos Santos Ramos	18/08/1987	05/01/1990
Adjunto do Ministro da Educação	José Augusto Perestrello de Alarcão Troni	18/08/1987	31/10/1991
Adjunto do Ministro da Justiça	José Manuel Cardoso Borges Soeiro	18/08/1987	05/03/1990
Administração da Saúde	Fernando Jorge Duarte Costa Freire	18/08/1987	29/03/1989
Administração Local e do Ordenamento do Território	José Manuel Nunes Liberato	18/08/1987	31/10/1991
Agricultura	Álvaro dos Santos Amaro	18/08/1987	05/01/1990
Alimentação	Luís Gonzaga de Sousa Morais Cardoso	18/08/1987	05/01/1990
Ambiente e dos Recursos Naturais	José Macário Correia	18/08/1987	09/01/1990
Assuntos Fiscais	José de Oliveira Costa	18/08/1987	05/01/1990
Ciência e Tecnologia	Eduardo Romano de Arantes e Oliveira	18/08/1987	21/06/1988
Comércio Externo	Miguel António Igreja Horta e Costa	18/08/1987	24/04/1990
Comércio Interno	Jorge Manuel Mendes Antas	18/08/1987	24/04/1990
Comunidades Portuguesas	Manuel Filipe Correia de Jesus	18/08/1987	31/10/1991
Construção e Habitação	José Manuel Alves Elias da Costa	18/08/1987	09/01/1990
Cultura	Maria Teresa Pinto Basto Gouveia	18/08/1987	09/01/1990
Energia	Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva	18/08/1987	31/10/1991
Ensino Superior	Alberto José Nunes Correia Ralha	18/08/1987	31/10/1991
Indústria	António José Fernandes de Sousa	18/08/1987	24/07/1989
Integração Europeia	Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins	18/08/1987	31/10/1991
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	José Manuel Durão Barroso	18/08/1987	31/10/1991
Orçamento	Rui Carlos Alvarez Carp	18/08/1987	05/01/1990
Pescas	Jorge Manuel de Oliveira Godinho	18/08/1987	05/01/1990
Planeamento e Desenvolvimento Regional	Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota	18/08/1987	31/10/1991
Reforma Educativa	António Carrilho Ribeiro	18/08/1987	31/01/1989
Segurança Social	António José de Castro Bagão Félix	18/08/1987	31/10/1991
Segurança Social	Luís Filipe da Conceição Pereira	18/08/1987	31/01/1989
Tesouro	Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	18/08/1987	21/06/1988
Transportes Exteriores e das Comunicações	Eduardo Perestrello Correia de Matos	18/08/1987	09/01/1990
Transportes Interiores	Carlos Alberto Pereira da Silva Costa	18/08/1987	09/01/1990
Turismo	Licínio Alberto de Almeida Cunha	18/08/1987	09/01/1990
Vias de Comunicação	José Bernardo Veloso Falcão e Cunha	18/08/1987	09/01/1990
Ciência e Tecnologia	José Pedro Sucena Paiva	21/06/1988	31/10/1991
Tesouro e das Finanças	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	21/06/1988	23/05/1989
Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social	Jorge Hernâni de Almeida Seabra	16/09/1988	31/10/1991
Reforma Educativa	Pedro José d ' Orey da Cunha e Menezes	31/01/1989	31/10/1991

Segurança Social	Arlindo Gomes de Carvalho	31/01/1989	05/01/1990
Adjunto da Ministra da Saúde	Albino Aroso Ramos	23/05/1989	05/01/1990
Adjunto e das Finanças	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	23/05/1989	05/01/1990
Administração da Saúde	Pedro João Dias Alves	23/05/1989	05/01/1990
Modernização Administrativa	Isabel Maria Freire dos Santos Côrte-Real	23/05/1989	31/10/1991
Tesouro	Carlos Manuel Tavares da Silva	23/05/1989	05/01/1990
Indústria	Luís Filipe Alves Monteiro	24/07/1989	31/10/1991
Adjunto do Ministro da Administração Interna	José Manuel Branquinho de Oliveira Lobo	09/01/1990	31/10/1991
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Luís Madureira	09/01/1990	31/10/1991
Adjunto do Ministro da Defesa Nacional	Eugénio Manuel dos Santos Ramos	09/01/1990	05/03/1990
Adjunto do Ministro da Saúde	Albino Aroso Ramos	09/01/1990	21/06/1999
Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares	Carlos Manuel de Sousa Encarnação	09/01/1990	31/10/1991
Adjunto e das Comunicações	José Frederico de Lemos Salter Cid	09/01/1990	24/04/1990
Administração da Saúde	Jorge Augusto Pires	09/01/1990	31/10/1991
Administração Judiciária	Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio	09/01/1990	05/03/1990
Agricultura	Álvaro dos Santos Amaro	09/01/1990	31/10/1991
Alimentação	Luís António Damásio Capoulas	09/01/1990	31/10/1991
Ambiente e Defesa do Consumidor	José Macário Correia	09/01/1990	31/10/1991
Assuntos Fiscais	José de Oliveira Costa	09/01/1990	31/10/1991
Construção e das Vias Terrestres	Carlos Alberto Silva de Almeida Loureiro	09/01/1990	24/04/1990
Cultura	Pedro Miguel Santana Lopes	09/01/1990	31/10/1991
Finanças	José Manuel Alves Elias da Costa	09/01/1990	31/10/1991
Habitação e dos Transportes Interiores	Rui José Teixeira Vicente	09/01/1990	24/04/1990
Juventude	Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva	09/01/1990	31/10/1991
Orçamento	Maria Manuela Dias Ferreira Leite	09/01/1990	31/10/1991
Pescas	Jorge Manuel de Oliveira Godinho	09/01/1990	09/11/1990
Segurança Social	José Luís Campos Vieira de Castro	09/01/1990	31/10/1991
Tesouro	Carlos Manuel Tavares da Silva	09/01/1990	31/10/1991
Transportes Exteriores	Alfredo Luís da Conceição Rodrigues	09/01/1990	24/04/1990
Turismo	Miguel Carlos de Almeida Rodrigues Sarmento	09/01/1990	24/04/1990
Adjunto do Ministro da Defesa Nacional	Eugénio Manuel dos Santos Ramos	05/03/1990	31/10/1991
Adjunto do Ministro da Justiça	José Manuel Cardoso Borges Soeiro	05/03/1990	31/10/1991
Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	José António da Ponte Zeferino	24/04/1990	31/10/1991
Comércio Externo	António Neto da Silva	24/04/1990	31/10/1991
Comércio Interno	José António Leite de Araújo	24/04/1990	31/10/1991
Habitação	Carlos Alberto Pereira da Silva Costa	24/04/1990	31/10/1991
Obras Públicas	Álvaro Severiano da Silva Magalhães	24/04/1990	31/10/1991
Transportes	Jorge Manuel Mendes Antas	24/04/1990	31/10/1991
Turismo	Alfredo César Torres	24/04/1990	31/10/1991
Pescas	João Casimiro Marçal Alves	09/11/1990	31/10/1991
Ambiente e Defesa do Consumidor	José Macário Correia	24/04/1991	31/10/1991

XII Governo (31-10-1991 - 28-10-1995)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes	31/10/1991	19/03/1992
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Carlos Manuel de Sousa Encarnação	05/11/1991	28/10/1995
Adjunto do Ministro da Educação	José Manuel de Moraes Briosa e Gala	05/11/1991	19/03/1992
Adjunto do Ministro da Justiça	José Manuel Cardoso Borges Soeiro	05/11/1991	28/10/1995
Adjunto do Ministro da Saúde	Jorge Augusto Pires	05/11/1991	07/12/1993
Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	José António da Ponte Zeferino	05/11/1991	28/10/1995
Adjunto do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais	Maria Teresa Pinto Basto Gouveia	05/11/1991	11/06/1993
Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social	Jorge Hernâni de Almeida Seabra	05/11/1991	03/05/1993
Adjunto do Ministro do Mar	João Prates Bebiano	05/11/1991	12/11/1992
Adjunto e do Comércio Externo	António José Fernandes de Sousa	05/11/1991	07/12/1993
Adjunto e do Orçamento	Maria Manuela Dias Ferreira Leite	05/11/1991	07/12/1993
Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	Luís Filipe Menezes Lopes	05/11/1991	19/03/1992
Administração Interna	Carlos Alberto Silva de Almeida Loureiro	05/11/1991	28/10/1995
Administração Local e do Ordenamento do Território	José Manuel Nunes Liberato	05/11/1991	17/12/1992
Agricultura	Álvaro dos Santos Amaro	05/11/1991	21/05/1994
Comércio Interno	Teresa Paula de Oliveira Rícou	05/11/1991	24/03/1992
Comunidades Portuguesas	Manuel Filipe Correia de Jesus	05/11/1991	12/11/1992
Cultura	Pedro Miguel Santana Lopes	05/11/1991	29/12/1994
Defesa Nacional	António Jorge de Figueiredo Lopes	05/11/1991	16/03/1995
Emprego e Formação Profissional	António Morgado Pinto Cardoso	05/11/1991	07/12/1993
Energia	Luís Filipe da Conceição Pereira	05/11/1991	28/10/1995
Equipamento e Tecnologias de Defesa	Eugénio Manuel dos Santos Ramos	05/11/1991	07/12/1993
Finanças	José Manuel Alves Elias da Costa	05/11/1991	07/12/1993
Habitação	Carlos Alberto Pereira da Silva Costa	05/11/1991	28/10/1995
Indústria	Luís Filipe Alves Monteiro	05/11/1991	28/10/1995
Integração Europeia	Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins	05/11/1991	12/11/1992
Justiça	Maria Eduarda de Almeida Azevedo	05/11/1991	28/10/1995
Juventude	Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva	05/11/1991	12/11/1992
Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar	Luís António Damásio Capoulas	05/11/1991	21/05/1994
Modernização Administrativa	Isabel Maria Freire dos Santos Côte- Real	05/11/1991	28/10/1995
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	José Manuel Durão Barroso	05/11/1991	12/11/1992
Obras Públicas	Álvaro Severiano da Silva Magalhães	05/11/1991	28/10/1995
Pescas	João Casimiro Marçal Alves	05/11/1991	12/11/1992
Planeamento e Desenvolvimento Regional	Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota	05/11/1991	28/10/1995
Recursos Educativos	José de Albuquerque Epifânio da Franca	05/11/1991	19/03/1992
Recursos Naturais	António Manuel Taveira da Silva	05/11/1991	11/06/1993
Saúde	José Martins Nunes	05/11/1991	07/12/1993
Segurança Social	José Luís Campos Vieira de Castro	05/11/1991	07/12/1993
Sistema Educativo	Emídio Gil Santos	05/11/1991	19/03/1992

Tesouro	José Monteiro Fernandes Braz	05/11/1991	07/12/1993
Transportes	Jorge Manuel Mendes Antas	05/11/1991	28/10/1995
Turismo	Alexandre Carlos de Mello Vieira Costa Relvas	05/11/1991	28/10/1995
Ciência e Tecnologia	Manuel de Carvalho Fernandes Thomaz	19/11/1991	28/10/1995
Adjunto e do Ensino Superior	José Augusto Perestrello de Alarcão Troni	19/03/1992	12/11/1992
Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	Luís Filipe Menezes Lopes	19/03/1992	28/10/1995
Ensino Básico e Secundário	Manuel Joaquim Pinho Moreira de Azevedo	19/03/1992	07/12/1993
Presidência do Conselho de Ministros	Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto	19/03/1992	28/10/1995
Recursos Educativos	José Manuel Bracinha Vieira	19/03/1992	07/12/1993
Distribuição e Concorrência	Luís Maria Viana Palha da Silva	09/06/1992	07/12/1993
Adjunto e das Pescas	João Prates Bebiano	12/11/1992	16/03/1995
Assuntos Europeus	Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins	12/11/1992	28/10/1995
Comunidades Portuguesas	Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo	12/11/1992	28/10/1995
Cooperação	José Manuel de Moraes Briosa e Gala	12/11/1992	28/10/1995
Ensino Superior	Pedro Augusto Lynce de Faria	12/11/1992	07/12/1993
Juventude	Maria do Céu Baptista Ramos	12/11/1992	28/10/1995
Administração Local e do Ordenamento do Território	João António Romão Pereira Reis	17/12/1992	28/10/1995
Ambiente e do Consumidor	Joaquim Manuel Veloso Poças Martins	11/06/1993	28/10/1995
Recursos Naturais	António Manuel Taveira da Silva	11/06/1993	28/10/1995
Adjunto do Primeiro-Ministro	Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes	07/12/1993	28/10/1995
Adjunto e das Finanças	António José Fernandes de Sousa	07/12/1993	28/06/1994
Adjunto e dos Assuntos Fiscais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	07/12/1993	28/10/1995
Comércio	Luís Maria Viana Palha da Silva	07/12/1993	28/10/1995
Educação e do Desporto	Manuel Castro de Almeida	07/12/1993	28/10/1995
Emprego e Formação Profissional	António Morgado Pinto Cardoso	07/12/1993	28/06/1994
Ensino Superior	Pedro Augusto Lynce de Faria	07/12/1993	28/10/1995
Orçamento	Norberto Emílio Sequeira da Rosa	07/12/1993	28/10/1995
Recursos Educativos	José Manuel Bracinha Vieira	07/12/1993	08/07/1994
Saúde	José Carlos Lopes Martins	07/12/1993	28/10/1995
Segurança Social	Fernando Mário Teixeira de Almeida	07/12/1993	21/05/1994
Tesouro	Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho	07/12/1993	08/07/1994
Agricultura	Álvaro dos Santos Amaro	21/05/1994	28/10/1995
Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar	Luís António Damásio Capoulas	21/05/1994	28/10/1995
Segurança Social	José Frederico de Lemos Salter Cid	21/05/1994	28/10/1995
Adjunto e do Tesouro	Walter Waldemar Pego Marques	08/07/1994	28/10/1995
Emprego e Formação Profissional	José Mateus Varatojo Júnior	08/07/1994	28/10/1995
Finanças	Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho	08/07/1994	28/10/1995
Adjunto e das Pescas	José Monteiro de Moraes	16/03/1995	28/10/1995
Defesa Nacional	Abílio Manuel Pinto Rodrigues de Almeida Morgado	16/03/1995	28/10/1995

XIII Governo (28-10-1995 - 25-10-1999)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Assuntos Europeus	Francisco Manuel Seixas da Costa	28/10/1995	25/10/1999
Presidência do Conselho de Ministros	Vitalino José Ferreira Prova Canas	28/10/1995	25/11/1997
Adjunto da Ministra do Ambiente	José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa	30/10/1995	25/11/1997
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Luís Filipe Marques Amado	30/10/1995	25/11/1997
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Armando António Martins Vara	30/10/1995	25/11/1997
Adjunto do Primeiro-Ministro	Joaquim Augusto Nunes Pina Moura	30/10/1995	25/11/1997
Administração Educativa	Guilherme Waldemar Pereira d' Oliveira Martins	30/10/1995	25/10/1999
Administração Local e Ordenamento do Território	José Augusto de Carvalho	30/10/1995	15/01/1996
Administração Pública	Fausto de Sousa Correia	30/10/1995	25/10/1999
Agricultura e Desenvolvimento Rural	Luís Manuel Capoulas Santos	30/10/1995	03/10/1998
Assuntos Fiscais	António Carlos dos Santos	30/10/1995	25/10/1999
Assuntos Parlamentares	António Luís Santos Costa	30/10/1995	25/11/1997
Comércio	Manuel António dos Santos	30/10/1995	27/03/1996
Comunicação Social	Alberto Arons Braga de Carvalho	30/10/1995	25/10/1999
Comunidades Portuguesas	José Manuel Lello Ribeiro de Almeida	30/10/1995	25/10/1999
Cultura	Rui Vieira Nery	30/10/1995	25/09/1997
Defesa Nacional	José Júlio Pereira Gomes	30/10/1995	25/11/1997
Desenvolvimento Regional	Adriano Lopes Gomes Pimpão	30/10/1995	15/01/1996
Desporto	Júlio Francisco Miranda Calha	30/10/1995	25/10/1999
Educação e Inovação	Ana Maria Benavente da Silva Nuno	30/10/1995	25/10/1999
Energia	José Rodrigues Pereira Penedos	30/10/1995	27/03/1996
Ensino Superior	Alfredo Jorge Silva	30/10/1995	25/10/1999
Habituação	Emílio José Pereira Rosa	30/10/1995	27/12/1995
Indústria	Augusto Carlos Serra Ventura Mateus	30/10/1995	27/03/1996
Inserção Social	Rui António Ferreira da Cunha	30/10/1995	25/11/1997
Justiça	José Manuel de Matos Fernandes	30/10/1995	27/03/1996
Juventude	António José Martins Seguro	30/10/1995	25/11/1997
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	José Alberto Rebelo dos Reis Lamego	30/10/1995	25/11/1997
Obras Públicas	Luís Filipe Ferreira Simões	30/10/1995	27/12/1995
Orçamento	Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa	30/10/1995	19/03/1998
Pescas	Marcelo de Sousa Vasconcelos	30/10/1995	03/10/1998
Produção Agro- Alimentar	Manuel Maria Cardoso Leal	30/10/1995	03/10/1998
Recursos Naturais	António Ricardo Rocha de Magalhães	30/10/1995	26/11/1997
Saúde	José Eduardo Arcos Gomes dos Reis	30/10/1995	26/11/1997
Segurança Social	Fernando Lopes Ribeiro Mendes	30/10/1995	25/11/1997
Tesouro e das Finanças	Fernando Teixeira dos Santos	30/10/1995	25/10/1999
Trabalho	António de Lemos Monteiro Fernandes	30/10/1995	25/11/1997
Transportes e Comunicações	Norberto Veiga de Sousa Fernandes	30/10/1995	27/12/1995
Turismo	Ismael Ribeiro da Cunha	30/10/1995	27/03/1996
Habituação e Comunicações	Leonor Coutinho Pereira dos Santos	27/12/1995	15/01/1996
Obras Públicas	António José Borrani Crisóstomo Teixeira	27/12/1995	15/01/1996

Transportes	António Guilhermino Rodrigues	27/12/1995	15/01/1996
Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território	José Manuel da Costa Monteiro Consiglieri Pedroso	15/01/1996	25/10/1999
Administração Local e Ordenamento do Território	José Augusto de Carvalho	15/01/1996	25/10/1999
Desenvolvimento Regional	Adriano Lopes Gomes Pimpão	15/01/1996	26/11/1997
Habitação e Comunicações	Leonor Coutinho Pereira dos Santos	15/01/1996	25/10/1999
Obras Públicas	António José Borrani Crisóstomo Teixeira	15/01/1996	22/04/1997
Transportes	António Guilhermino Rodrigues	15/01/1996	25/10/1999
Adjunto do Ministro da Justiça	José Manuel de Matos Fernandes	27/03/1996	25/10/1999
Comércio e Turismo	Jaime Serrão Andrez	27/03/1996	25/11/1997
Competitividade e Internacionalização	Fernando José Guimarães Freire de Sousa	27/03/1996	25/11/1997
Indústria e Energia	José Rodrigues Pereira Penedos	27/03/1996	25/11/1997
Justiça	José Luís Lopes da Mota	27/03/1996	25/10/1999
Obras Públicas	Emanuel José Leandro Maranha das Neves	22/04/1997	25/10/1999
Cultura	Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto	25/09/1997	25/10/1999
Adjunto do Primeiro-Ministro	António José Martins Seguro	25/11/1997	15/04/1999
Presidência do Conselho de Ministros	Vitalino José Ferreira Prova Canas	25/11/1997	25/10/1999
Adjunto da Ministra do Ambiente	António Ricardo Rocha de Magalhães	26/11/1997	25/10/1999
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Armando António Martins Vara	26/11/1997	25/10/1999
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves	26/11/1997	25/10/1999
Adjunto do Ministro da Economia	Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho	26/11/1997	25/10/1999
Ambiente	José Ângelo Guerreiro da Silva	26/11/1997	25/10/1999
Comércio	Osvaldo Alberto do Rosário Sarmento e Castro	26/11/1997	25/10/1999
Defesa Nacional	José Rodrigues Pereira Penedos	26/11/1997	29/05/1999
Desenvolvimento Regional	Maria José Marrafinha Pardana Constâncio	26/11/1997	25/10/1999
Emprego e Formação	Paulo José Fernandes Pedroso	26/11/1997	25/10/1999
Indústria e Energia	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco	26/11/1997	25/10/1999
Inserção Social	Rui António Ferreira da Cunha	26/11/1997	25/10/1999
Juventude	Luís Miguel de Oliveira Fontes	26/11/1997	25/10/1999
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Luís Filipe Marques Amado	26/11/1997	25/10/1999
Saúde	Francisco Ventura Ramos	26/11/1997	25/10/1999
Segurança Social e das Relações Laborais	Fernando Lopes Ribeiro Mendes	26/11/1997	25/10/1999
Turismo	Vítor José Cabrita Neto	26/11/1997	25/10/1999
Orçamento	João Carlos da Costa Ferreira da Silva	19/03/1998	25/10/1999
Desenvolvimento Rural	Vítor Manuel Coelho Barros	03/10/1998	25/10/1999
Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar	Luís Medeiros Vieira	03/10/1998	25/10/1999
Pescas	José Apolinário Nunes Portada	03/10/1998	25/10/1999
Defesa Nacional	José Rodrigues Pereira Penedos	29/05/1999	25/10/1999

XIV Governo (25-10-1999 - 06-04-2002)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Vitalino José Ferreira Prova Canas	25/10/1999	06/04/2002
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Manuel Maria Diogo	28/10/1999	14/09/2000
Adjunto do Ministro da Economia	Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho	28/10/1999	14/09/2000
Adjunto do Ministro da Justiça	Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita	28/10/1999	06/04/2002
Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade	Rui António Ferreira da Cunha	28/10/1999	10/03/2001
Adjunto e das Obras Públicas	Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves	28/10/1999	10/03/2001
Adjunto da Ministra do Planeamento	António Ricardo Rocha de Magalhães	28/10/1999	06/04/2002
Administração Educativa	Augusto Ernesto Santos Silva	28/10/1999	14/09/2000
Administração Interna	Luís Manuel Santos Silva Patrão	28/10/1999	14/09/2000
Administração Local	José Augusto de Carvalho	28/10/1999	14/09/2000
Administração Marítima e Portuária	José Narciso Rodrigues de Miranda	28/10/1999	14/09/2000
Administração Pública e da Modernização Administrativa	Alexandre António Cantigas Rosa	28/10/1999	06/04/2002
Ambiente	Rui Nobre Gonçalves	28/10/1999	06/04/2002
Assuntos Europeus	Francisco Manuel Seixas da Costa	28/10/1999	10/03/2001
Assuntos Fiscais	Manuel Pedro da Cruz Baganha	28/10/1999	14/09/2000
Assuntos Parlamentares	Fausto de Sousa Correia	28/10/1999	14/09/2000
Comércio e Serviços	Osvaldo Alberto do Rosário Sarmento e Castro	28/10/1999	14/09/2000
Comunicação Social	Alberto Arons Braga de Carvalho	28/10/1999	14/09/2000
Comunidades Portuguesas	José Manuel Lello Ribeiro de Almeida	28/10/1999	18/12/2000
Cultura	Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto	28/10/1999	12/07/2000
Defesa do Consumidor	Acácio Manuel de Frias Barreiros	28/10/1999	14/09/2000
Desenvolvimento Rural	Vítor Manuel Coelho Barros	28/10/1999	06/04/2002
Desporto	Vasco Paulo Lynce de Faria	28/10/1999	14/09/2000
Educação	Ana Maria Benavente da Silva Nuno	28/10/1999	14/09/2000
Ensino Superior	José Joaquim Dinis Reis	28/10/1999	14/09/2000
Habitação	Leonor Coutinho Pereira dos Santos	28/10/1999	10/03/2001
Indústria e Energia	Vítor Manuel da Silva Santos	28/10/1999	14/09/2000
Justiça	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	28/10/1999	06/04/2002
Juventude	Luís Miguel de Oliveira Fontes	28/10/1999	14/09/2000
Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar	Luís Medeiros Vieira	28/10/1999	18/09/2000
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Luís Filipe Marques Amado	28/10/1999	06/04/2002
Orçamento	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco	28/10/1999	14/09/2000
Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza	Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira	28/10/1999	06/04/2002
Pescas	José Apolinário Nunes Portada	28/10/1999	06/04/2002
Planeamento	João Nuno Marques de Carvalho Mendes	28/10/1999	06/04/2002
Recursos Humanos e da Modernização da Saúde	Arnaldo Jorge d ' Assunção Silva	28/10/1999	18/09/2000
Saúde	José Miguel Marques Boquinhas	28/10/1999	03/07/2001
Segurança Social	José António Fonseca Vieira da Silva	28/10/1999	10/03/2001
Tesouro e das Finanças	António do Pranto Nogueira Leite	28/10/1999	14/09/2000

Trabalho e Formação	Paulo José Fernandes Pedroso	28/10/1999	10/03/2001
Transportes	António Guilhermino Rodrigues	28/10/1999	10/03/2001
Turismo	Vitor José Cabrita Neto	28/10/1999	14/09/2000
Defesa Nacional	José Manuel Silva Mourato	08/02/2000	14/09/2000
Adjunto do Ministro da Administração Interna	José Carlos das Dores Zorrinho	18/09/2000	06/04/2002
Adjunto do Ministro da Defesa Nacional	José Manuel Silva Mourato	18/09/2000	03/07/2001
Adjunto do Ministro da Economia	Vítor Manuel da Silva Santos	18/09/2000	03/07/2001
Adjunto e do Orçamento	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco	18/09/2000	03/07/2001
Adjunto do Ministro de Estado	Fausto de Sousa Correia	18/09/2000	10/03/2001
Administração Educativa	Maria José Rodrigues Rau Pinto da Silva	18/09/2000	03/07/2001
Administração Interna	Luís Manuel Santos Silva Patrão	18/09/2000	18/12/2000
Administração Local	José Augusto de Carvalho	18/09/2000	06/04/2002
Administração Marítima e Portuária	José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro	18/09/2000	10/03/2001
Agricultura	Luís Medeiros Vieira	18/09/2000	06/04/2002
Assuntos Fiscais	Ricardo Paixão Moreira Sá Fernandes	18/09/2000	11/12/2000
Assuntos Parlamentares	José Manuel Santos de Magalhães	18/09/2000	06/04/2002
Comunicação Social	Alberto Arons Braga de Carvalho	18/09/2000	04/07/2001
Defesa do Consumidor	Acácio Manuel de Frias Barreiros	18/09/2000	06/04/2002
Defesa Nacional	Júlio Francisco Miranda Calha	18/09/2000	03/07/2001
Educação	Ana Maria Benavente da Silva Nuno	18/09/2000	03/07/2001
Ensino Superior	José Joaquim Dinis Reis	18/09/2000	03/07/2001
Juventude	Luís Miguel de Oliveira Fontes	18/09/2000	18/12/2000
Pequenas e Médias Empresas, do Comércio e dos Serviços	Ângelo Nélson Rosário de Souza	18/09/2000	03/07/2001
Recursos Humanos e da Modernização da Saúde	Nélson Madeira Baltazar	18/09/2000	03/07/2001
Tesouro e das Finanças	Manuel Pedra da Cruz Baganha	18/09/2000	03/07/2001
Turismo	Vitor José Cabrita Neto	18/09/2000	03/07/2001
Cultura	João Alexandre do Nascimento Baptista	27/09/2000	03/07/2001
Administração Interna	Rui Carlos Pereira	18/12/2000	06/04/2002
Comunidades Portuguesas	João Rui Gaspar de Almeida	18/12/2000	06/04/2002
Juventude e do Desporto	Luís Miguel de Oliveira Fontes	18/12/2000	06/04/2002
Adjunto do Primeiro-Ministro	Fausto de Sousa Correia	10/03/2001	06/04/2002
Adjunto e dos Transportes	Rui António Ferreira da Cunha	10/03/2001	21/01/2002
Administração Marítima e Portuária	José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro	10/03/2001	21/01/2002
Assuntos Europeus	Maria Teresa Quintela Pinto Bessa Pereira de Moura	10/03/2001	06/04/2002
Habituação	Leonor Coutinho Pereira dos Santos	10/03/2001	21/01/2002
Obras Públicas	José António Fonseca Vieira da Silva	10/03/2001	21/01/2002
Solidariedade e da Segurança Social	José Manuel Simões de Almeida	10/03/2001	06/04/2002
Trabalho e Formação	António Bustorff Dornelas Cysneiros	10/03/2001	06/04/2002
Adjunta do Ministro da Saúde	Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli	04/07/2001	06/04/2002
Adjunto do Ministro da Economia	Eduardo Guimarães de Oliveira Fernandes	04/07/2001	06/04/2002
Administração Educativa	Domingos Manuel Barros Fernandes	04/07/2001	06/04/2002
Assuntos Fiscais	Rogério Manuel Romão Carreiro Fernandes Ferreira	04/07/2001	06/04/2002
Comunicação Social	Alberto Arons Braga de Carvalho	04/07/2001	06/04/2002

Cultura	José Manuel Vieira Conde Rodrigues	04/07/2001	06/04/2002
Educação	João José Félix Marnoto Praia	04/07/2001	06/04/2002
Ensino Superior	Pedro Manuel Gonçalves Lourtie	04/07/2001	06/04/2002
Igualdade	Maria do Céu Farrajota Castanho Lombo da Cunha Rego	04/07/2001	06/04/2002
Indústria, Comércio e Serviços	Fernando Lopes Ribeiro Mendes	04/07/2001	06/04/2002
Orçamento	Rui Pedro da Conceição Coimbra Fernandes	04/07/2001	06/04/2002
Saúde	Francisco Ventura Ramos	04/07/2001	06/04/2002
Tesouro e das Finanças	Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador	04/07/2001	06/04/2002
Turismo	Vitor José Cabrita Neto	04/07/2001	06/04/2002
Adjunto e dos Transportes	Rui António Ferreira da Cunha	23/01/2002	06/04/2002
Administração Marítima e Portuária	José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro	23/01/2002	06/04/2002
Habituação	Leonor Coutinho Pereira dos Santos	23/01/2002	06/04/2002
Obras Públicas	José António Fonseca Vieira da Silva	23/01/2002	06/04/2002

XV Governo (06-04-2002 - 17-07-2004)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Domingos Manuel Martins Jerónimo	06/04/2002	17/07/2004
Adjunta do Ministro da Economia	Maria Dulce Farinha Franco Vilhena de Carvalho	08/04/2002	08/04/2003
Adjunto da Ministra da Justiça	João Luís Mota de Campos	08/04/2002	17/07/2004
Adjunto do Ministro da Administração Interna	Luís Filipe Garrido Pais de Sousa	08/04/2002	17/07/2004
Adjunto do Ministro da Cultura	José Manuel Amaral Lopes	08/04/2002	17/07/2004
Adjunto do Ministro da Presidência	Feliciano José Barreiras Duarte	08/04/2002	17/07/2004
Adjunto do Ministro da Saúde	Adão José Fonseca Silva	08/04/2002	17/07/2004
Adjunto e das Pescas	Luís Filipe Vieira Frazão Gomes	08/04/2002	17/07/2004
Adjunto e do Ordenamento do Território	José Mário Ferreira de Almeida	08/04/2002	05/04/2003
Administração Educativa	Abílio Manuel Pinto Rodrigues de Almeida Morgado	08/04/2002	17/07/2004
Administração Interna	Nuno Miguel Miranda de Magalhães	08/04/2002	17/07/2004
Administração Local	Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas	08/04/2002	05/04/2003
Administração Pública	Suzana Maria de Moura Alves da Silva Toscano	08/04/2002	17/07/2004
Ambiente	José Eduardo Rego Mendes Martins	08/04/2002	05/04/2003
Assuntos Europeus	Carlos Henrique da Costa Neves	08/04/2002	09/10/2003
Assuntos Fiscais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	08/04/2002	17/07/2004
Ciência e Tecnologia	Manuel de Carvalho Fernandes Thomaz	08/04/2002	08/04/2003
Comunidades Portuguesas	José de Almeida Cesário	08/04/2002	09/10/2003
Defesa e Antigos Combatentes	Henrique José Praia da Rocha de Freitas	08/04/2002	17/07/2004
Desenvolvimento Rural	Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar	08/04/2002	17/07/2004
Educação	Mariana Jesus Torres Vaz Freire Cascais	08/04/2002	17/07/2004
Habituação	Jorge Fernando Magalhães da Costa	08/04/2002	05/04/2003
Indústria, Comércio e Serviços	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	08/04/2002	17/07/2004
Justiça	Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva	08/04/2002	17/07/2004
Juventude e Desportos	Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves	08/04/2002	17/07/2004
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	António Manuel Lourenço dos Santos	08/04/2002	09/10/2003
Obras Públicas	José Luís Campos Vieira de Castro	08/04/2002	05/04/2003
Orçamento	Norberto Emílio Sequeira da Rosa	08/04/2002	17/07/2004
Saúde	Carlos José das Neves Martins	08/04/2002	17/07/2004
Segurança Social	Maria Margarida Correia de Aguiar	08/04/2002	29/05/2003
Tesouro e Finanças	Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho	08/04/2002	08/04/2003
Trabalho	Luís Miguel Pais Antunes	08/04/2002	17/07/2004
Transportes	Francisco Manuel Rodrigues de Seabra Ferreira	08/04/2002	05/04/2003
Turismo	Pedro Antunes de Almeida	08/04/2002	08/04/2003
Adjunto do Ministro da Ciência e do Ensino Superior	José Manuel Pinto Paixão	08/04/2003	06/10/2003
Adjunto do Ministro da Economia	Franquelim Fernando Garcia Alves	08/04/2003	17/07/2004
Adjunto do Primeiro-Ministro	José Manuel Dantas Arantes Rodrigues	08/04/2003	17/07/2004
Administração Local	Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas	08/04/2003	21/05/2004
Ambiente	José Eduardo Rego Mendes Martins	08/04/2003	21/05/2004
Habituação	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	08/04/2003	17/07/2004

Obras Públicas	Jorge Fernando Magalhães da Costa	08/04/2003	17/07/2004
Ordenamento do Território	Joaquim Paulo Taveira de Sousa	08/04/2003	21/05/2004
Tesouro e Finanças	Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho	08/04/2003	17/07/2004
Transportes	Francisco Manuel Rodrigues de Seabra Ferreira	08/04/2003	17/07/2004
Turismo	Luís Manuel Miguel Correia da Silva	08/04/2003	17/07/2004
Segurança Social	Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro	12/09/2003	17/07/2004
Adjunto da Ministra da Ciência e do Ensino Superior	Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva	09/10/2003	17/07/2004
Assuntos Europeus	Carlos Henrique da Costa Neves	09/10/2003	17/07/2004
Comunidades Portuguesas	José de Almeida Cesário	09/10/2003	17/07/2004
Florestas	João Manuel Alves Soares	09/10/2003	17/07/2004
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Maria Manuela Ferreira Macedo Franco	09/10/2003	17/07/2004
Adjunta e do Desenvolvimento Regional	Maria Hermínia Cabral de Oliveira	24/05/2004	17/07/2004
Administração Local	António Paulo Martins Pereira Coelho	24/05/2004	17/07/2004
Ambiente e Ordenamento do Território	Artur da Rosa Pires	24/05/2004	17/07/2004

XVI Governo (17-07-2004 - 12-03-2005)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Domingos Manuel Martins Jerónimo	17/07/2004	24/11/2004
Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	21/07/2004	24/11/2004
Adjunto do Ministro da Administração Interna	António Paulo Martins Pereira Coelho	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas	Carlos Manuel Duarte de Oliveira	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto do Ministro da Justiça	Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto do Ministro da Presidência	Feliciano José Barreiras Duarte	21/07/2004	24/11/2004
Adjunto do Ministro da Saúde	Mário Patinha Antão	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território	Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto do Ministro do Turismo	Carlos José das Neves Martins	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto e da Administração Educativa	José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto e das Obras Públicas	Jorge Fernando Magalhães da Costa	21/07/2004	12/03/2005
Adjunto e do Trabalho	Luís Miguel Pais Antunes	21/07/2004	12/03/2005
Administração Interna	Nuno Miguel Miranda de Magalhães	21/07/2004	12/03/2005
Administração Judiciária	António Alberto Rodrigues Ribeiro	21/07/2004	12/03/2005
Administração Local	José de Almeida Cesário	21/07/2004	12/03/2005
Administração Pública	Sofia de Sequeira Galvão	21/07/2004	24/11/2004
Agricultura e Alimentação	David Ribeiro de Sousa Geraldes	21/07/2004	12/03/2005
Artes e Espetáculos	Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro	21/07/2004	12/03/2005
Assuntos do Mar	Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	21/07/2004	12/03/2005
Assuntos Fiscais	Orlando Pinguinha Calço	21/07/2004	12/03/2005
Bens Culturais	José Manuel Amaral Lopes	21/07/2004	12/03/2005
Ciência e Inovação	Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes	21/07/2004	12/03/2005
Comunidades Portuguesas	Carlos Alberto Silva Gonçalves	21/07/2004	12/03/2005
Defesa e Antigos Combatentes	José Manuel Pereira da Costa	21/07/2004	24/11/2004
Desenvolvimento Económico	Manuel Correa de Barros de Lancastre	21/07/2004	12/03/2005
Desenvolvimento Regional	José Eduardo Rego Mendes Martins	21/07/2004	12/03/2005
Desporto	Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves	21/07/2004	24/11/2004
Educação	Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio	21/07/2004	12/03/2005
Florestas	Luís António Pires Pinheiro	21/07/2004	12/03/2005
Indústria, Comércio e Serviços	Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho	21/07/2004	12/03/2005
Justiça	Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva	21/07/2004	12/03/2005
Juventude	Pedro Miguel de Azeredo Duarte	21/07/2004	24/11/2004
Negócios Estrangeiros e Cooperação	Henrique José Praia da Rocha de Freitas	21/07/2004	12/03/2005
Orçamento	Manuel Ferreira Teixeira	21/07/2004	12/03/2005
Saúde	Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos	21/07/2004	12/03/2005
Tesouro e das Finanças	Luís Miguel Gubert Morais Leitão	21/07/2004	12/03/2005
Transportes e Comunicações	Jorge Manuel Martins Borrego	21/07/2004	12/03/2005
Assuntos Europeus	Mário Henrique de Almeida Santos David	23/07/2004	12/03/2005
Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança	Marco António Ribeiro dos Santos Costa	24/11/2004	12/03/2005
Adjunto do Ministro Adjunto do Primeiro-	Feliciano José Barreiras Duarte	24/11/2004	12/03/2005

Ministro			
Administração Pública	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	24/11/2004	12/03/2005
Assuntos Parlamentares	António Edmundo Barbosa Montalvão Machado	24/11/2004	12/03/2005
Defesa e Antigos Combatentes	Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto	24/11/2004	12/03/2005
Desporto	Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves	24/11/2004	02/12/2004
Juventude	Pedro Miguel de Azeredo Duarte	24/11/2004	02/12/2004
Presidência do Conselho de Ministros	Sofia de Sequeira Galvão	24/11/2004	12/03/2005
Desporto e Reabilitação	Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves	02/12/2004	12/03/2005
Juventude	Pedro Miguel de Azeredo Duarte	02/12/2004	12/03/2005

XVII Governo (12-03-2005 -26-10- 2009)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	Jorge Lacão Costa	12/03/2005	26/10/2009
Adjunta e da Reabilitação	Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz	14/03/2005	26/10/2009
Adjunta e da Saúde	Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli	14/03/2005	01/02/2008
Adjunto do Primeiro-Ministro	Filipe Alberto da Boa Baptista	14/03/2005	26/10/2009
Adjunto e da Administração Interna	José Manuel Santos de Magalhães	14/03/2005	17/05/2007
Adjunto e da Administração Local	Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita	14/03/2005	17/05/2007
Adjunto e da Educação	Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira	14/03/2005	26/10/2009
Adjunto e da Indústria e da Inovação	António José de Castro Guerra	14/03/2005	06/07/2009
Adjunto e da Justiça	José Manuel Vieira Conde Rodrigues	14/03/2005	26/10/2009
Adjunto e do Orçamento	Manuel Pedro da Cruz Baganha	14/03/2005	21/07/2005
Adjunto, da Agricultura e das Pescas	Luís Medeiros Vieira	14/03/2005	26/10/2009
Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações	Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos	14/03/2005	26/10/2009
Administração Interna	Ascenso Luís Seixas Simões	14/03/2005	17/05/2007
Administração Pública	João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo	14/03/2005	21/07/2005
Ambiente	Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa	14/03/2005	26/10/2009
Assuntos Europeus	Fernando Manuel Mendonça de Oliveira Neves	14/03/2005	03/07/2006
Assuntos Fiscais	João José Amaral Tomás	14/03/2005	21/07/2005
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor	14/03/2005	26/10/2009
Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor	Fernando Pereira Serrasqueiro	14/03/2005	06/07/2009
Comunidades Portuguesas	António Fernandes da Silva Braga	14/03/2005	03/07/2006
Cultura	Mário Vieira de Carvalho	14/03/2005	30/01/2008
Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar	Manuel Lobo Antunes	14/03/2005	03/07/2006
Desenvolvimento Regional	Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras	14/03/2005	26/10/2009
Desenvolvimento Rural e das Florestas	Rui Nobre Gonçalves	14/03/2005	01/02/2008
Educação	Valter Victorino Lemos	14/03/2005	26/10/2009
Emprego e da Formação Profissional	Fernando Medina Maciel Almeida Correia	14/03/2005	26/10/2009
Justiça	João Tiago Valente Almeida da Silveira	14/03/2005	26/10/2009
Juventude e do Desporto	Laurentino José Monteiro Castro Dias	14/03/2005	26/10/2009
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	João Titterington Gomes Cravinho	14/03/2005	03/07/2006
Ordenamento do Território e das Cidades	João Manuel Machado Ferrão	14/03/2005	26/10/2009
Saúde	Francisco Ventura Ramos	14/03/2005	01/02/2008
Segurança Social	Pedro Manuel Dias de Jesus Marques	14/03/2005	26/10/2009
Tesouro e Finanças	Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote	14/03/2005	21/07/2005
Transportes	Ana Paula Mendes Vitorino	14/03/2005	26/10/2009
Turismo	Bernardo Luís Amador Trindade	14/03/2005	06/07/2009
Adjunto e do Orçamento	Emanuel Augusto dos Santos	22/07/2005	26/10/2009
Administração Pública	João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo	22/07/2005	04/07/2008
Assuntos Fiscais	João José Amaral Tomás	22/07/2005	01/02/2008
Tesouro e Finanças	Carlos Manuel Costa Pina	22/07/2005	26/10/2009
Adjunto e dos Assuntos Europeus	Manuel Lobo Antunes	03/07/2006	02/11/2008
Comunidades Portuguesas	António Fernandes da Silva Braga	03/07/2006	26/10/2009

Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar	João António da Costa Mira Gomes	03/07/2006	26/10/2009
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	João Titterington Gomes Cravinho	03/07/2006	26/10/2009
Adjunto e da Administração Interna	José Manuel Santos de Magalhães	17/05/2007	26/10/2009
Adjunto e da Administração Local	Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita	17/05/2007	26/10/2009
Modernização Administrativa	Maria Manuel Leitão Marques	17/05/2007	26/10/2009
Protecção Civil	Ascenso Luís Seixas Simões	17/05/2007	01/02/2008
Adjunto e da Saúde	Francisco Ventura Ramos	01/02/2008	26/10/2009
Administração Interna	Rui José Simões Bayão de Sá Gomes	01/02/2008	26/10/2009
Assuntos Fiscais	Carlos Manuel Baptista Lobo	01/02/2008	26/10/2009
Cultura	Maria Paula Fernandes dos Santos	01/02/2008	26/10/2009
Desenvolvimento Rural e das Florestas	Ascenso Luís Seixas Simões	01/02/2008	26/10/2009
Protecção Civil	José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros	01/02/2008	26/10/2009
Saúde	Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro	01/02/2008	26/10/2009
Administração Pública	Gonçalo André Castilho dos Santos	04/07/2008	26/10/2009
Assuntos Europeus	Maria Teresa Gonçalves Ribeiro	03/11/2008	26/10/2009
Adjunto e da Indústria e da Inovação	António José de Castro Guerra	06/07/2009	26/10/2009
Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor	Fernando Pereira Serrasqueiro	06/07/2009	26/10/2009
Turismo	Bernardo Luís Amador Trindade	06/07/2009	26/10/2009

XVIII Governo (26-10-2009 - 21-06-2011)		Data de posse	Data de exoneração
Secretaria de Estado	Secretário de Estado		
Presidência do Conselho de Ministros	João Tiago Valente Almeida da Silveira	26/10/2009	31/03/2011
Adjunta e da Reabilitação	Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto do Primeiro-Ministro	José Manuel Gouveia Almeida Ribeiro	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto e da Administração Interna	José Manuel Vieira Conde Rodrigues	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto e da Educação	José Alexandre da Rocha Ventura Silva	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto e da Saúde	Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto e do Orçamento	Emanuel Augusto dos Santos	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento	Fernando Medina Maciel Almeida Correia	31/10/2009	31/03/2011
Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações	Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos	31/10/2009	31/03/2011
Administração Interna	Maria Dalila Correia Araújo Teixeira	31/10/2009	31/03/2011
Administração Local	José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro	31/10/2009	31/03/2011
Administração Pública	Gonçalo André Castilho dos Santos	31/10/2009	31/03/2011
Ambiente	Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa	31/10/2009	31/03/2011
Assuntos Europeus	Pedro Manuel Carqueijeiro Lourtie	31/10/2009	31/03/2011
Assuntos Fiscais	Doutor Sérgio Trigo Tavares Vasques	31/10/2009	31/03/2011
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor	31/10/2009	31/03/2011
Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor	Fernando Pereira Serrasqueiro	31/10/2009	31/03/2011
Comunidades Portuguesas	António Fernandes da Silva Braga	31/10/2009	31/03/2011
Cultura	Elísio Costa Santos Summavielle	31/10/2009	31/03/2011
Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar	Marcos da Cunha e Lorena Perestrello	31/10/2009	31/03/2011
Educação	João José Trocado da Mata	31/10/2009	31/03/2011
Emprego e da Formação Profissional	Valter Victorino Lemos	31/10/2009	31/03/2011
Energia e da Inovação	José Carlos das Dores Zorrinho	31/10/2009	31/03/2011
Florestas e do Desenvolvimento Rural	Rui Pedro de Sousa Barreiro	31/10/2009	31/03/2011
Igualdade	Elza Maria Henriques Deus Pais	31/10/2009	31/03/2011
Justiça	João José Garcia Correia	31/10/2009	02/12/2010
Justiça e Modernização Judiciária	José Manuel Santos de Magalhães	31/10/2009	31/03/2011
Juventude e do Desporto	Laurentino José Monteiro Castro Dias	31/10/2009	31/03/2011
Modernização Administrativa	Maria Manuel Leitão Marques	31/10/2009	31/03/2011
Negócios Estrangeiros e da Cooperação	João Titterington Gomes Cravinho	31/10/2009	31/03/2011
Ordenamento do Território e das Cidades	Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião	31/10/2009	31/03/2011
Pescas e Agricultura	Luís Medeiros Vieira	31/10/2009	31/03/2011
Protecção Civil	Vasco Seixas Duarte Franco	31/10/2009	31/03/2011
Saúde	Óscar Manuel de Oliveira Gaspar	31/10/2009	31/03/2011
Segurança Social	Pedro Manuel Dias de Jesus Marques	31/10/2009	31/03/2011
Tesouro e Finanças	Carlos Manuel Costa Pina	31/10/2009	31/03/2011
Transportes	Carlos Henrique Graça Correia da Fonseca	31/10/2009	31/03/2011
Turismo	Bernardo Luís Amador Trindade	31/10/2009	31/03/2011